

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO

CAROLINA NASCIMENTO PAES

RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO BOLSA FAMÍLIA: uma análise pela
perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

CACHOEIRA-BA

2019

CAROLINA NASCIMENTO PAES

RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO BOLSA FAMÍLIA: uma análise pela
perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais com área de concentração em Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Denize de Almeida Ribeiro

CACHOEIRA-BA

2019

P126r

Paes, Carolina Nascimento

Raça, Classe e Gênero no Bolsa Família: uma análise pela perspectiva da segurança alimentar e nutricional. / Carolina Nascimento Paes. Cachoeira, BA, 2019.

99f.; il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira

Co-Orientadora: Profa. Dra. Denize de Almeida Ribeiro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras, Mestrado em Ciências Sociais.

1. Segurança Alimentar - Brasil. 2. Nutrição 3. Política Alimentar. 4. Fome. 5. Programa Bolsa Família (Brasil) I. Ribeiro, Denize de Almeida. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras. III. Título.

CDD: 363.80981

Ficha elaborada pelo Núcleo de Apoio a Gestão das Bibliotecas - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga. (*Bibliotecária – CRB-5 1396*)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

CAROLINA NASCIMENTO PAES

RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO BOLSA FAMÍLIA: uma análise pela
perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais com área de concentração em Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento.

APROVADO EM 19/09/2019.

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO:

PROF.^a DR.^a DENIZE DE ALMEIDA RIBEIRO

(Coorientadora – UFRB)



PROF.^a DR.^a SILVIA DE OLIVEIRA

(Membro interno – UFRB)



PROF.^a DR.^a HELENI DUARTE DANTAS DE ÁVILA

(Membro interno – UFRB)

A Tânia, Doug e Cris.

AGRADECIMENTOS

Quando penso na minha trajetória na pesquisa social, é impossível não lembrar das pedras no caminho. Senti que a todo momento, escrever era como estar prestes a ser abduzida por um ser supremo de outra dimensão. Me senti incapaz, pequena, acreditei fortemente que a produção acadêmica era coisa “dos intelectuais” e passei por um processo de estranhamento constante. Dia após dia, página após página, a pesquisa parecia me engolir, não sobrando mais nada de mim, absolutamente nada.

Com certo tempo, e uma maior maturidade, a gente vai aprendendo certas coisas sobre esse mundo “dos intelectuais”. Uma coisa que se aprende sem que ninguém te ensine é que por mais sufocante que as coisas possam parecer, é importante subverter essa lógica, que foi pensada para funcionar assim. Ora, pesquisa não foi feita para jovens, pobres, nordestinas, negras, sul-americanas, mulheres. Seu caráter andocêntrico é notório, e quanto mais você tenta se aproximar disso, maior é a compreensão de que se está nadando contra corrente. Dessa maneira, escrever, para mim, com todas as dificuldades que passei, com todas as fragilidades da minha produção, se tornou algo político e, conseqüentemente, libertador.

Uma coisa muito delicada, e que muita gente prefere não falar, é sobre saúde mental e produção acadêmica. Já existem estudos que mostram o quanto a vida intelectual pode se tornar propícia a todo tipo de sofrimento psíquico: depressão, ansiedade, hiperatividade, angústia e dor. No meu caso, gosto sempre de explicar, quando julgo necessário, que sou portadora do Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) e que para além de vários estereótipos que existem sobre a doença, existe um sofrimento que é real e que muitas vezes impede, como me impediu, de produzir, de ter concentração, de conseguir ler um parágrafo, de ter uma vida social. Meu processo de escrita foi atravessado por crises, de ansiedade, de desânimo, de medo e culpa. E antes que pareça um apelo, quero esclarecer que só estou pontuando isso de forma destemida e logo na introdução deste trabalho por dois motivos: o primeiro é que quero que as jovens pesquisadoras, ao lerem o que escrevi, enxerguem a pessoa por detrás do papel. Enxerguem que existiu suor, existiram lágrimas, existiram angústias e muito, muito medo de falhar. Em segundo lugar, escrevo sobre isso porque quero que outras pessoas, com seus mais variados problemas, sobretudo de natureza mental, se sintam abraçadas, acolhidas e principalmente, que sintam que não estão sozinhas, que elas são capazes, que elas podem absolutamente tudo. O mundo pode ser um lugar difícil para todos nós, mas há amor, há empatia, há amizade e principalmente, há possibilidades.

Diante disso, sinto que este trabalho não pertence somente a mim. Existiram pessoas que estiveram ao meu lado, de uma ou de outra forma, e que seguraram minhas mãos, me conduzindo até aqui, meio que de olhos vendados, meio que sem esperança.

Assim eu gostaria de agradecer muito e infinitamente a Deus. Sei que minha fé é vacilante, questionadora e rebelde, mas também sei que estive sendo sustentada por uma força invisível, que me fez ser forte e resiliente.

A minha mãe, Tânia, por ser a minha fonte de esperança em um mundo de pessoas melhores, que não têm medo de serem afetuosas e que não têm medo de se doar inteiramente ao outro. Sua alegria, sua perseverança, sua amizade são absolutamente tudo pra mim.

Ao meu pai Antônio e ao meu irmão João por serem minhas fontes de alegria, essenciais na minha vida e sem os quais eu não chegaria tão longe.

Quero agradecer, com todo meu coração, àquele que acorda todos os dias ao meu lado, que me dá forças, me apoia, cuida de mim e me ama sem pedir nada em troca. Você me fez enxergar mais distante, voar mais alto e me fez continuar caminhando quando eu quis parar. Te amo, Doug!

Gostaria ainda de agradecer a minha família por cuidarem de mim desde sempre, e também aos meus sogros por me acolherem e me protegerem como se fossemos do mesmo sangue. Vocês são mais que especiais e nunca poderei retribuir tanto carinho.

Agradeço ainda a Udi e Martins, pela parceria incrível da nossa república Rivotril; a Zana, Jam, Adriely e Laís pela amizade bonita e sincera e às minhas terapeutas Fernanda e Thaiame por me ajudarem a cultivar uma saúde mental em tempos e momentos tão difíceis.

Aonde eu for, por onde eu for, carregue vocês!

“Tem certos dias em que eu penso em minha gente

E sinto assim todo o meu peito se apertar

Porque parece que acontece de repente

Como um desejo de eu viver sem me notar

Igual a como quando eu passo no subúrbio

Eu muito bem vindo de trem de algum lugar

E aí me dá uma inveja dessa gente

Que vai em frente sem nem ter com quem contar

São casas simples com cadeiras na calçada

E na fachada escrito em cima que é um lar

Pela varanda, flores tristes e baldias

Como a alegria que não tem onde encostar

E aí me dá uma tristeza no meu peito

Feito um despeito de eu não ter como lutar

E eu que não creio, peço a Deus por minha gente

É gente humilde, que vontade de chorar”

(Gente Humilde – Vinicius de Moraes, Chico Buarque de Holanda e Anibal Augusto Sardinha)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo avaliar, dentro da produção bibliográfica da SciELO, entre 2003 e 2019, a relação entre Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa Bolsa Família, criado no governo Lula e se configurando como maior política de transferência condicionada de renda do Brasil. Foram analisados estudos de base quantitativa e qualitativa e estudada como a relação entre os fatores classe, raça e gênero conformam situações específicas de desigualdade, colocando este público entre os mais vulneráveis a Insegurança Alimentar e a fome. Concluiu-se que o programa em questão impacta na alimentação dos beneficiários de forma positiva, porém, em se tratando do conceito abrangente de SAN faz-se necessário ampliar as estratégias de políticas focalizadas, somando-se a iniciativas de cunho estrutural para dar base para uma alimentação saudável, segura e acessível a todos.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Fome. Programa Bolsa Família. Intersecção.

RESUME

This report aimed to evaluate, within SciELO's graphic production, between 2003 and 2019, the relationship between Food and Nutrition Security and Bolsa Família Program, created under the Lula administration and configured the largest income conditioning policy in Brazil. The quantitative and qualitative baseline studies were selected and studied as a variable between classes, rats and groups according to the specific situations of a variable, among the public most vulnerable to Food Insecurity and Hunger. Definitely, when it comes to programming the ability to take stock in a positive way, such the ses program. Healthy eating, safe and accessible to all.

Keywords: Food and Nutrition Security. Hunger. Bolsa Família Program. Intersection.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percentual de cobertura da população indigente e pobre pelos PTRC em 15 países da América Latina e Caribe, 2009-2010.....	48
Quadro 2 - Sem título	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIPEME	Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercados
BF	Bolsa Família
BM	Banco Mundial
BMS	Brasil Sem Miséria
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe.
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Food and Agriculture Organization
FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
IA	Insegurança Alimentar
IAG	Insegurança Alimentar Grave
IAL	Insegurança Alimentar Leve
IAM	Insegurança Alimentar Moderada
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFPRI	Instituto Internacional de Investigação para Políticas Públicas
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicada
ITA	Instituto Técnico de Alimentação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MPC	Modo de Produção Capitalista
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador.
PBF	Programa Bolsa Família
PCA	Programa de Complementação Alimentar
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação
PNS	Programa de Nutrição e Saúde
PROAB	Programa de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda
PROCAB	Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTRC	Programas de Transferência de Renda Condicionada
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SENARC	Secretaria Estadual de Renda e Cidadania
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário Mínimo
SOBAL	Soberania Alimentar
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TOC	Transtorno Obsessivo Compulsivo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DIZ-ME O QUE COMES E DIR-TE-EI QUEM ÉS	18
1.1 A fome: uma leitura de muita farofa e pouca carne	22
1.1.1 “Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada”	26
1.2 Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada	31
1.2.1 Trajetória histórica do conceito de SAN e os marcos referenciais nas políticas de alimentação no Brasil	34
2 TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SAN	43
2.1 Programa Bolsa Família: o caso do Brasil	49
2.2 SAN, PBF e Estado da Arte: a plataforma SciELO	52
2.3 O Cadastro Único e as mulheres do Bolsa Família	66
3 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS: a conformação classe, raça e gênero	68
3.1 Algumas considerações sobre Classe, Raça e Gênero	69
3.1.1 O debate feminista não homogêneo	71
3.2 Pobreza e questões de gênero: as mulheres do Bolsa Família	76
3.2.1 Gênero e autonomia no Bolsa Família	82
3.3 Alimentação: um tema político das mulheres	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Neste trabalho discuto a relação entre o Programa Bolsa Família e a Segurança alimentar e Nutricional, desvendando o lugar que o programa tem ocupado no tange à alimentação, bem como analiso o comportamento das variáveis classe, raça e gênero na determinação do estado de Insegurança Alimentar em seus diferentes níveis para a população beneficiária. Além disso, elaboro comentários acerca de como a questão da fome entra na agenda política brasileira.

Antes de adentrarmos propriamente no debate, gostaria de explicar quais foram os caminhos que me levaram a chegar nessa temática, relação que se iniciou no período da minha graduação.

Quando estagiava, no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, cumpri como critério obrigatório a disciplina de Estágio Orientado e desta forma, fui ser estagiária na sede do Cadastro Único de Muritiba - BA, lugar onde era operacionalizado o PBF.

As experiências no campo de estágio me levaram a leituras sobre alimentação como direito, algo que quase não tinha ouvido falar durante o curso. A partir de um interesse genuíno pela temática, escrevi meu projeto de intervenção sobre Educação Alimentar em beneficiárias do programa, com a ideia de articular o trabalho de assistentes sociais, enfermeiras e nutricionistas para prestar orientações sobre uma alimentação equilibrada entre os usuários, já que pesquisas vêm mostrando a presença de sobrepeso neste grupo.

Por uma carência de recursos, materiais e humanos, o projeto não foi efetivado, mas a temática sobre alimentação e Bolsa Família permaneceu me inquietando.

Foi assim que, estudando e entrevistando beneficiárias do distrito de Caatinga Seca, também em Muritiba, escrevi meu trabalho de conclusão de curso discutindo sobre os enlaces entre transferência de renda e aquisição de uma alimentação segura, nutritiva e sustentável no espaço rural.

A partir daí, cheguei ao programa de Pós Graduação em Ciências Sociais desta universidade (PPGCS – UFRB), propondo como projeto de pesquisa a discussão sobre as dimensões do PBF dentro da Segurança Alimentar e Nutricional, propondo analisar entrevistas de beneficiárias.

Com o decorrer do curso, minha metodologia foi sofrendo modificações diversas, sobretudo no pós-qualificação, e assim optei por trabalhar com a revisão de literatura, no intuito de analisar o estado da arte no que tange à temática.

Desta maneira, neste trabalho que agora apresento, optei por analisar artigos produzidos e publicados entre 2003 e 2019 na plataforma SciELO que articulem a temática da Segurança Alimentar com o Programa Bolsa Família. Foram encontrados de início 41 resultados, filtrados com as palavras “Segurança Alimentar e Nutricional” e “Bolsa Família” no período de março a abril deste ano. A partir de análise do conteúdo dos artigos, foram selecionados 10 estudos que versavam especificadamente sobre a temática que escolhi problematizar. O critério de inclusão foi de qualquer trabalho que abordasse a temática estabelecendo uma relação causal. Trabalhos de revisão ou que não estabelecessem essa relação não foram incluídos.

A escolha pela *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) é por ser esta uma das principais bibliotecas eletrônicas onde são indexadas publicações brasileiras e de países em desenvolvimento, sobretudo os latinos e caribenhos. A plataforma é resultado de um projeto da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências e Saúde (BIREME), contando com apoio também do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (SCIELO, [s.d.]). Como nossa temática diz respeito, sobretudo, aos países do eixo Sul, a escolha pareceu-me apropriada.

Foram utilizados artigos tanto de base quantitativa, quanto de base qualitativa. A maioria dos achados trabalhou com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, que classifica os lares dentro das seguintes condições: Segurança Alimentar (SAN), quando há acesso irrestrito aos alimentos em quantidades satisfatórias e de boa qualidade nutricional; Insegurança Alimentar Leve (IAL), quando há uma preocupação quanto à disponibilidade de alimentos no futuro; Insegurança Alimentar Moderada (IAM), quando há ruptura dos padrões alimentares, podendo faltar comida entre os adultos; e Insegurança Alimentar Grave (IAG), quando há ruptura dos padrões alimentares e a falta de alimentos afeta as crianças, ocorrendo presença da fome. Foram priorizados os trabalhos que estabeleceram relação direta entre PBF e SAN e descartados os demais.

A pergunta que dá bases para essa investigação é “como está retratada na produção bibliográfica da SciELO (2003 a 2019) a relação entre o Programa Bolsa Família e a Segurança Alimentar e Nutricional”, que teve como objetivo analisar o estado da arte no que se refere aos enlaces e impactos do PBF na SAN. Além disso, de forma mais específica, objetivou-se analisar as variáveis que mais interagem com a Insegurança Alimentar, a fim de entender quais grupos populacionais estão mais suscetíveis a ela e como a questão da fome passa para a agenda política brasileira. Além dos artigos da SciELO, também é utilizado

dados secundários, a partir de fontes como o Cadastro Único e matérias de jornais de reconhecimento nacional e internacional. Como a ONU-BR e o The Intercept Brasil.

Para dar seguimento à discussão e situar o leitor dentro deste universo epistemológico, acredito ser importante elucidar alguns conceitos que serão trabalhados nesta pesquisa. O primeiro deles é a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional, que é definida como o acesso regular e permanente aos alimentos, tanto em quantidade como em qualidade, sem haver, sequer, preocupações no que se refere a sua disponibilidade e qualidade no futuro próximo (BRASIL, 2014) e está ligada a um direito fundamental, que é o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Cúpula Mundial de Alimentação em Roma (1966) e reafirmado na Conferência de Direitos Humanos de Viena (1993).

Além disso, é importante situar o PBF, criado em outubro de 2003 no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que unificou programas de transferência de renda que existiam, com o intuito de racionalizar e simplificar o acesso populacional aos mesmos, elevando a efetividade no combate à fome e a pobreza, além de permitir uma melhor cobertura e monitoramento (SILVA; LIMA, 2010). Sua proposta é de combater a fome e promover a SAN, por meio da transferência condicionada de renda a serviços, sobretudo na educação e saúde (ALMEIDA; ALMEIDA; FERRANTE, 2015).

Em um dos capítulos, em que discutirei o perfil dos beneficiários do programa, trabalho também com o conceito de “interseccionalidade”, utilizando autoras como Kimberlé Crenshaw, que explicam neste conceito como as múltiplas formas de opressão (classe, raça e gênero) se cruzam e estabelecem conexões, de forma que ser pobre, mulher e negra, se torna algo extremamente perigoso: é este agrupamento que se encontra nas piores condições de vida, saúde, lazer, acesso a serviços e são mais vitimadas por todo tipo de violência, inclusive institucional.

Desta maneira, utilizarei o conceito de gênero baseada na concepção de Joan Scott, em que “o uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, [s.d], p. 7)”.

Assim, entendo gênero como uma maneira de classificar culturalmente, por meio de papéis sociais, homens e mulheres dentro do processo histórico, incluindo a dimensão do sexo, mas nela não se limitando nem findando, ou seja, entendendo-o como categoria histórica, socialmente definida e definidora.

O conceito de raça adotado é utilizado segundo concepções de Munanga, em que é esvaziado seu sentido biológico (já comprovadamente falso) e compreendido seu sentido social e cultural, já que na vida em comunidade as pessoas adotam a dimensão da raça para se diferenciar e se reconhecer. Raça seria uma categoria socialmente definida, presente no imaginário social e responsável por forjar relações de cunho étnico.

Por fim, a concepção de pobreza que adoto neste estudo para entender “classe”, parte das reflexões de Luana Siqueira (2013) a partir de um olhar marxista sobre a temática dentro do Serviço Social. De acordo com essa perspectiva de análise, a pobreza não é entendida como algo residual das sociedades pré-capitalistas, ou um produto de um desenvolvimento insuficiente, mas, ao contrário, ela é um produto necessário ao MPC, que tem suas bases fincadas na desigualdade, na exploração da mão de obra assalariada e na extração dos lucros do excedente deste trabalho.

Na sociedade capitalista, a pobreza pode ser explicada pela contradição entre os interesses das classes sociais principais, quais sejam trabalhadores e donos dos meios de produção. Neste sistema, quanto mais se gera riqueza, mais se tem o pauperismo dos menos abastados, e as expressões dessas desigualdades configura o que se convencionou chamar de “questão social”.

Assim, entendendo a pobreza como parte estruturante deste modo de produção, compreende-se que sua superação não virá por meio de desenvolvimento econômico ou reformas, mas sim com o fim da sociedade classista e da exploração do homem pelo homem.

Esclarecidos estes pontos, este trabalho está dividido em três sessões. No primeiro capítulo, discuto sobre a alimentação enquanto atividade humana, social e culturalmente marcada. Trago também a discussão sobre fome, partindo do pensamento de Josué de Castro para o debate contemporâneo, além de trabalhar na análise de alguns dados que tratam da devastação da fome no mundo e suas consequências para saúde e bem estar humano. No capítulo dois, discuto sobre as políticas de transferência de renda na América Latina e Caribe, localizando a proteção social no Brasil e situando o Programa Bolsa Família nesta problemática. Em seguida, analiso os dez artigos filtrados na plataforma SciELO e trago suas principais contribuições, finalizando com uma análise sobre o perfil dos beneficiários do programa. No terceiro capítulo, parto da discussão sobre o perfil dos beneficiários para discutir questões ligadas a interseccionalidade, pobreza e gênero, problematizando a questão da autonomia, cidadania e da soberania alimentar enquanto pauta política das mulheres. Por fim, teço considerações finais sobre este trabalho, retomando aspectos centrais e apontando

alguns caminhos para pensarmos em políticas públicas mais abrangentes e intersetoriais, que sejam capazes de contemplar as especificidades dos agrupamentos sociais mais vulneráveis.

1 DIZ-ME O QUE COMES E DIR-TE-EI QUEM ÉS

As Ciências Sociais podem dar contribuições ímpares para os estudos sobre alimentação. A análise do fenômeno alimentar enquanto um fenômeno social, compreendendo uma abordagem mais qualitativa e que pense nas relações sociais e nos aspectos culturais que entornam “o comer”, podem ampliar o debate sobre a temática e leva-lo a outros patamares da investigação científica.

Os estudos das Ciências Sociais sobre a temática alimentar não é algo novo, como nos aponta Fonseca (et al., 2011) e envolve vários campos do saber, como a Antropologia Cultural; a Sociologia da Saúde; a Sociologia do Consumo; a Antropologia Social, entre outros. No entanto, de acordo com as análises feitas em Contreras e Garcia Arnaíz, (2005 apud FONSECA et al., 2011) não havia, em alguns desses estudos, a preocupação de construir teoria e métodos específicos para tratar do tema da alimentação, sendo então uma novidade os esforços empreendidos a partir de 1980 para criar uma definição do que poderia ser uma sócio-antropologia alimentar.

Essa área seria a responsável por dar conta dos aspectos que rondam a comensalidade moderna, preocupando-se com o consumo alimentar feito dentro e fora do espaço doméstico, nas suas variadas etapas e fluxos, desde a coleta até à sua aquisição em serviços de alimentação como restaurantes, por exemplo. Trabalha com o conceito de modernidade alimentar, que seria aquilo que sintetiza os impactos que a alimentação tem sofrido em função das diversas formas de transformações pelas quais a sociedade contemporânea tem passado.

Entender os mais diversos processos pelos quais a sociedade passa e seus desdobramentos na alimentação, é fundamental para que se tenha uma leitura mais ampla sobre a temática. Dessa maneira, compreender como aspectos religiosos, de gênero, raça, classe social, economia e cultura a forjam, será imprescindível para se pensar nos padrões alimentares atuais e compreender o conjunto de símbolos que perpassam a comensalidade e seus desdobramentos.

Dessa forma, cito Fonseca et al. (2011) quando ele fala que o fenômeno alimentar e seu consumo, ao ser compreendido numa abordagem mais qualitativa, torna possível que se avance na construção do conhecimento na ciência nutricional, auxiliando na construção de categoriais sociológicas e antropológicas próprias e adequadas ao fenômeno alimentar, numa abordagem que se quer fazer mais compreensiva sobre o alimento e à alimentação contemporânea. É nesse sentido que proponho a discussão seguinte.

A alimentação humana é uma dimensão bastante complexa da nossa sociedade. Pensa-la, extrapola a discussão sobre o quê e quando comemos, mas se pauta, sobretudo, na forma como fazemos isso e no conjunto de significados que atribuiremos a este ato. Isso significa que a nossa alimentação vai muito além da simples ingestão de determinados alimentos, como no caso dos animais, mas se relaciona ao conjunto de códigos sociais e à estrutura simbólica que permeia a comensalidade.

Enquanto fenômeno social, a alimentação não se restringe a uma resposta imediata a um imperativo de sobrevivência, ou seja, a um “comer para viver” (MACIEL, 2005). Para muito além disso, é necessário pensarmos nas formas pelas quais determinados grupos e indivíduos produzem, coletam, consomem e distribuem seus alimentos e o conjunto de sentidos à alimentação empregados. É entender como a alimentação toca à produção e reprodução social, e quais significados ela irá adquirir em um espaço ou em outro. Em última análise, é compreender que a alimentação é socialmente e culturalmente marcada.

É seguindo esse raciocínio que trago Da Matta (1986, p.48), quando ele fala que o jeito de comer define não somente o que é ingerido, mas também aquele que o ingere, pela lógica do “diz-me o que comes e dir-te-ei quem és”. Assim, por exemplo, os horários das refeições, a constituição dos pratos, a ingestão ou não de carne, a recomendação ou contra indicação de determinados itens alimentares, o uso para fins medicinais do alimento x ou y, as recomendações (crianças têm que comer muita verdura) ou (idosos precisam ingerir alimentos com cálcio), as comidas servidas nas celebrações, nos domingos em família, nos rituais religiosos (o pão e o vinho que simbolizam corpo e sangue de Cristo para as religiões de origem cristã); serão fortes marcadores socioculturais, de forma a ser impossível pensar de maneira complexa a organização e história de um povo sem tocar na questão alimentar.

Para Claude Fischler (1988) a comida é central para definirmos nossa identidade coletiva. A forma como determinados agrupamentos humanos comem, demarca sua diversidade, hierarquia e organização. Ela também é importante para identidade particular, que é bastante influenciada por aquilo que os indivíduos resolvem incorporar através do ato de se alimentar. Fischler entende que, porque somos onívoros, a incorporação de alimentos é um ato dotado de significados. Tendo em conta o princípio de incorporação, a identificação de alimentos é um elemento chave para construção de nossas identidades e a partir disso, inventamos a própria culinária. Assim, a culinária existe para resolver o paradoxo do onívoro, que ora é conservador e desconfiado com a ingestão de novos sabores (neofobia), ora tem a liberdade onívora de desfrutar de outras experiências do paladar (neofilia). A incorporação alimentar é dotada de significados, pois através dela que os limites entre o mundo lá fora e o

eu interior são quebrados, trazendo para dentro do sujeito o conjunto de significados que a comida traz. Os comedores de carne, por exemplo, trazem para si o sangue da força do animal. Os canibais trazem o conjunto de virtudes do sujeito devorado.

Também Mintz (2001) falará que o comportamento relativo à comida está diretamente ligado ao sentido de nós mesmos e da nossa identidade social, o que parece ser válido para todos os seres humanos. Para ele, nossas atitudes em relação à comida são normalmente aprendidas cedo e são ensinadas por adultos as regras que ditam nossa forma de comer. Além disso, o que aprendemos sobre comida está inscrito em “um corpo substantivo de materiais culturais historicamente datados” (MINTZ, 2001, p. 31). Assim, os hábitos alimentares podem mudar totalmente quando crescemos, porém, a maneira e o peso dos primeiros aprendizados alimentar bem como as formas sociais aprendidas através dele, permanecem ao longo de nossas vidas.

Dessa maneira, é impossível pensar a história da humanidade sem pensar a alimentação, até porque, como nos coloca Carneiro (2005) comer não é um ato solitário, nem tampouco autônomo, pelo contrário, é o que marca a origem da nossa socialização, pois, a partir das formas coletivas de se obter comida a espécie humana pôde desenvolver utensílios culturais diversos.

Assim, segundo este autor, o costume alimentar, por exemplo, pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva, pensando na obtenção, conservação e transporte dos alimentos, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas. Dessa maneira, “os critérios morais, a organização da vida cotidiana, o sistema de parentesco, os tabus religiosos, entre outros aspectos, podem estar relacionados com costumes alimentares” (CARNEIRO, 2005, p. 72).

Na realidade, a alimentação pode servir para pensarmos num leque de aspectos da nossa sociedade. Ela irá apontar para aquilo que mais valorizamos e para aquilo que mais depreciamos. Assim, por exemplo, enquanto a carne será um item extremamente valorizado nos mais diversos extratos sociais, o chibé (mistura de farinha e água) funcionará como forte marcador de estigma social, conotando pobreza extrema (MACIEL, 2005).

A alimentação servirá também para pensarmos nas estruturas de poder e nas desigualdades existentes, por exemplo, as desigualdades de gênero: é muito comum em determinados lugares, sobretudo em algumas regiões rurais, não somente as mulheres serem as responsáveis pelo plantio ou compra dos alimentos, como também pela sua distribuição à mesa, obedecendo a preceitos que ditam que o homem, provedor da casa, deve se alimentar em maior quantidade e qualidade, comendo mais que os outros ou, por exemplo, ficando com

as partes mais valorizadas do animal servido, enquanto mulheres e crianças (sobretudo as mulheres) seriam as que comeriam pior (segundo a lógica de que o homem, que trabalha fora e se desgasta fisicamente, precisa comer de melhor forma que a mulher, que faz “apenas” os serviços domésticos) (CANESQUI, 1988).

É interessante também observar a questão alimentar e os aspectos de ordem moral. O alimento será o primeiro e o maior dos paradigmas morais impostos, isto é, o do autocontrole. Assim, desde o aprendizado do choro em busca do leite materno até a introjeção das regras de horários, quantidade e qualidade, bem como da forma de ingestão, o alimento marcará a formação das regras desde a infância (CARNEIRO, 2005).

Ainda pensando em aspectos morais, segundo autor supracitado (CARNEIRO, 2005), é interessante observar a relação entre a comida e o sexo, duas fontes intensas de prazer humano. Desde a bíblia, na passagem de Adão e Eva, podemos notar essa relação quando ambos, após comerem do fruto proibido, sentem-se envergonhados por estarem nus. A questão do fruto relaciona a comida não somente à luxúria, como também à gula e à avareza humana. Para além disso, esses dois prazeres são aproximados das mais variadas formas: na fase infantil, quando o seio materno será fonte máxima de prazer para criança amamentada, como nas práticas eróticas orais, onde o mesmo órgão usado para a alimentação produz sensações sexuais. Inclusive, em várias culturas, associa-se sempre sexo à comida, quando o termo “comer” possuirá duplo sentido, referindo-se não somente a “o quê”, mas também “a quem”.

A alimentação também incorpora as mazelas e vícios mundanos. Do uso dos alimentos- drogas, cuja sensação de saciedade não se centra no corpo, mas nas impressões do espírito (como os estimulantes), à construção do alimento enquanto mercadoria, socialmente fetichizada, embrulhada em rótulos de marcas diversas, comercializada amplamente nas linhas de lanchonetes mundiais (McDonald’s e semelhantes), produzida em escala absurda com a incorporação de tecnologias (uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas) e difundida enquanto ideologia, vendendo a ideia do “cidadão moderno”, consumidor de *fast food*, ao indivíduo “saudável”, consumidor de dietas (da lua, da água, da melancia, da sopa), dos produtos emagrecedores, dos sucos *detox* e das embalagens cujos rótulos vêm como a marca de *light* ou *diet*. É nesse mundo de informações alimentares (mídia, publicidades, dicas de *youtubers*, estilo de vida *fitness*) que veremos ser comum dois extremos de um mesmo modelo, que cabe indivíduos anoréxicos e obesos.

1.1 A fome: uma leitura de muita farofa e pouca carne

Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio desta área onde eu vivia-a área dos mangues. Depois verifiquei que, no cenário da fome no Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra de promessa, que atraía os homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Da área das secas e da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço.¹ (CASTRO, 1983b).

Josué de Castro, grande intelectual pernambucano, é sem dúvidas a mais importante referência brasileira (e talvez internacional) para se pensar sobre o flagelo da fome no mundo. Nasceu em cinco de setembro de 1908 em Recife (PE). Filho de agricultor do sertão nordestino, que teve que migrar, por conta da seca, foi viver sua infância e adolescência num bairro pobre às margens do rio Capiraribe. Em 1929, depois de formar-se em Medicina pela Universidade do Brasil, retornou para o Recife, onde daria início a sua trajetória intelectual e política em torno da problemática da fome e nas suas formas de enfrentamento e superação. (VASCONCELOS, 2008).

Em suas pesquisas sobre as condições alimentares dos operários no Recife, Josué de Castro inaugurou uma forma de estudar a fome, compreendendo-a como um verdadeiro flagelo, de entranhas mais sociais e políticas que econômicas. Para ele, a fome não é um fator natural, mas um resultado da forma como homens e mulheres tecem suas relações sociais, num modelo de produção marcado pelas desigualdades.

Dessa forma, entendeu a fome como um grande tabu social, em torno da qual existe um silêncio que é histórico. Silêncio que é percebido, por exemplo, na parca produção científica existente em torno da questão, segundo o autor, quando comparada a temas de importância menor, com produção acadêmica mais significativa. Castro cita os estudos sobre a guerra para exemplificar essa hierarquia, apontando que para mil estudos sobre a guerra, pode-se encontrar um sobre a fome, quando na realidade a fome será um fator extremamente relevante para o próprio desencadeamento dessas guerras e, além disso, é um fator universal, encontrado em todo território humano, cujas consequências não puderam escapar a nenhum continente (CASTRO, 1983a).

Para o autor, este silêncio em torno da questão se trata de uma verdadeira conspiração. Trata-se, nesse caso, de um silêncio premeditado, na medida em que os preceitos morais da nossa cultura tornaram da fome um tema proibido, ou pouco aconselhado a ser tratado publicamente, sendo preferível a utilização de termos como “desnutrição” ou “subnutrição”. Segundo ele, o fundamento moral que deu origem e esse tipo de interdição se liga ao fato de o

¹ Prefácio do livro “Homens e caranguejos”, de Josué de Castro – 1966.

fenômeno da fome, tanto a de alimentos como a sexual, serem considerados instintos primários da humanidade, uma humanidade que quer extirpar a ideia do instinto em detrimento de uma lógica racional, apontando a superioridade da razão do homem diante dos seus impulsos, negando o poder criador dos instintos, colocando-os como “desprezível”. Dessa maneira, encontramos uma das imposições da cultura, que fez do sexo e da fome assuntos “impuros”, e por isso, indignos de serem tocados.

Seguindo o pensamento do autor, o tabu do sexo foi desmontado por Freud, e o tabu da fome pelas próprias condições históricas, sobretudo nos pós-guerras. Assim, após o fenômeno das grandes guerras mundiais que assolaram o mundo, tornou-se impossível camuflar a existência de milhões de famélicos até então invisíveis. É a partir desse momento que grandes nações irão se reunir, na Conferência de Alimentação de *Hot Springs*, em 1943, para confessarem a realidade de fome de seus povos e se comprometerem em acordos para minorar a grave crise. É a partir daí que é criada a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em 1945, que lidera até hoje os esforços internacionais para a erradicação da fome no mundo.

Castro ficará marcado pelo seu grande clássico “Geografia da Fome” (1946), onde utilizando do método geográfico de delimitar espaço e correlacionar fatores, irá tecer o primeiro Mapa da Fome no Brasil. Nessa obra de valor inquestionável, o autor nos aponta uma visão panorâmica sobre o flagelo da fome, a fim de que possamos compreendê-la para além de uma concepção biológica (como nos apontaram os fisiólogos) ou psicológica (posta pelos romancistas), mas uma concepção que compreende fatores ecológicos, sociais e culturais. Será essa obra, juntamente com outras, como “Geopolítica da Fome” (1959), que lançarão Josué de Castro como um intelectual e cidadão do mundo, com sua produção majestosa e com uma trajetória política respeitável.

Também marcará o debate sobre a temática ao lançar mão do conceito de “fome oculta” que se distingue da fome total, caracterizada pela verdadeira inanição de nutrientes; mas a que se refere a uma má alimentação durante toda uma vida, a uma forma de passar fome que é silenciosa, lenta, mas nem por isso menos significativa. A fome oculta se caracteriza por uma má alimentação durante a vida, marcando um indivíduo com privações nutricionais diversas.

A fome para Castro, tanto endêmica (persistente), como epidêmica (que aparece em alguns contextos específicos, como nos tempos de guerra), será tratada não de forma individual, mas no seu aspecto coletivo, estando interessado em explica-la de maneira universal e abrangente. Inclusive usa o Brasil como laboratório de suas experiências sem

desconsiderar a América Latina, mesmo porque, como pontuou, em estudos e observações diretas, pode concluir que os demais países latinos apresentam situações tão ou mais problemáticas que a brasileira.

Da sua infância no Recife, se destaca no autor a relação com o rio e o mangue. Dessa relação escreve “Homens e Caranguejos”, seu romance quase que autobiográfico em que oferece ao leitor uma leitura de “muita farofa e pouca carne”. Assim, em suas palavras:

O tema deste livro é a história da descoberta da fome nos meus anos de infância, nos alagados da cidade de Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procuo mostrar neste livro que não foi na Sarbonne, nem qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe [...]. Esta é que foi minha Sarbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoadas de seres humanos feitos de carne de caranguejo e pensando e sentindo como caranguejos. Seres anfíbios habitantes da terra e da água, meio homens meio bichos [...] (CASTRO, 1983b, p. 18).

É a partir desse contato ingênuo com a fome (em quem acreditou, de início, que se tratava de algo específico de sua localidade) que Castro construirá todo um pensamento que tem na causa e no combate desse flagelo seus pontos de partida e de chegada.

Dentre as muitas coisas que se destacam no pensamento do autor acredito ser fundamental a discussão sobre a crise demográfica e as teorias malthusianas do século XVIII. Josué de Castro é categórico ao desbancar essas teorias e apontar seu conteúdo equivocado e pré-científico. Segundo ele (e viríamos a ter certeza disto, certo tempo depois) o problema da fome no mundo não se explica pelo salto populacional do pós guerra, mesmo por que já se existia o fenômeno da fome antes desse período. O que ele aponta, é que esse fator era escamoteado, escondido, tratado como uma questão tabu. Além disso, afirma que não só a fome existia antes, como ela existe hoje, nos países que passam longe de serem superpovoados. Assim atesta que quaisquer previsões em termos categóricos sobre os impactos do aumento populacional no que tange ao fenômeno, não passam de “especulações, de profecia arriscada, sem bases científicas” (CASTRO, 1983c, p. 33).

O autor afirmava que a explosão demográfica é um fator que pode agravar a situação de fome, mas jamais determina-la. Para ele, ela é fruto de estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais que não possam ser superadas, sendo que o interesse em justificá-la pela explosão demográfica está justamente em ocultar as suas reais causas, que residem no tipo de exploração colonial ao qual foram expostos os países subdesenvolvidos.

Defende assim que a estratégia para o desenvolvimento mundial e a erradicação da fome não está em diminuir os efetivos humanos do planeta, mas criar uma consciência

potente, capaz de mobilizar forças em prol de uma maior igualdade. Dessa maneira, defende a empregação racional de recursos naturais, com ajuda das tecnologias e da ciência, como forma de superação desse problema.

Castro também tinha uma visão muito interessante sobre o subdesenvolvimento. Compreendia-o não como um fenômeno oposto ao desenvolvimento, e sim como um desdobramento do modelo desajustado de como foi e continua sendo produzido o mesmo. Subdesenvolvimento e fome são dois aspectos extremamente imbricados, decorrentes do processo colonizador imposto de cima para baixo pelas nações ditas desenvolvidas, à revelia da miséria dos países periféricos.

Esse processo, para o autor, no período de lutas pelas independências das antigas colônias, forjou a consciência dos famintos do mundo com relação ao fenômeno fome, passando a compreendê-la não mais como natural e inevitável, mas sim como decorrente da própria exploração dos países centrais. É esse despertar que fez da fome a grande “descoberta” do século XX. Também é ele que ameaça a “paz mundial”, no sentido de que, se nada for feito pelas nações poderosas, o despertar das forças dos famintos tomará uma força impossível de ser contida (CASTRO, 1960).

Trazendo para o debate mais atual, autores contemporâneos, (muitos deles inspirados nas ideias de Josué de Castro) utilizarão conceito de fome para definir a situação em que uma pessoa ou uma população sofre de uma forma permanente, de insuficiência de alimentação em uma quantidade e/ou qualidade que lhe forneçam as calorias e nutrientes necessários à vida e à saúde do corpo (ADAS, 2014).

Nesse sentido, podem ser divididas em dois tipos, quais sejam: a fome energética ou calórica (também conhecida como fome total), caracterizada pela incapacidade da alimentação diária ingerida garantir a energia necessária para que o organismo desempenhe trabalho; e à fome de nutrientes -proteínas, vitaminas e sais minerais- que cumprem a função de restaurar as células tecidos e órgãos do corpo. Dessa maneira, a falta de qualquer um desses nutrientes irá provocar distúrbios alimentares como a cegueira noturna, o bócio e o beribéri, sendo este tipo de fome conhecida como parcial, específica ou ainda (nos termos de Josué de Castro), oculta.

Além disso, existem dois aspectos nos estudos sobre fome que a qualificam entre fome crônica (que engloba a fome total e a fome parcial) – encontrada vastamente e não apenas nos bolsões de pobreza, apresentando caráter mais sutil, porém não menos devastador – e fome aguda – que resulta de adversidades naturais (pestes, enchentes, etc.;) e/ou problemas de natureza social, econômica e política (como as guerras) e é quando efetivamente faltam

alimentos em quantidade necessária para atender ao contingente populacional afetado, sendo a forma mais cruel de fome coletiva.

Extremamente devastadora e amaldiçoada, a fome, de forma lenta e corrosiva, leva o indivíduo à morte. Seja pela inanição total das calorias necessárias às funções do corpo ou pela falta de nutrientes necessários à vida, ela destrói corpo e mente concomitantemente. O indivíduo que não come (ou come de forma inadequada) emagrece, definha, torna-se apático. Isso por que ela devasta a imunidade, expondo o corpo a todos os tipos de enfermidade existentes. Assim, não só os problemas diretamente decorrentes da má alimentação (anemia, raquitismo, bócio) como outras doenças - coqueluche, pneumonia ou mesmo uma simples diarreia - podem ser fatais num corpo mal alimentado (ABRAMOVAY, 1991).

Isso nos coloca a pensar em um aspecto importante sobre a fome: nós não sabemos exatamente à sua dimensão. Os dados da FAO, por exemplo, estão centrados no aspecto calórico, isto é, na fome total. A fome de nutrientes não é mensurada pelos censos dessa organização, mesmo por que ainda é um aspecto pouco debatido ou mesmo invisibilizado pelas organizações e governos. Além disso, não é um aspecto fácil de ser mensurado: um indivíduo que aparentemente está bem nutrido pode apresentar deficiências nutricionais invisíveis aos olhos mais leigos. Além disso, segundo Ziegler (2013), os dados fornecidos pelos países com maior contingente de famintos (os do Sul) muitas vezes são pouco sofisticados, devido a uma incapacidade tecnológica dos próprios instrumentos de verificação.

Dessa forma, muitas crianças, por exemplo, morrerão em decorrência da fome, sem que isso esteja apontado no atestado de óbito. Uma pneumonia, um sarampo ou uma desidratação, por exemplo, podem muitas vezes esconder a verdadeira causa da morte, que está na má alimentação, que tornou essas criaturas prezas fáceis para todos os tipos de enfermidade. Isso também se explica pelo fato das crianças (juntamente com as gestantes) formarem uma população que está biologicamente mais vulnerável, isto é, mais suscetível às doenças infecciosas e que mais necessitam de uma alimentação adequada (ABRAMOVAY, 1991).

1.1.1 “Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada”²

Chico Bento também já não estava no rancho. Vagueava à toa, diante das bodegas, à frente das casas, enganando a fome e enganando também a lembrança que lhe vinha,

² Frase do autor Jean Ziegler em sua obra *Destruição em massa: Geopolítica da Fome*, 2013.

constante e impertinente, da meninada chorando, do Dunquinho gemendo “Tô tum fome! Dá tumê!”³ (QUEIROZ, 2016).

A desnutrição calórico-proteica atinge um grande número de crianças na fase pré-escolar dos países periféricos e se apresenta em variados graus, sendo o 3º estágio o mais agressivo. São representantes desse estágio o *kwashiorkor* e o *marasmo*.

O *kwashiorkor* (cuja palavra provém do dialeto africano da atual Gana) significa “criança desmamada” e sua principal causa decorre do desmame precoce. Muitas vezes, quando nasce uma nova criança, a criança mais velha, que ainda amamentava, perde o direito à amamentação, e não possuindo uma alimentação que dê conta dos nutrientes necessários ao seu desenvolvimento, desenvolve essa patologia que se caracteriza por inchaço no ventre, lesões na pele, estagnação no crescimento, atraso no desenvolvimento mental e descoramento dos cabelos. De acordo com Adas (2014), muitas crianças atingidas por essa doença podem nunca engatinhar ou andar, além de crescerem apáticas e retraídas. Muitas vezes morrem em decorrência de doenças simples, que numa criança bem alimentada seria facilmente revertida.

Já o *marasmo*, segundo o mesmo autor, é uma doença decorrente de uma carência calórica, cujo termo em grego significa “consumir-se”. Geralmente acontece nas primeiras semanas de vida do bebê e se caracteriza por emagrecimento, parada do crescimento e debilidade, chegando o peso da criança afetada a corresponder a 60% abaixo do considerado normal.

Outra doença extremamente grave é trazida por sociólogo Jean Ziegler (2013) em seu livro “Geopolítica da Fome”. Trata-se na *noma*, que provém do grego e significa “devorar”, sendo uma forma de gangrena que se desenvolve na boca, destruindo os tecidos do rosto e devorando a face das crianças, principalmente entre um e seis anos.

O autor explica que a doença se desenvolve a partir das bactérias naturais da boca, que em um indivíduo faminto e com o sistema imunológico debilitado, toma proporções descontroladas e patogênicas, que acaba por eliminar as últimas defesas imunitárias. Essa doença leva a desfiguração do rosto, impossibilidade de comer e falar, estigma social e na grande maioria dos casos, à morte. Nas palavras do autor:

Na maioria das sociedades tradicionais da África Negra, das montanhas do sudeste asiático e dos altiplanos andinos, sobre as vítimas da *noma* pesa um tabu: são rejeitadas como se fossem uma punição, ocultadas dos vizinhos. A pequena vítima é afastada da sociedade, isolada, emparedada na sua solidão, abandonada. Dorme com os animais. (ZIEGLER, 2013, p. 93).

³ O quinze – Rachel de Queiroz.

Os dados na *noma* são alarmantes. Segundo o autor citado, que traz dados de uma pesquisa denominada “*Noma. The Ulcer of Extreme Poverty*”, a cada ano a *noma* ataca em torno de 140.000 vítimas, sendo que 100.000 delas são crianças na faixa etária de um a seis anos (ZIEGLER, 2013). São poucos sobreviventes, em torno de 10%, ou seja, todos os anos cerca de 120.000 pessoas são dizimadas por essa doença da fome.

Apesar de doenças desse patamar terem sido reduzidas no Brasil (decorrente da ampliação de serviços na área social) no Nordeste brasileiro, por exemplo, veremos números significativos que apontam a situação de *nanismo*, decorrente de uma alimentação inadequada. Já na década de 1950 os estudos de Nelson Chaves, que fundou o Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, chamou a atenção para o estado de desnutrição da população nordestina, inclusive alertando sobre o número de nanicos, resultado de uma alimentação insuficiente nos primeiros anos de vida da criança. Mesmo com uma diminuição desse somatório nos últimos anos, estudos irão apontar que num grupo de cinco crianças até os cinco anos, uma ainda apresenta uma estatura abaixo dos padrões normais. Esse fenômeno não se apresenta apenas no Nordeste, mas também em outras regiões brasileiras é possível notar esse desfalque nas médias antropométricas (ADAS, 2014).

Pesquisas recentes vêm apontando uma retomada no crescimento de famintos no mundo nos últimos quinze anos. Atualmente são 815 milhões de pessoas subalimentadas, o que representa 11% da população mundial. De acordo com as pesquisas da FAO, esse aumento se relaciona a existência de conflitos violentos e às mudanças climáticas, baseado no “Estudo da Segurança Alimentar e da Nutrição no mundo 2017” (FAO, 2017a).

De acordo com esse estudo, são 155 milhões de crianças menores de cinco anos que sofrem com atraso de crescimento, e 52 milhões estão com peso abaixo do ideal para a estatura. Além disso, 41 milhões estão com sobrepeso e a anemia entre mulheres e a obesidade adulta também são preocupantes, o que se explica, para além dos fatores citados acima, pelas mudanças nos padrões alimentares e pelas crises econômicas.

Em outra matéria divulgada pela FAO, alerta-se para um crescimento da fome na região da América Latina e do Caribe, se comparada aos dados de 2013 (39,1 milhões), 2015 (40,1 milhões) ao atual dado de 2016 (42,5 milhões), representando um total de 6,6% da população regional. A notícia boa, apontada pela matéria, é a de que entre 2005 e 2016 houve uma redução mundial da desnutrição crônica infantil, principalmente na Ásia e na América Latina e Caribe, caindo de 15,7% em 2005 para 11% em 2016. Sobre essa redução, Júlio Bredegue (representante regional da FAO) aponta para a prevalência das políticas públicas

voltadas para a infância, dentre elas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE- (FAO, 2017b).

Outro material, publicado no site da ONU no Brasil, aponta o país como grande referência nas políticas públicas no combate à fome, com índices abaixo de 2,5%. No entanto, para que o país consiga atingir a meta de zerar a fome, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cujo prazo é até 2030, é necessário que políticas públicas voltadas para as populações mais vulneráveis continuem existindo. Levando em conta, no entanto, que os índices de fome na América Latina e Caribe vêm crescendo (em decorrência de uma conjuntura econômica desfavorável e tomada de poder no governo de alas conservadoras), é uma possibilidade real que não consigamos atingir a meta até o prazo estipulado (ONU-BR, 2017).

Todos sabem que tivemos avanços importantes, sobretudo no campo do combate à fome, nos últimos anos. A incidência de *nanismo* associado à subnutrição, por exemplo, caiu de 19% em 1989 para 7% em 2007, de acordo como Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). O mesmo organismo aponta que o aleitamento materno exclusivo para crianças de até seis meses, saltou de 2% para 39% entre 1986 e 2006. Além disso, a emenda constitucional que coloca a alimentação enquanto um direito (Emenda Constitucional 64/2010) é um marco importante, posicionando o Brasil entre os únicos países no mundo que reconhecem esse direito constitucionalmente (ONU-BR, 2017).

No entanto, a retomada do crescimento da fome na região latino americana deve servir como alerta para pensarmos na continuidade e ampliação de nossas políticas. Alguns alertas inclusive já vêm sendo feitos com relação ao Brasil. Numa matéria da BBC Brasil, é possível analisar considerações sobre o Índice Global da Fome 2016, do Instituto Internacional de Investigação para Políticas Públicas (IFPRI), que aponta que apesar do país servir de exemplo no combate à fome para outras nações, a crise econômica e política que enfrenta pode ameaçar essa estabilidade (BIZZOTTO, 2016). A política adotada pelos atuais governos brasileiros não coloca dúvidas sobre estes riscos: a drástica redução dos gastos sociais e a estratégia de congelamento dos mesmos, a partir da Emenda Constitucional nº 95 /2016, (que limita os valores de gastos sociais referentes ao ano anterior, corrigido pela inflação, por um período de vinte anos) é um exemplo revelador desse aspecto.

Em uma matéria da revista RADIS (março de 2018) esse alerta é feito. De acordo com a matéria, os cortes nos gastos sociais são a principal causa para o retorno do fantasma na fome no país, dando como exemplo o bloqueio e cancelamento de 1,1 milhão de benefícios do Bolsa Família pelo então governo Michel Temer e a proposta de redução de 92% dos recursos

para o Programa Cisternas, anunciada para 2018. Além disso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que estimula a pequena produção agrícola, destinando 30% da compra da merenda escolar das escolas públicas à pequena produção local, teve orçamento anunciado para 2018 na casa dos 750 mil, sendo que em 2015 o investimento com o mesmo programa foi de 609 milhões. Outro sintoma dessa ameaça foi a retomada da campanha “Natal sem Fome”, em 2017, suspensa desde 2007 em decorrência da melhoria significativa nos indicadores sociais. No entanto, é importante ressaltar que medidas estruturais não foram tomadas, como a democratização do acesso à terra a pequenos produtores, bem como à garantia do direito territorial às populações tradicionais, como aponta Maria Emília Pacheco, assessora da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PERES, 2018).

Outro número assustador revela a epidemia de fome entre as pessoas idosas no Brasil. O país reduziu drasticamente o número de mortalidade infantil decorrente da subnutrição, mas tem fechado os olhos para a quantidade de idosos que morrem por anos por subnutrição: uma média de 13 por dia, chegando a cinco mil por ano, segundo informações do Livre.jor, agência de jornalismo especializada em dados públicos para o site The Intercept Brasil. E, entre as possíveis causas, aponta-se para o abandono por parte da família, bem como a exploração financeira: muitos empréstimos consignados são feitos com a aposentadoria desses idosos em nome de parentes, e o que sobra desse desfalque é gasto com remédios. Além disso, Terezinha Tortelli, uma freira que coordena a Pastoral da Pessoa Idosa da Igreja Católica, afirma que é alto o número de idosos com filhos ou netos que são dependentes de droga e usam o dinheiro dessas aposentadorias com o vício (MARTINS; RIBEIRO; JOSÉ LÁZARO, 2018).

Na mesma matéria o pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Francisco Menezes, que é coautor de um estudo que vê grandes possibilidades de o Brasil voltar ao Mapa da Fome, revela “Nossa constatação empírica é de que já voltamos”. Ele explica que em 2014 segundo o IBGE, tínhamos sete milhões de pessoas nessa situação, com o desemprego de 4%. Hoje ele está na casa dos 15%. “Como acreditar que a situação não tenha piorado desde então se Insegurança alimentar e pobreza absoluta são muito proximamente ligados?”.

A matéria traz ainda um dado de um artigo de pesquisadores da Fiocruz, que constata que o impacto da Emenda Constitucional do congelamento dos gastos sobre a saúde e a assistência social num cenário econômico mais favorável fará com que cerca de 19 mil mortes

de criança até o ano de 2030 não sejam evitadas, principalmente pelos cortes em programas como o Bolsa Família e o Estratégia de Saúde da Família.

1.2 Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada

Pensar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não é tarefa simples, porque ela abarca uma dimensão bastante ampla de princípios e diretrizes, e também porque está intrinsecamente articulada com diferentes políticas, trazendo para si aspectos que envolvem estratégias do âmbito da saúde, assistência social, agricultura, educação, economia, relações internacionais, meio ambiente, entre outras. É reconhecendo sua complexidade e compreendendo que seu debate é extremamente extenso, que iremos tecer uma discussão inicial sobre direitos, políticas públicas e trajetória histórica no campo da SAN.

Sua definição atual, formulada no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (2003), referendada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em Olinda- PE (2004), e posta na lei n.11.346, de 15 de dezembro de 2006 (MALUF; REIS, 2013 apud ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013) nos diz que a SAN:

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável. (BRASIL, 2006).

De acordo com Maluf e Reis (2013 apud ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013) a SAN irá envolver diversas dimensões na vida das pessoas, comunidades e países, podendo ser pensada inclusive em termos globais. No que tange aos indivíduos e aos grupos sociais, três fatores, segundo eles, concorrem para diferenciar as manifestações de Insegurança Alimentar quais sejam: classe social, condição de gênero e geracional e raízes étnicas/raciais. Desta forma, mulheres e idosos irão enfrentar carências nutricionais específicas se comparado a homens e aos mais jovens, assim como negros e indígenas irão compor parte relevante dos indivíduos que mais estão sujeitos a algum tipo de privação alimentar. Sobre este aspecto, aprofundaremos a discussão na sessão três.

Ainda segundo os autores, a promoção de SAN deve estar comprometida com o acesso regular e permanente aos alimentos, sem ameaçar outras necessidades essenciais à vida. Nesse

sentido, é necessário verificar duas óticas, que são a do acesso e da disponibilidade de alimentos.

Assim, na ótica do acesso, os objetivos da SAN precisam estar conectados ao comer bem, de forma regular, alicerçado em práticas saudáveis, sem estar desajustada com a dimensão cultural de cada grupo e também sem abrir mão de práticas que valorizem a dimensão do prazer. Além disso, o custo com a alimentação é extremamente relevante para mensurar o alcance da SAN, sobretudo por que o gasto central do orçamento de muitas famílias, principalmente as mais pobres, tende a ser com ela. Assim, se o gasto com alimentos comprometer o acesso a outros componentes de uma vida digna, a SAN não estará sendo garantida (MALUF; REIS, 2013 apud ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013).

Já sobre a disponibilidade, deve-se levar em conta não somente a ausência dos sinais de escassez de alimentos, mas também a forma como vêm sendo produzidos, comercializados e consumidos. Isso significa que não basta uma nação ser autossuficiente na produção de alimentos para ter garantida a SAN, como se pensava durante certo tempo, quando a disponibilidade de abastecimento alimentar estava fortemente associada à ideia de Segurança Nacional, em um cenário pós-guerra. Aos poucos, passou-se a incorporar outras dimensões para se falar sobre a SAN, fazendo deste conceito um aspecto central para pensarmos hoje em uma grande parte das nossas políticas.

A SAN é pensada atualmente dentro da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Esse conceito vem sendo construído progressivamente, mas suas origens remetem ao art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, quando se passou a discutir sobre um padrão de vida considerado digno, o que logicamente não poderia ser vislumbrado sem contemplar a questão alimentar. Porém, a formulação mais específica do termo DHAA ocorreu durante o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966. No artigo 11 do Pacto, irá se reconhecer o direito de todos a um padrão de vida adequada, inclusive no que se refere à alimentação e ao direito fundamental de todos de estarem livres da fome. (BURITY et al., 2013 apud BEZERRA; CASSARINO, 2016).

Para um maior aprofundamento do conceito, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas elaborou o comentário geral n. 12, de acordo com o qual o direito a alimentação adequada se realiza quando “todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção” (ONU, 1996 apud

BEZERRA; CASSARINO, 2016, p. 71). Além disso, o comentário em questão também aponta que:

O direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrado na carta dos Direitos Humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos. (ONU, 1996 apud BEZERRA; CASSARINO, 2016, p. 71).

Dessa forma, é dever do Estado promover do direito humano a alimentação adequada e proteger os indivíduos da sua violação, o que necessariamente significa investir em políticas que tenham na garantia da alimentação saudável, segura e de qualidade, um verdadeiro valor. Além disso, fiscalizar e combater a violação desse direito é fundamental para proteger as pessoas da exposição perversa à Insegurança Alimentar e à fome. Isso significa entender que a insegurança alimentar se esconde nos lares e se manifesta de diferentes modos, ou seja, que o fato de se alimentar todo dia não garante, imediatamente, a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada em seus sentidos próprios, porque aspectos como qualidade nutricional, segurança, sustentabilidade, acesso e adaptação aos hábitos culturais irão impactar nesse direito, compondo um conceito bem mais complexo do que aparenta.

Desta forma, somente a disponibilidade não é suficiente para que se garanta o direito à alimentação, já que a mesma requer o respeito ao princípio do acesso digno ao alimento, além de considerar a diversidade nutricional e cultural das pessoas, famílias, grupos sociais e culturas regionais e nacionais, como um requisito para se alcançar a soberania alimentar (MALUF; REIS apud ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013). Essa dimensão, na perspectiva do DHAA, surge tendo como base o direito dos povos à autodeterminação e ao controle dos seus recursos, como também da definição de suas próprias políticas de promoção à alimentação adequada e de combate à fome. A incorporação deste conceito pode ser um interessante meio para se pensar na promoção de condições para que as populações locais participem das discussões atreladas a programas e estratégias de alimentação, nutrição, economia, finanças, trabalho, saúde, agricultura, etc.; discussões estas que ajudarão a pensar sobre o uso dos nossos recursos para produção de alimentos saudáveis, nutritivos, seguros, que não contaminem solos e águas e que preserve também a saúde de produtores e produtoras desses alimentos. Nesse sentido, os princípios de uma utilização dos recursos com bases agroecológicas se mostram extremamente relevantes para se pensar uma relação com a

natureza que seja o menos predatória possível (VALENTE; SUÁREZ-FRANCO; CÓRDOVA [não publicado] apud BEZERRA; CASSARINO, 2016).

O DHAA é uma responsabilidade de todos, porém competem ao Estado as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover esse direito. Nesse sentido, respeitar significa que o Estado não poderá bloquear, de nenhum modo, o acesso da população ao alimento; proteger quer dizer que ele deve ter uma posição atenta, para impedir ações de indivíduos ou empresas que firam o DHAA; promover, se relaciona ao dever de tomar medidas que facilitem e incrementem o acesso à alimentação, fornecendo as condições necessárias para o seu acesso, e prover, que se deve garantir a alimentação dos indivíduos sempre que estes não possuam, por razões estruturais, portanto alheias à sua vontade, formas de garantir a comida de cada dia (LEÃO, 2013).

Assim, cabe, sobretudo ao Estado brasileiro a função de fazer com este direito se efetive, através de ações promotoras e de políticas, programas e estratégias no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, a SAN será compreendida enquanto eixo ordenador das estratégias de desenvolvimento de um país, apontando para maneiras mais justas e sustentáveis de produzir e comercializar os alimentos, “questionando o padrão de consumo alimentar e requalificando ações dirigidas para os grupos sociais mais vulneráveis à fome e à desnutrição” (MALUF; REIS apud ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013, p. 20).

1.2.1 Trajetória histórica do conceito de SAN e os marcos referenciais nas políticas de alimentação no Brasil.

A definição contemporânea da SAN é um reflexo da evolução história dos debates acerca da alimentação e nutrição no âmbito nacional e internacional. Acompanhando as tendências mundiais e os debates sobre fome, veremos no Brasil um contorno singular na formulação de leis, políticas e conceitos que envolvem a questão alimentar.

De acordo com a esquematização de Arruda e Arruda (2007), podem-se definir alguns marcos na trajetória das políticas de alimentação em nosso território. Para os autores, esse percurso começa justamente com o estudo de Josué de Castro sobre a condição alimentar dos operários de Recife, em 1933, revelando a relação entre déficit calórico e renda, levando ao desenvolvimento de estudos em outros lugares de Pernambuco e também no Rio de Janeiro e São Paulo, sendo este debate decisivo para que a questão da instituição do Salário Mínimo fosse pensada e posta como Decreto- Lei nº 399, em abril de 1938, com valores fixados em 1º

de março de 1940 pelo Decreto-Lei nº 2162, iniciativa que na época beneficiou 58% da população assalariada, a partir de intensificação na imprensa de campanhas com esse intuito.

No mesmo período, segundo os autores, tem-se a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), pelo Decreto-Lei nº 2479, em agosto de 1940, tendo como finalidades proporcionar condições e instalações para uma alimentação adequada aos trabalhadores, além de fornecer alimentos a preços mais acessíveis, capacitar pessoas para desenvolverem atividades de nutrição e promoverem educação alimentar, não somente para os trabalhadores, como também para suas famílias.

De acordo com autores citados acima, na década de 1940 surgem dois outros organismos, sendo o Instituto Técnico de Alimentação (ITA) em 1944, transformado, em 1946, em Instituto Nacional de Nutrição da então Universidade do Brasil; e em fevereiro de 1945, é criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), incumbida de assessorar o governo na elaboração de uma política de alimentação, sendo posteriormente extinta, em 1972, para dar lugar ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que tinha como função: a) assessorar o governo para a formulação de uma política nacional de alimentação e nutrição; b) propor ao presidente da república um Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), ficando responsável pela sua implementação e fiscalização; e também ser o órgão central das atividades relacionadas à alimentação e nutrição no Brasil.

O I PRONAN foi instituído em março de 1973, por meio do Decreto-Lei nº 72.034, contando com 12 subprogramas e durou apenas até 1974, tendo seu desempenho transcorrido com dificuldades e sendo interrompido em decorrência de transgressões normativas e operativas, encontradas pelas auditorias realizadas pelo INAN. Em janeiro de 1975, um convênio do INAN com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicada (IPEA), constituiu uma equipe técnica para a formulação do II PRONAN, aprovado em 1976 por meio do Decreto nº 77.116, que inovou ao conceber a desnutrição como uma doença de natureza social. As diretrizes desse II PRONAN levaram a estrutura de programas que tiveram como referências: o Programa de Nutrição e Saúde (PNS); Programa de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB); Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB); Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno; Programa de Combate às Carências Específicas; o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, além dos programas dependentes de outros órgãos, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa de Complementação Alimentar (PCA) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Sobre as diferenças que marcam o II PRONAN, tem-se a seguinte consideração:

Ele pode ser considerado um marco na política de alimentação e nutrição do país, por ser o primeiro a enfatizar a importância de se utilizar alimentos básicos nos programas alimentares, em detrimento dos produtos industrializados que eram adquiridos nos programas anteriores. Além disso, partiu-se do diagnóstico de que os fortes estímulos à produção de commodities agrícolas para exportação tiveram como impacto indireto o estrangulamento da produção de alimentos de consumo interno, que ainda se ressentiam da queda de seus preços devido ao baixo poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos. Por isso, o II Pronan apontou a necessidade de apoiar os “pequenos produtores rurais, com vistas à elevação da renda do setor agrícola e ao aumento da produtividade da agricultura familiar”. A proposta apresentada era a criação de um mercado institucional mediante a unificação das compras de alimentos de todos os programas governamentais de distribuição de alimentos para o grupo materno-infantil e a merenda escolar em uma única instituição, no caso a COBAL. (SILVA, 2014, [n.p.]).

Contudo, a ação conservadora do governo militar, aliada a outras questões fez com que o II PRONAN em muitos aspectos não saísse do papel.

De acordo com Peliano (2010 apud SILVA, 2014b):

O INAN foi o único que se esforçou para associar a distribuição de alimentos com o apoio à agricultura familiar, sobretudo pelo lançamento de dois programas, o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) e o Projeto de Aquisição de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda (PROCAB), em parceria com a CAOBAL, além da criação de polos de compras para escoamento da produção em áreas rurais com a concentração de pequenos agricultores nos estados do Nordeste. Mas a insuficiência dos recursos e a descontinuidade dos programas comprometeram o alcance dos objetivos traçados. Ademais, o fato de o INAN ser associado ao Ministério da Saúde (MS), que é um órgão setorial, dificultou sua capacidade de articulação institucional para a integração de políticas no governo federal, e a conjuntura política também não era favorável para uma integração estratégica dos organismos de governo para uma ação voltada a atender a demanda de alimentos por parte de comunidades pobres. (SILVA, 2014b).

Segundo Arruda e Arruda (2007 apud SILVA, 2014b), tentou-se lançar o III PRONAN, a partir dos conhecimentos acumulados com as outras experiências. A proposta chegou a ser elaborada e encaminhada para avaliação em maio de 1981, mas não foi aprovada e o INAN foi extinto em 1997, e suas funções incorporadas pelo Ministério da Saúde.

Segundo autor supracitado, sob o primeiro governo pós-ditadura, do presidente José Sarney, lançou-se o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes, por meio do Decreto de Lei nº 93.120 de 1986 (ARRUDA; ARRUDA, 2007 apud SILVA, 2014b). O programa recebeu muitas críticas dos especialistas na época, que ressaltaram seu caráter clientelista, além de isolado e desarticulado das outras políticas vigentes.

Em 1992, ainda segundo mesmo autor, no Governo Fernando Collor, este programa foi extinto, além de outros ligados a alimentação, bem como outros que tiveram seus orçamentos enxugados. Foi neste contexto que surgiu a partir da lei 8.029 de 1990 a Campanha Nacional

de Abastecimento (CONAB) fruto da fusão de outras três empresas públicas que operavam em distintas áreas de fomento a atividade agrícola: a Companhia de Financiamento da Produção (CPF) a COBAL e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM).

Logo após a derrubada de Collor, o vice-presidente Itamar Franco tomou posse e estabeleceu novos rumos para a questão alimentar na agenda governamental, principalmente como o lançamento do Plano de Combate a Fome e a Miséria no intuito de articular as instâncias de governo e a sociedade civil para auxiliar a traçar um novo desenho de estratégia emergencial de governo no combate à fome. Neste governo foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e sancionada da Lei Orgânica de Assistência Social.

Já em 1995 o novo presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o mandato para logo em seus primeiros dias lançar o Programa Comunidade Solidária, criado como principal estratégia no âmbito do combate a fome e a pobreza. A criação deste programa resultou na extinção de uma série de estruturas do governo ligadas à temática alimentar, inclusive o Consea. Para o IPEA (2008 apud SILVA, 2014b) embora este programa tenha incorporado o enfrentamento da fome, ele marcou o começo de um retrocesso em relação aos avanços iniciados nos anos anteriores.

O PCS consistia em uma estratégia de articulação e coordenação de ações descentralizadas de governo no combate à fome e à pobreza, baseadas no estímulo à participação e ao acompanhamento dos atores locais. Ele foi concebido sob as diretrizes da focalização e da busca pela eficiência da ação do Estado e desoneração do orçamento público, previstas no projeto de reforma institucional sob a responsabilidade do Ministério das Ações de Reforma do Estado (Mare). Por isso, além da extinção de órgãos da estrutura de governo, partes significativas dos serviços sociais passaram a ser transferidas para o setor privado por meio de parcerias, operacionalizadas por interlocutores entre as ONGs (“entidades públicas não estatais”), organizadas em torno do que se convencionou chamar de “terceiro setor.”(SILVA, 2014b).

A justificativa apresentada pelo Programa Comunidade Solidária era de criar um ambiente propício para a “pactuação de acordos no plano local, tendo como princípios: estabelecimento de parcerias, cooperação mútua, descentralização, integração e convergência de ações” (SILVA, 2014b, p. 17). O fundo para seu funcionamento era captado em empresas, sindicatos e agências internacionais de financiamento e cooperação técnica. Todavia, as ações desencadeadas se mostraram estritamente de natureza emergencial e preventivo às causas da perpetuação da pobreza, sem apresentar uma ação de caráter estruturante. Assim:

As ações desencadeadas se mostraram ser basicamente de cunho emergencial e preventivo às causas da perpetuação da pobreza, constituindo-se em experiências fragmentadas e esparsas no território nacional, orientadas pelo princípio neoliberal

da focalização e seletividade da intervenção pública, oposto à universalização. O PCS não conseguiu apresentar uma ação essencialmente estruturante no combate à pobreza e seus flagelos sociais, como a fome e a desnutrição. Além disso, a indefinição na liberação de recursos, alocados em vários programas dependentes de diferentes ministérios, e a falta de critérios bem definidos para a aprovação e o financiamento de projetos, conferia-lhe um caráter de instabilidade. O PCS não se estruturou como política pública tradicional, mas sim como proposta estratégica de combate à pobreza que envolvia múltiplos objetivos, instrumentada em torno de ações emergenciais que não abarcavam todas as dimensões necessárias de uma política social tal qual ele pretendia ser. Por fim, sua estratégia também promoveu uma descaracterização da participação social, despolitizando os projetos e ações ao reduzir os espaços de debate e confrontação político-ideológica em torno do tema (SILVA, 2014b, p. 27-28).

Em um novo cenário de estabilização, devido ao Plano Real, permitiu que o governo federal adotasse, sobretudo a partir do ano 2000, uma série de programas de transferência direta de renda como forma de fazer chegar recursos emergenciais, à população extremamente pobre. Entre esses programas, foi implementado Programa Bolsa Alimentação, que visava ao atendimento de crianças menores de 6 anos e gestantes de baixa renda. Além dele, havia também outros dois programas de transferência de renda, o Vale Gás, do Ministério de Minas e Energia e a Bolsa Escola, do Ministério da Educação (MEC). No entanto:

Pelo fato de cada um desses programas possuir seus próprios critérios de elegibilidade, banco de dados de beneficiários e estratégias de implementação, impediu uma articulação mais efetiva entre eles e outras ações em curso para o combate à pobreza e a garantia da segurança alimentar no Brasil (SILVA, 2014b, p. 30).

Mais tarde, o avanço dos programas de transferência de renda será notório, com a unificação de programas existentes, que viria a criar o Programa Bolsa Família, um derivado da Estratégia Fome Zero, colocada como proposta central no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fruto de mobilizações populares, sobretudo do movimento Ação Cidadania contra a Fome, à Miséria e pela Vida, cujo sociólogo Hebert de Souza (Betinho) desempenhou papel relevante. Esta organização, fundada em 1993, formou e forma uma imensa rede de organização nacional a fim de ajudar milhões de brasileiros em situação de fome e teve papel crucial na luta contra a subnutrição no país. Assim, o governo Lula, iniciado em 2003, lança o Fome Zero, expondo sua pretensão em dar centralidade à questão alimentar e combater a fome e desnutrição no Brasil, configurando-se como um grande guarda-chuva de ações para a Segurança Alimentar e Nutricional nacional.

O Fome Zero, de então responsabilidade do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) passa, em 2004, para a Secretaria Nacional de SAN do novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no qual foram

reunidas ações no âmbito da assistência social e da transferência de renda, englobando medidas não somente do MDS, como de outros ministérios. Junto ao MESA, recriou-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – em 2003 (extinto no governo Fernando Henrique Cardoso), órgão este de assessoria direta à presidência da república, com participação majoritária da sociedade civil e representando um espaço formal de participação popular na construção da política de SAN no Brasil (BRASIL, [s.d.]).

Junto à elevação do poder de compra do Salário Mínimo (SM), o que repercutiu nos valores transferidos para as aposentadorias e benefícios da assistência social e junto ao crescimento do emprego, o primeiro eixo de atuação do Fome Zero foi a implementação de ações direcionadas para a ampliação do acesso ao alimento pela população mais pobre. A principal estratégia foi com a criação de um novo programa de transferência de renda, o Bolsa Família, que unificou os programas até então existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Vale Gás) com uma proposta ampliada e melhor focalizada no público mais vulnerável. Além disso, o acesso ao alimento também foi promovido por meio do remodelamento e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e pelo incentivo à expansão de equipamentos públicos, como os bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares (BRASIL, [s.d.]). As considerações sobre o PBF e sua relação com a promoção da SAN será abordada de maneira mais detalhada no próximo capítulo deste estudo.

Vale memorar ainda alguns momentos que foram fundamentais para a discussão da Segurança Alimentar no Brasil. Assim, não podemos deixar de citar estes eventos, ressaltando o caráter processual da construção do debate sobre alimentação no país. São eles:

a) A 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), defendendo a saúde como um direito de todos e sustentando uma visão mais abrangente, de maneira que o Estado deveria realizar um conjunto ampliado de ações que iriam além das tradicionais no âmbito biomédico (1986);

b) A I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, decorrente da 8ª CNS, que irá consagrar a tese da alimentação enquanto um direito para a cidadania e contribuir para ampliar a ideia de Segurança Alimentar para além do âmbito da produtividade e disponibilidade de alimentos (1986);

c) A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, ocorrida em 1994, resultado da mobilização feita pelo movimento Ação Cidadania e pelo I Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (1993);

d) A II E III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas pelo CONSEA em 2004 e 2007, respectivamente. A II Conferência de SAN formalizou seu

conceito, já posto pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2003, e foi posto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346, de 15 de dezembro de 2006, instituindo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de assegurar a alimentação humana adequada (BURLANDY; MATOS, 2012).

A LOSAN é o marco legal que cria o SISAN, com vistas a assegurar DHAA. Ela estabelece definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, através do qual o poder público, junto à sociedade civil organizada, irá formular e programar políticas, planos, programas e ações para fazer valer este direito (LEÃO, 2013).

Ela entende que a alimentação adequada é um direito de todos, fundamental ao ser humano e inerente a dignidade da pessoa, indispensável na consolidação de outros direitos contidos da Constituição Federal de 1988. Assim, segundo seus princípios, cabe ao Estado adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a SAN da população (LEÃO, 2013).

Segundo essa lei, trazida por autor supracitado, a SAN envolve acesso; inclusive o acesso à água; conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos; promoção da saúde, nutrição e alimentação, sobretudo para os grupos mais vulneráveis; garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, assim como o estímulo a estilos de vida saudáveis e que respeitem a diversidade étnica e cultural dos povos a produção de conhecimento e acesso a informação e a implementação de políticas e estratégias sustentáveis de produção, comercialização e consumo de alimentos.

Partindo da LOSAN, a garantia do DHAA far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, Estados, Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que se relacionem com a SAN e que manifestem interesses de aderir ao sistema, respeitando, para isso, a legislação aplicada. Parte dos princípios de universalidade; preservação da autonomia e respeito à dignidade da pessoa; participação social e transparência dos programas, ações e recursos públicos. Suas diretrizes são: promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações; descentralização de ações e colaboração entre esferas de governo; monitoramento da situação ambiental e nutricional; conjugação de medidas diretas e indiretas para promoção do acesso à alimentação; articulação entre orçamento e gestão; e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e capacitação profissional.

Este processo de institucionalização da SAN levou, no Brasil, a proposição de dois órgãos que funcionam como mecanismos de coordenação do SISAN: O CONSEA, que é um

órgão direto de assessoramento à presidência da república, e que se constitui em um espaço para participação e controle social das políticas de alimentação; e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), órgão do governo que está diretamente vinculado ao MDS. Tanto o CONSEA quanto a CAISAN possuem como referência as proposições colocadas nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, espaço responsável por tecer as diretrizes e prioridades da Política Nacional e do Plano Nacional de SAN, assim como de avaliar o desenvolvimento do SISAN. Elas ocorrem a cada quatro anos, e são precedidas pelas conferências estaduais, distritais e municipais, onde se escolhem os delegados à Conferência Nacional e se debatem questões específicas a cada esfera (BRASIL, [s.d.]b).

Em termos internacionais, a fome aparecerá como um problema nos períodos pós-guerra. A I e II guerra mundial abateram as principais economias, deixando como legado vastos territórios assolados pela falta de recursos e pela pobreza extrema. Nesse sentido, ter suprimentos necessários para atender à demanda alimentar da população era considerado aspecto de primeira necessidade, assim como estar suficientemente abastecido em casos de futuros conflitos políticos e embargos. Dessa maneira, o conceito de SAN estava fortemente associado à ideia de Segurança Nacional e a preocupação central era decididamente com aspectos produtivos, negligenciando-se questões como acesso.

Como consequência, viu-se surgir vários acordos e organizações multilaterais para lidar com a questão da fome no mundo. Temas como mercado internacional, ajuda humanitária e desenvolvimento da agricultura irão para o centro do debate político das nações, o que veio a contribuir para que a problemática da fome viesse, gradualmente, a ser compreendida numa perspectiva complexa e múltipla (SILVA, 2014b).

Um marco nesse debate foi à realização da Conferência de Alimentação de *Hot Springs* (1943) nos Estados Unidos, revelando esse novo envolvimento mundial em torno da questão da fome. Foi esta a primeira conferência convocada pelas Nações Unidas para pensar estratégias diante do cenário de destruição e da necessidade de reconstruir o mundo solapado pelas guerras.

Num cenário extremamente complexo, em que ex-colônias lutavam por suas liberdades políticas e a questão da fome parecia um problema sem fim, foi realizado em 1974 a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, em Roma. Este evento ocorre em um cenário caótico, em que os estoques de alimentos estavam escassos e com a quebra de safra de importantes países. Este contexto turbulento veio a favorecer o argumento de era necessário uma maior modernização da produção de alimentos, argumento este que servirá

para legitimizar a chamada Revolução Verde. Esta conferência deixou como saldo a tentativa de trazer a discussão da fome para um campo mais social e político e não somente econômico, como era feito. É nesse contexto que a FAO irá afirmar que o flagelo global da fome não se dava exatamente pela baixa produtividade de alimentos, mas essencialmente pela pobreza e desigualdades sociais (SILVA, 2014b).

Outros eventos importantes foram a Conferência Internacional de Nutrição, organizada pela FAO em 1992, que incorporou o conceito nutricional e sanitário na discussão sobre alimentação, e a Cúpula Mundial de Alimentação (1996) em Roma, em que estiveram presentes representantes de 159 países, que chegaram ao consenso de que a fome e a desnutrição eram realmente inadmissíveis e que o acesso a alimentos saudáveis e seguros deveria ser direito garantido a cada pessoa. Nessa cúpula foram aprovadas a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação, e se destacou pela adoção, em suas deliberações, do princípio de direito humano à alimentação, incentivando que o objetivo da segurança alimentar passasse à busca de uma situação na qual todas as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e suas preferências quanto aos alimentos que lhes permitam levar uma vida saudável (CUMBRE MUNDIAL SOBRE ALIMENTACIÓN, 1996 apud MALUF; REIS, 2013).

De uma forma geral, notamos uma transformação paulatina da forma como a questão alimentar viria a ser tratada, originando-se numa perspectiva produtivista, no período que finda as guerras mundiais e sendo progressivamente associada a outros aspectos, como à saúde, nutrição, segurança, sustentabilidade e cultura. Essa “passagem” não ocorreu de forma consensual ou pacífica; ainda assim, essa trajetória evolutiva em torno do conceito nos trará hoje para a configuração de um debate muito mais denso e também complexo. É considerando este enfoque atual na definição de SAN, e também contemplando as discussões sobre direito à alimentação e soberania alimentar que teceremos nossa discussão daqui para frente.

2 TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SAN

Para começar a pensarmos nos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) e em seus desdobramentos, faz-se necessário uma pequena introdução sobre a ideia de proteção social no âmbito dos Estados. Seguindo o pensamento de Bárbara Cobo (2012), o sistema de proteção social irá se direcionar a todos os indivíduos: pobres, vulneráveis ou não, tendo como objetivo fundamental a garantia dos padrões de vida frente às situações de incertezas que esses padrões possam estar sujeitos. Desta maneira, um bom sistema de proteção social provê a cobertura ao longo da vida das pessoas, em especial na infância, juventude e velhice de prerrogativas protetivas, além de ações mais imediatas quando se trata de eventualidades, tais como desemprego, adoecimento e incapacidade para o mercado de trabalho. Assim, a prerrogativa é de que o Estado abasteça estes serviços, já que a iniciativa privada acaba sendo uma espécie de luxo, resguardada a poucos.

Se levarmos em conta a realidade de muitos países europeus, este sistema de proteção irá apontar resultados positivos. No entanto, em se tratando da realidade latina e caribenha, o quadro é mais delicado. Isso por que, em lugar de um sistema amplo, que forneça cobertura expressiva aos cidadãos em seus diferentes ciclos de vida, veremos sistemas protetivos, inconclusos e com cobertura bastante limitada. Nesse sentido, os PTRC, que em muitos países ocupa um lugar residual, serão, no caso do Brasil, por exemplo, o “carro chefe” da política social. É nesse sentido que queremos focar o caso do Bolsa Família.

Seguindo o pensamento de Cobo, em sistemas consolidados de proteção social, como os da Europa Ocidental, as transferências formam um conjunto de um amplo e complexo mosaico, no qual os cidadãos se encontram protegidos de riscos e incertezas da vida. Assim, existem políticas universais de transferência de renda a famílias com crianças, auxílios para a maternidade bem como doenças, seguro-desemprego, aposentadorias e pensões, além de políticas voltadas para inserir indivíduos no mercado de trabalho. Ofertas nos serviços de saúde, educação e cuidado infantil também constituem o sistema protetivo desses países.

Além desses serviços, existe uma estratégia para integrar a este mosaico, indivíduos que por diferentes motivos não conseguiram ser contemplados. No geral, assumem a forma de transferência de renda mínima focalizada nos pobres, funcionando, nas palavras da autora, como uma “rede” que consegue capturar aqueles que estiveram de fora do modelo de proteção social hegemônico.

No entanto, em países como os Estados Unidos e os da América Latina e Caribe:

Os sistemas de proteção social nunca se consolidaram dessa forma, configurando-se como de natureza contributiva meritocrática (voltado apenas para aqueles com capacidade contributiva e maior força política), de baixa cobertura, limitados a um escopo e pouco uniformes (COBO, 2012, p. 28).

Segundo a autora, o principal argumento para justificar a focalização em famílias mais pobres é justamente a de que são estas as que de fato não integram o sistema protetivo e que encontram-se historicamente a margem de qualquer cobertura. No entanto, o que a autora irá problematizar é que esta opção não vem acompanhada de políticas amplas e abrangentes, de caráter estrutural. Assim, em suas palavras:

A adoção de um único instrumento de combate à pobreza, não integrado institucionalmente às demais formas de transferência de renda para manutenção de “mínimos sociais”, confere aos sistemas focalizados implementados nesses países toda a responsabilidade pela melhoria das condições de vida dos indivíduos e suas famílias, revertendo completamente sua lógica e seu desenho institucional original, conforme adotada nos países europeus, que é de servir apenas como uma “rede” para “capturar” tão somente aqueles indivíduos que, de alguma forma, não foram beneficiados pelas demais políticas de transferência de renda. (COBO, 2012, p. 29).

Seguindo essa linha de raciocínio da autora, parece que se coloca um antagonismo entre universalização e focalização, o que não é totalmente verdade: algum nível de focalização acaba tendo lugar na proteção social, coexistindo com políticas universais, porém com menor participação, contemplando famílias que permaneceram pobres mesmo depois de terem passado pelas outras possibilidades de transferências universais.

A questão central é que, em termos de “focalização extensiva” a política residual se desloca do seu papel de “apêndice” para assumir o lugar da própria proteção social, assumindo lugar de centralidade nos países em desenvolvimento, como os latinos.

O ciclo de maior intervenção do Estado na economia política terá um significativo descrédito a partir da crise do capital nos anos 1960, ocasionada, segundo Lima et al. (2014), pela queda da taxa de lucro, em um cenário de acirramento da concorrência intercapitalista em dimensões mundiais, da elevação dos preços de matérias-primas básicas e do esgotamento do modelo taylorista-fordista “para fazer face às exigências de elevação de produtividade e de adequação aos novos padrões de competitividade” (LIMA et al., 2014, p. 40).

Como resultado do esgotamento do modelo taylorista-fordista, emerge o período de reestruturação produtiva, com grande flexibilidade no que se refere à estruturação do trabalho e leis trabalhistas. É a época dos subempregos, das terceirizações, do trabalhador “colaborador” e do voluntariado. De acordo com Jessop (1991 apud LIMA et al., 2014) com o esgotamento do paradigma de organização industrial fordista o *Welfare State* Keynesiano perde sua eficácia enquanto força estratégica de assegurar a reprodução do capital. Em seu

lugar, emerge o que ele denomina de *Workfare State* Schumpeteriano. A diferença entre ambos é que, enquanto o primeiro, objetiva promover o pleno emprego nas economias nacionais e generalizar o consumo em massa, mediante políticas sociais, o segundo visa “promover a inovação da produção, dos processos de organização e dos mercados, em prol da elevação da competitividade das economias abertas, a partir de mecanismos de intervenção econômica que enfatizam o lado da oferta” (LIMA et al., 2014, p. 43). Destarte, a política social neste modelo ficará subjugada aos imperativos do mercado e da competitividade industrial.

As consequências desta mudança são inúmeras, cabendo, no entanto destacar a substituição das políticas de integração, com cunho universalista, para as chamadas políticas de inserção, de caráter focalizado em segmentos considerados mais vulneráveis. É o cunho neoliberal que se apresenta, marcado pela ascensão de governos como o de Margareth Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos.

É nesse contexto que os países centrais e as agências multilaterais tecem novas medidas de gestão da política econômica da parte dos países periféricos. Nessa perspectiva, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) iniciaram uma nova postura junto aos países em desenvolvimento, para desenharem os rumos das “novas políticas sociais”. Novas medidas, compondo um conjunto de reformas foram colocadas na mesa, reassumindo a posição liberal de livre mercado e mínima intervenção do Estado em suas articulações.

As orientações para este conjunto de reformas foram resumidas no que ficou conhecido como Consenso de Washington. É neste documento que consta a série de reformas que os países periféricos deveriam assumir dali pra frente para atrair novamente os capitais privados depois da crise dos anos 1980, considerada a “década perdida” pela literatura. Dessa maneira, os sistemas de políticas sociais de aspiração na universalidade são desestruturados e reformados para darem lugar a modelos de políticas sociais descentralizadas e focalizadas. É nesse contexto que supõe a implementação dos programas de transferência de renda condicionada, adquirindo predominância na região latina e caribenha a partir dos anos 2000.

Maria Ozanira da Silva e Silva (2014a), em livro intitulado Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe traz algumas problematizações acerca do que ela entende como fundamental para se entender os PTRC nestes países: o conceito de pobreza e a teoria do capital humano.

De acordo com a autora, a perspectiva dominante é aquela que entende a pobreza como ausência, carência, sendo destacada uma visão monetarista que mede a pobreza tão somente pela privação de renda. No entanto, a abordagem mais bem aceita é a que a

referencia como um fenômeno de natureza relativa, que depende do modo de vida dominante em cada país, fenômeno dinâmico, heterogêneo e multidimensional. Para ela, além da renda, ao conceito de pobreza podem ser somados problemas referentes à educação, saúde, moradia, desemprego e dificuldades de fazer valer direitos. Assim, “trata-se de uma situação durável de não ter, não saber e não poder” (EUZEBY, 1991 apud SILVA, 2014a, p. 86).

Segundo a autora (SILVA, 2014a), os PTRC estão em consonância com essa visão ultrapassada da pobreza, pelo menos em termos práticos. Um exemplo disso é que a inclusão em tais programas se faz exclusivamente mediante critérios de renda. Além do mais, não se percebe a pobreza como um fenômeno universal e estrutural, preocupando-se tão somente em mitigar ou atenuar a situações extremas daqueles considerados miseráveis.

Para elucidar a concepção de pobreza adotada, trazemos, junto à autora citada (SILVA; 2014a), a concepção marxista como via cabível para o entendimento deste fenômeno, considerando as categorias “classe social” e mais especificadamente, “exército industrial de reserva”, “lumpemproletariado” e ainda desigualdade social. Dessa maneira:

O pressuposto é de que a exploração é intrínseca à constituição do sistema de produção capitalista, que se funda na separação do trabalhador dos meios de produção, levando à concentração da propriedade nas mãos de poucos (os capitalistas), para gerar a mais valia enquanto apropriação do excedente do trabalho em decorrência do monopólio sobre a propriedade dos meios de produção, base da exploração social (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2012 apud SILVA, 2014a, p. 88).

Já sobre a teoria do capital humano, principal formulação teórica que orienta os PTRC na América Latina e Caribe, Silva traz as contribuições de Minto (2006 apud SILVA, 2014a), em que relaciona esta teoria ao surgimento em meados dos anos 1950 da disciplina Economia da Educação, nos Estados Unidos, sendo Theodore W. Schultz o principal formulador desta disciplina.

Em linhas gerais, acreditava-se na Economia da Educação como força motriz para o desenvolvimento produtivo. Desta maneira, surgiu na intenção de explicar os ganhos na produção gerados pelo que se denominou fator humano, tendo como pressuposto a noção de que quando o trabalho humano é qualificado por meio da educação isso leva necessariamente a um aumento da produtividade econômica e, por conseguinte, das taxas de lucro do capital.

Tal concepção provoca uma visão tecnicista da educação, como fator sinônimo de desenvolvimento, leia-se, desenvolvimento capitalista. Desta maneira, o caráter estrutural da discussão sobre desenvolvimento é deslocado para o campo do individual, para a esfera

privada, gerando responsabilização dos indivíduos e trazendo como consequência a culpabilização dos mesmos por eventuais fracassos.

Numa concepção mais ampla e estrutural sobre a educação, teremos, nas palavras de Silva, a seguinte formulação:

A educação é concebida como uma prática social, uma atividade humana, historicamente definida no âmbito das relações sociais. Produto do confronto das classes e grupos sociais, constituindo-se numa expressão de relação social. Portanto, o homem, enquanto sujeito das relações sociais, é também sujeito do processo educativo (MARX; ENGELS, 1983 apud SILVA, 2014a, p. 89).

Assim compreendida, nem a educação nem a qualificação humana podem ser reduzidas a mero fator de produção do capital, subordinado a leis do mercado. (SILVA, 2014a, p. 89).

Desta forma, a educação é alçada a capital humano. Constituindo-se como potencializadora da capacidade de trabalho, bem como da produção, passa o investimento neste capital ser tido como um dos mais lucrativos, tanto em linhas gerais, no que tange ao desenvolvimento das nações, quanto no âmbito da mobilidade individual. Assim, esta teoria é fortemente disseminada como mecanismo de solução das desigualdades entre os países em desenvolvimento, com grande penetração no território latino e caribenho mediante organismos internacionais.

A partir dessas formulações e perspectivas teóricas, os PTRC se difundiram amplamente enquanto mecanismo central da política social no dito Terceiro Mundo, cujo traço principal é o público alvo constituído por pobres e extremamente pobres, assim como o estabelecimento de condicionalidades, associados ao incentivo da demanda e oferta de serviços sociais, seguindo a lógica do investimento em capital humano como mecanismo para o desenvolvimento e estratégia de combate das armadilhas da pobreza. Nesse ritmo, na primeira década do século esses programas cresceram significativamente, de maneira que em 1997 estavam presentes em três países e em 2010, de acordo como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), já estavam em dezoito países, com ampla cobertura da população pobre, como aponta o quadro a seguir:

Quadro 1 - Percentual de cobertura da população indigente e pobre pelos PTRC em 15 países da América Latina e Caribe, 2009-2010

PAÍSES	% de cobertura da população indigente	% de cobertura da população pobre
Equador (2010)	100	100
Uruguai (2009)	100	84,6
Brasil (2010)	100	84,6
México (2010)	100	62,8
Colômbia (2009)	100	56,5
Chile (2009)	100	51,7
Argentina (2010)	100	46,4
República Dominicana (2009)	89,0	46,3
Panamá (2009)	81,0	39,5
Guatemala (2010)	70,5	39,7
Peru (2010)	60,6	21,2
Costa Rica (2009)	52,2	17,4
Estado Plurinacional da Bolívia (2009)	50,7	32,4
El Salvador (2009)	38,7	17,1
Paraguai (2010)	25,2	13,9

Fonte: Cepal (apud SILVA, 2014a).

Os dados do quadro acima (SILVA, 2014a) demonstram que a cobertura da população indigente foi de 100% em 2009-2010 em sete países e seis cobriram mais de 50% da população pobre, sendo eles Equador, Uruguai, Brasil, México, Colômbia e Chile. Há de se considerar, no entanto, que a cobertura destes programas em cada país varia de acordo com o tamanho de suas respectivas populações, bem como do corte de renda para os pobres e extremamente pobres, calculado nação a nação. Apesar de uma considerável cobertura, vale considerar que a região ainda está entre as mais desiguais do mundo. Um dos fatores, além dos determinantes históricos, está na ainda alta concentração de renda e na não realização de reformas estruturais, como a tributária e agrária, por exemplo, além da relação de dependência dos países desenvolvidos, saldo histórico de um passado de exploração colonial que teve seus agravantes no presente. Vale aqui registrar que os países centrais, a partir de um passado de exploração de suas antigas colônias, conseguiram alçar estabilidade econômica e política, ao passo que os países do eixo Sul, que conformavam essas antigas colônias, não conseguiram se desenvolver plenamente, já que a estrutura econômica e política forçaram esses países a dependerem em diversos aspectos das antigas metrópoles, não desenvolvendo sua economia de forma soberana e se alicerçando em governos que fizeram alianças perigosas, aliadas a

ideologia neoliberal e que não respeitou a soberania nacional, a exemplo do governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil. Além disso, governos ditatoriais marcaram o passado histórico dos países latinos e caribenhos, levando a anos de atraso econômico, político, social e cultural, fazendo com que reformas estruturais importantes não viessem a se efetivar, como a ditadura civil militar brasileira e chilena.

2.1 Programa Bolsa Família: o caso do Brasil

Eixo norteador da Estratégia Fome Zero o Programa Bolsa Família insere-se no projeto político do governo Lula. Sua origem provém dos programas de transferência condicionadas de renda do governo de Fernando Henrique Cardoso, quais sejam: o Bolsa Escola, o Cartão Alimentação, o Auxílio Gás e o Bolsa Alimentação, criados entre 2001 e 2003. Tais programas em muito se assemelham com o PBF: o Bolsa Escola beneficiava famílias de baixa renda com crianças; o Bolsa Alimentação atendia crianças de até sete anos e ambos tinham como critério de elegibilidade a questão da renda e estabeleciam condicionalidades referentes a saúde e educação. Assim como no PBF, a transferência monetária se fazia de forma direta, preferencialmente a mulher. Já o Auxílio Gás não tinha restrição ao tipo de família, de forma que sua abrangência era muito maior que a dos outros dois. Este programa, eliminado em 2001, mantinha o critério da renda, como o Bolsa Escola e o Cartão Alimentação, de meio salário mínimo *per capita* mensal (MARINS, 2017).

Vale lembrar que o Programa Fome Zero se constituiu como um divisor de águas da política social ao inserir a temática da fome no centro do debate político e econômico, na medida em que os números de famintos no mundo vinham aumentando consideravelmente a partir da década de 1990 e do avanço do modelo neoliberal em países como o Brasil. Em seu discurso de posse, o então presidente Lula ressaltava a importância de que cada brasileiro e brasileira tivessem direito a, pelo menos, três refeições ao dia.

Assim, o Bolsa Família, convertido em lei de nº 10.836/ 2004 é um programa de transferência condicionada de renda e atualmente se apresenta como um dos mais importantes da América Latina e do mundo, abrangendo em torno de 50 milhões de pessoas distribuídas em 13 milhões de famílias. De acordo com a cartinha do programa, a transferência se explica como forma de garantir o direito humano à alimentação, à educação e à saúde, podendo o benefício ser utilizado para cobrir qualquer despesa importante da família.

Segundo dados atualizados do site da Caixa Econômica Federal, as famílias alvo do programa são as consideradas pobres e extremamente pobres. Pelo critério da renda, as

famílias extremamente pobres são aquelas que recebem até R\$ 89,00 mensais por pessoa. Já as famílias pobres são as que possuem renda mensal *per capita* entre R\$89,01 e 178,00. Estas últimas podem participar do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

Para a inserção no programa é necessário que o responsável pela família inscreva seus componentes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, mantendo os dados atualizados pelo menos de dois em dois anos, ou sempre que surgirem mudanças significativas no seio familiar, tal como nascimento, morte, emprego ou desemprego. O Cadastro Único é um pré-requisito, porém não garante a inserção da família no programa, o que é feito de forma automatizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (BRASIL, [s.d.]a).

Para se manter no programa, é necessário que a família cumpra com as chamadas “condicionalidades”, ou “compromissos”, como denomina o próprio MDS. Estes compromissos são, sobretudo na área da saúde e da educação, com objetivo de que as famílias “acessem direitos” e rompam com o ciclo intergeracional na pobreza.

Assim, na área da educação, é necessário matricular crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos na escola, mantendo a frequência escolar em 85% para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para os jovens de 16 a 17 anos. Já na área da saúde, os responsáveis devem levar crianças menores de sete anos para tomar as vacinas que são recomendadas pela equipe de saúde, bem como pesa-las, medi-las e fazer acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. Gestantes também devem ser acompanhadas, fazendo o pré-natal e frequentando as consultas na Unidade de Saúde de referência. Somam-se a essas contrapartidas, as iniciativas locais, adotadas município a município, como geração de emprego e renda, cursos de capacitação, entre outros (BRASIL, 2015). O descumprimento das condicionalidades traz consequências graduais, que vão desde a advertência até o cancelamento do benefício, o que deverá ser acompanhado pela rede de Assistência Social de cada município.

Autores irão divergir em alguns pontos quando se refere a este aspecto do programa. Silva (2007), Zimmermann e Espínola (2013), atestam que a responsabilidade pelo cumprimento dessas condicionalidades não deve recair sobre os usuários do programa, mas sim sobre as próprias esferas de governo, que devem garantir serviços de qualidade em quantidade satisfatória. Para Zimmermann e Espínola, o governo não deve investir tempo em fiscalizar o cumprimento das contrapartidas pelos usuários, mas sim, fiscalizar a própria qualidade dos serviços ofertados na rede pública, fazendo do Estado o grande responsável, e

não as famílias e indivíduos. Além disso, ressalta que as advertências, bem como o cancelamento do benefício é uma ação de natureza punitiva e criminalizadora, que reforça nas pessoas o medo e não cria condições para o desenvolvimento de uma verdadeira autonomia.

Ambos os autores concordam, que a existência de condicionalidades, do ponto de vista dos direitos sociais, é totalmente contraditória, chegando a ferir a concepção de direito conquistada na Carta Magna e na declaração de direitos humanos. Elas atentam contra o princípio da não condicionalidade inerente ao direito de todo cidadão ter acesso tanto ao trabalho quanto a programas sociais que possam lhe garantir uma vida digna (SILVA, 2007). Um direito, em seu sentido próprio, deve ser amplo, irrestrito, universal e, assim, de maneira nenhuma, pode exigir contrapartidas dos seus usuários, sem que sua própria natureza seja gravemente ferida. Aliás, a existência de condicionalidades, principalmente se tratando de um programa sócio assistencial, reforça ainda mais o estigma de que a Assistência Social é um favor, uma benesse, tal como era compreendida amplamente há não tanto tempo. O direito a educação, saúde e assistência social, pilares do programa, são direitos considerados universais, tanto que são incorporados e operacionalizados dentro da lógica dos Sistemas Únicos, tal como os serviços da Educação Pública e gratuita, inerente a todo brasileiro; o Sistema Único de Saúde –SUS- e o Sistema Único de Assistência Social- SUAS.

De todo modo, os dados do Bolsa Família, na educação e na saúde são muito significativos. Segundo a Cartilha do Bolsa Família (2015), as transferências sociais em especial o BF foram responsáveis por uma queda de 15% a 20% na desigualdade de renda domiciliar per capita entre 2001 e 2011. Os dados passaram a ser mais significativos depois da implementação do plano Brasil Sem Miséria (BSM) que vem paulatinamente substituindo o Fome Zero. Com o BSM e a criação do Benefício de Superação da Extrema pobreza, em dez anos de existência o PBF retira da extrema pobreza 36 milhões de brasileiros. Além disso, houve redução significativa na evasão escolar, trabalho e mortalidade infantil, além de auxiliar a melhorar a autoestima de muitas famílias, já que o benefício é muitas vezes a única fonte de renda familiar. Assim, como é trazido brilhantemente no livro “Vozes do Bolsa Família” (2013) de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani (2013), o programa tem ajudado a recuperar a cidadania das pessoas, muito embora ainda esteja aquém das necessidades da maior parte dos domicílios contemplados. Isso por que os valores repassados ainda são muito baixos, inferiores inclusive ao preço médio da cesta básica, o que impede que exista resultados mais expressivos no que tange a segurança alimentar, por exemplo. Além disso, como veremos no a seguir, a maior aquisição de alimentos não necessariamente vem

sendo acompanhada de educação alimentar, o que tem colocado muitos beneficiários dentro do *ranking* de sobrepeso e problemas decorrentes de uma alimentação desequilibrada.

2.2 SAN, PBF e Estado da Arte: a plataforma SciELO

De acordo com pesquisa do IBASE, realizada em 2008 com 5 mil beneficiários do BF, em 229 municípios brasileiros, 87% dos gastos com o rendimento do programa é direcionado a alimentação, chegando a 91% no Nordeste. Segundo esta mesma pesquisa, quanto mais vulnerável a família, maiores os gastos alimentares. As famílias beneficiárias gastam em média R\$200,00 com supermercado, representando 56% da renda domiciliar total.

Analisando artigos da plataforma SciELO, entre os períodos de 2003 a 2019, conseguimos alguns achados importantes para nosso debate. São dez artigos, de diferentes métodos (quantitativo e qualitativo) e em sua maioria que utilizaram da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para discutir seus dados.

“Segurança Alimentar, renda e Programa Bolsa Família: um estudo de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil 2005- 2011”, de Caroline Souza Cabral et al. (2014) é o único estudo de coorte encontrado, realizado com famílias de São José dos Ramos e Nova Floresta. No ano de 2005 foram analisados 609 domicílios e em 2011, 406. Os resultados apontam que houve aumento da segurança alimentar/ insegurança alimentar leve e uma melhoria dos indicadores socioeconômicos. Estabeleceu-se relação entre elevação de renda e melhoria dos níveis de IA, concluindo-se que o programa em questão impacta positivamente no aumento da renda, proporcionando melhorias nos índices de SAN.

Como metodologia, utilizou-se a EBIA e análise descritiva dos dados. Os resultados apontam que existiram melhorias nas condições socioeconômicas desta população se comparado os dois momentos: a média de renda per capita aumentou R\$ 130,70 em 2005 para R\$302,50 em 2011. Houve aumento de 10% na cobertura do programa bem como do valor do benefício repassado, e esses dados positivos se repercutiram na segurança alimentar da população estudada se comparado os dois momentos.

O estudo destaca a criação do Fome Zero, no governo Lula, bem como do Programa Bolsa Família em substituição dos programas de transferência de renda preexistentes. Relata que desde sua criação o programa ampliou significativamente sua cobertura e traz o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, que aponta que entre 2003 e 2004 houve uma redução da pobreza extrema de 12% para 4,8% respectivamente.

Relata também que muitos autores têm destacado a diminuição das desigualdades no Brasil, que ocorreu, dentre outros motivos, devido ao aumento da renda *per capita* dos indivíduos mais pobres. Cita, por exemplo, o estudo de Soares et al. (2006 apud CABRAL et al., 2014) que atribuem 21% da queda da desigualdade de renda ao programa. Também, analisando dados de um inquérito nacional, Vianna e Segall-Correa (2008), observaram que para cada R\$ 10,00 de acréscimo nos valores repassados, aumenta-se 8% das chances de SAN nas famílias.

Os autores trazem ainda que existiram melhorias em fatores socioeconômicos dessa população, em relação ao tempo de permanência. Dessa maneira, a renda *per capita* aumentou de R\$ 130,70 em 2005 para R\$ 302,50, em 2011. Houve aumento em cerca de 10% da cobertura do Programa Bolsa Família assim como do valor do benefício (R\$ 33,80 ± 36,80 para R\$ 111,20 ± 33,50).

Quando analisados segundo as categorias pobres e não pobres, de acordo com cortes de renda do próprio programa, houve uma redução significativa do primeiro grupo e aumento do segundo, de forma que o percentual de pobres diminuiu 20%. Observou-se também o aumento dos níveis de segurança alimentar/insegurança alimentar leve em detrimento da insegurança alimentar moderada/ grave nas famílias estudadas. Em 2005, esse percentual era de 65,8% elevando-se para 73,1%.

Analisando-se a relação do programa com a categoria renda, verificou-se uma redução da pobreza nos grupos estudados, sendo que a melhor situação ocorreu na categoria que recebia o benefício somente no momento inicial, observando-se redução de 41,7% da situação de pobreza. Assim, percebe-se que, quando essas famílias foram desligadas do programa, elas conseguiram manter-se no nível de não pobres, segundo os pontos de corte do PBF, permitindo constatar que outros fatores podem contribuir para a melhoria observada, como os demais mecanismos de proteção social.

Ao se observar a relação entre a categoria renda e o Bolsa Família, houve diminuição da pobreza no grupo que recebeu o benefício nos dois momentos da pesquisa, assim como nos que inicialmente não eram beneficiários e foram incluídos no programa em momento posterior a 2005. Dessa forma, conclui-se que o aumento da renda entre beneficiários pode estar contribuindo nessa melhoria de perfil econômico. Além disso, percebe-se que a retirada do benefício não tem como consequência o retorno dessas famílias à pobreza, já que essa desvinculação só acontece quando os beneficiários possuem estratégias suficientes para manter-se em um nível financeiro superior ao ponto de corte que os classificava anteriormente como pobres. Destarte, o estudo presente aponta para uma relação de causalidade entre

aumento da renda e a melhoria nos níveis de segurança alimentar. Citando a pesquisa do Ibase (2008), 74% dos entrevistados relataram aumentar a quantidade de alimentos que já consumiam, 70 % a variedade de alimentos e 63% relataram comprar os alimentos que as crianças mais gostam. Apesar disso, 21% dos beneficiários se encontram em situação de IAG, 34% em situação de IAM e 28% em situação de IAL.

O estudo traz ainda, em âmbito nacional, que no ano de 2004, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que realizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), diagnosticou que 34,8% da população brasileira é afetada por algum grau de insegurança alimentar. Desse percentual, a região Nordeste apresentou 12,4% de insegurança alimentar grave. Deste total, cerca de 15% das famílias encontravam-se na Paraíba, tendo as maiores prevalências das categorias mais severas de IA dessa região. Já em 2009, esses dados foram novamente coletados, porém em domicílios não idênticos aos da análise anterior. Observou-se a redução dos níveis de insegurança alimentar em âmbito nacional para 30,2%. Notou-se que a região Nordeste, houve redução para 9,3% do percentual de insegurança alimentar grave. Dessa amostra, houve diminuição dos níveis encontrados na Paraíba (7%) e nos dois inquéritos, observou-se que, quanto maior a renda, mais elevado era o percentual de SAN.

O estudo presente, no entanto, aponta que mesmo com saldo positivo no que tange ao aumento da renda, há de se considerar a predileção por alimentos não saudáveis por parte destes segmentos, o que precisa ser analisado com bastante cautela. De acordo com a pesquisa do Ibase, 78% dos beneficiários passaram a consumir mais alimentos do grupo de açúcares, 63% biscoitos, 62% industrializados e 55% passaram a consumir mais óleos, o que pode explicar a presença de sobrepeso entre os beneficiários, além de doenças como hipertensão e diabetes. Apesar disso, também houve aumento de consumo declarado de outros grupos de alimentos como feijão, arroz e carnes, com menor proporção para leite e hortaliças.

Outra pesquisa realizada também na Paraíba, de autoria de Dixis Figueroa Pedraza e Jacqueline Santos da Fonsêca Almeida Gama (2015) teve como objetivo determinar a prevalência de IA e sua associação com características socioeconômicas e sociodemográficas entre famílias residentes em Queimadas – PB, que acessam a rede de serviços públicos da região e que possuem crianças pequenas na sua composição familiar. O estudo é de tipo transversal e se baseia em uma pesquisa denominada “Situação Alimentar e Nutricional e Atenção à Saúde Materno-Infantil na cidade de Queimadas”.

As variáveis utilizadas foram as seguintes: sexo do chefe de família, cor da pele, situação conjugal e escolaridade materna, ser beneficiário de programa social, zona de localização do domicílio, presença de sanitário na casa, presença de descarga, abastecimento

de água, tratamento da água para beber, destino do lixo, escoamento sanitário no domicílio e número de cômodos. Também foi utilizada a EBIA para medir os níveis de Insegurança Alimentar e tais dados foram cruzados com as variáveis apresentadas.

As informações foram adquiridas nas Unidades Básicas de Saúde da Família- UBSF, e/ou no próprio domicílio de referência. O instrumento de coleta utilizado contou com um questionário, com questões abertas e fechadas, contendo informações dirigidas às mães a respeito das características socioeconômicas e demográficas de suas famílias e complementarmente foi aplicada a EBIA.

De uma amostra de 204 famílias, a aplicação da EBIA revelou que 65,4% sofriam com IA em seus diferentes graus. As maiores prevalências de IA também foram encontradas entre beneficiários de programas sociais, sobretudo o Bolsa Família, sendo a maioria delas enquadrada na IAM, que teve uma prevalência de 3,72 vezes mais neste grupo, o que por um lado pode sugerir que o programa está sendo bem focalizada e, por outro, que o benefício ainda se mostra insuficiente para garantir a SAN das pessoas. Ainda de acordo com a pesquisa do Ibase (2008), apenas 17% das famílias pesquisadas estavam em situação de SAN.

As maiores prevalências de IA foram encontradas nas famílias beneficiárias de programa social, que não possuíam sanitário no domicílio, que não tinham descarga no sanitário, que bebiam água sem tratamento e que não possuíam sistema de esgoto e segundo pesquisas, apenas 36,8% das famílias beneficiárias têm acesso ao saneamento básico. Para os beneficiários de programa social, a percepção foi significativamente mais evidente para a IAM, que teve prevalência 3,72 vezes mais elevada no grupo de famílias que recebiam o auxílio.

No modelo de regressão logística multivariada, notou-se que o benefício do programa associou-se a uma chance maior que três vezes de IA. Além disso, a ausência de sanitário no domicílio, ausência de descarga no sanitário, ausência de sistema de esgoto e o consumo de água não tratada permaneceram associadas a IA com valores de razões de chance entre 2,16 e 3,03. Assim, a ausência de saneamento básico associou-se a uma chance maior do que duas vezes mais de IA.

Concluiu-se com os resultados do estudo que mais da metade das famílias com crianças pequenas residentes em Queimadas, vivem em estado de IA, além disso, as características socioeconômicas são determinantes importantes desse estado. Levando-se em conta essa relação, os autores destacam a necessidade de esforços para manter e melhorar as políticas econômicas e sociais que têm favorecido o aumento do poder de renda dos mais pobres, bem como de investimentos públicos que permitam a universalização dos serviços de

educação, saúde e saneamento básico. Ressaltam também a necessidade de maiores esforços para delimitar e conduzir estudos de distribuição cronológica e espacial, por exemplo, de diferenciação entre urbano e rural.

Em outra pesquisa na Bahia, temos um estudo transversal, realizado no município de Vitória da Conquista- BA com uma amostra de 230 famílias usando-se como referência o mês de outubro de 2014, de autoria de André Souza Suzart et al. (2018) Este estudo conserva uma visão bastante otimista sobre a transferência de renda em relação a SAN. Para tanto, cita um trabalho da Universidade de São Paulo que se baseou na Pesquisa de Orçamento Familiar realizado pelo IBGE em 2008 e 2009, que estima que o PBF permitiu às famílias beneficiárias o consumo de aproximadamente mais 100 kcal diárias por indivíduo. Também, segundo esta mesma pesquisa, foi observada uma maior variedade dos alimentos consumidos.

Os autores declaram que o Programa Bolsa Família visa amortizar a pobreza, as desigualdades sociais e combater a fome. Assim, o PBF foi elaborado com o objetivo de pôr em prática uma nova concepção de assistência social, isto é, de suprir as necessidades básicas de uma população com requisitos predefinidos através de um recebimento e articulado com o desenvolvimento de capacidades.

Considera ainda que a dificuldade de acesso regular e permanente aos alimentos por um número expressivo da população brasileira, associada à renda insuficiente, determina um quadro de IA e assim, conseqüentemente, quanto menor o rendimento mensal domiciliar per capita, maior a proporção de domicílios em situação de IA moderada ou grave.

Dessa maneira, os estudos que avaliam os impactos do PBF na SAN observam que prioritariamente a renda vem sendo investida na aquisição de alimentos, o que tem gerado mudança nos padrões alimentares. Assim, uma análise feita, baseada em amostra nacional das famílias inscritas no PBF mostrou um aumento de 79% na quantidade de alimentos consumidos pelas famílias que estavam em IA grave no início da pesquisa (PANIGASSI et al., 2008 apud SUZART et al., 2018) o que está de acordo com outras pesquisas realizadas.

Para avaliar as características dos domicílios, foram selecionadas as seguintes variáveis: condições de saneamento básico; renda familiar mensal *per capita*; número de pessoas por domicílio; escolaridade do chefe da família e classificação socioeconômica pelo critério da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercados (ABIPEME).

Foi notório que, conforme se reduz a renda *per capita*, aumentam as chances de a família vir a apresentar IA moderada ou severa. A razão de chances mais elevada para essa condição, ocorre nos domicílios com moradores que apresentam renda *per capita* de R\$ 77,00 ou menos. Ainda, a classificação econômica não mostrou associação significativa com a IA,

no entanto, ao se comparar as classes D ou E com a C, mostra-se que a razão de chances para IA moderada ou severa foi maior entre as famílias de classificação de rendimentos mais baixa, o que indica que essas famílias estão mais propensas à experiência da fome.

Foi percebida que nos domicílios onde há presença de moradores menores de 18 anos a IAL e a IAM/G estão mais presentes, quando comparadas aos domicílios sem moradores nesta idade. Vale destacar que nas famílias onde não há a presença de moradores com menos de 18 anos, a prevalência de SAN foi levemente superior à apresentada nas famílias com entes menores de 18 anos.

Outra observação importante foi feita nos domicílios com sete moradores ou mais, em que a IAM/G apresenta valores superiores quando comparadas com famílias com três moradores ou menos, apontando que, mesmo não havendo relação entre as variáveis, os resultados indicam tendência de aumento da IAM/G com o aumento do número de membros na casa.

Outro achado importante é o que revela que a IA moderada ou severa foi predominante em domicílios com chefe da família do sexo feminino (42%), e que mesmo que a faixa etária não tenha sido associada à insegurança alimentar, observou-se uma tendência no aumento da IAM/G com o aumento da idade do chefe do domicílio. A escolaridade e o vínculo empregatício do chefe da família não interferiram de forma significativa na IA, entretanto pode-se verificar que quanto maior a escolaridade, mais próxima à família se encontra da segurança alimentar.

Sobre a EBIA, os resultados são os seguintes: IA de 73,4%, sendo 40,8% leve, 26,9% moderada e 5,7% grave. O estudo revela a relação entre IA e renda, ao mostrar que a prevalência de IAM/G nas categorias de renda per capita de R\$ 77,00 ou menos (55,7%) foi em torno de 16 vezes maior do que a categoria enquadrada entre meio salário mínimo ou mais (3,4%).

Assim, os autores concluem que o PBF alcança alguns pontos importantes, tais como aumento da frequência escolar e cumprimento da agenda de saúde, todavia a transferência de renda por si só não tem sido suficiente para a superação da pobreza, fazendo-se necessário que ela seja integrada a estratégias mais amplas, que articulem desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, e assim, contemplando a pobreza em seu caráter multidimensional.

Já em Alagoas, Ferreira et al. (2014) utilizou-se um estudo transversal, com amostra probabilística de 1.444 famílias. A IA também foi medida por meio da EBIA e por meio de questionário foram cruzadas as seguintes variáveis: números de membros na família, cor/raça do chefe da família, sexo do chefe da família, escolaridade do chefe da família, escolaridade

materna, chefe da família sem trabalho/renda e ser usuário do Programa Bolsa Família. As variáveis de saúde avaliadas foram: hipertensão arterial materna, Índice de Massa Corporal do chefe da família, Índice de Massa Corporal materna. Já as variáveis ambientais foram: tipo de casa, água para beber, presença de vaso sanitário, quantidade de cômodos na residência e destino das fezes.

Nestes achados, a maioria dos chefes de família era do sexo masculino 72,4% com renda média de R\$5,25 a R\$5,70 ao dia, o que se mostrou sendo superior se comparado aos domicílios de chefia feminina. Foi detectada também uma baixa escolaridade entre os beneficiários chefes de família, assim como a presença comum de sobrepeso, algo que já foi observado em outras pesquisas.

As variáveis que se mostraram relacionais foram: chefe da família ter escolaridade igual ou inferior a quatro anos de estudo, ser do sexo feminino, ser beneficiário do PBF, número de pessoas de domicílio ser igual ou superior a quatro, número de cômodos ser igual ou menor que quatro, condições insatisfatórias de água para beber (fontes não seguras). Vale destacar que 12% dos beneficiários não têm acesso à água potável, podendo esse número superar 19% na região Norte (IBASE, 2008). Sobre a EBIA, 63,7% das famílias apresentavam algum grau de insegurança alimentar, sendo 14,2% no nível severo.

Os autores problematizam a questão do acesso relacionado à qualidade desta alimentação. Para tanto, citam um Relatório Técnico do Programa Bolsa Família que atesta que as famílias usuárias do programa, quando passam a receber o valor do benefício, aumentam o consumo de açúcares, alimentos industrializados, óleos, carnes, feijões, frutas, leite, biscoito, arroz e cereais, sendo a maior proporção para os de grande densidade calórica, aumentando a incidência de sobrepeso.

Assim, concluem que diante da alta prevalência de insegurança alimentar encontrada e considerando os problemas de saúde pública decorrentes desta questão, os resultados encontrados aconselham uma máxima atenção por parte dos gestores de políticas públicas, no sentido de promover ações que garantam o direito humano à alimentação adequada a este grupo populacional.

Em “Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde – GO: efeitos, entraves e diferenciações”, de Frankcione Borges de Almeida, Almeida e Ferrante (2015), terá base quantitativa e qualitativa, utilizando entrevistas e questionários no período de junho a outubro de 2013, com um total de 94 famílias beneficiárias neste campo amostral.

Tais famílias residiam em assentamentos rurais, distritos do município ou pequenas propriedades. Utilizou-se de variáveis como: renda, escolaridade, trabalho, perfil produtivo, autoconsumo, perfil alimentar e proteção social. Além disso, o estudo também utilizou a EBIA.

Para um levantamento mais amplo, cruzou-se a EBIA com as variáveis: renda agrícola e não agrícola, nível de escolaridade do chefe da família, pluriatividade, nível de diversificação da produção, nível de autoconsumo e discriminação das famílias por realização das refeições.

Para avaliar eficácia na gestão, o estudo também utilizou de entrevistas com gestores de políticas públicas no município, sendo eles os gestores da saúde, educação e assistência social. Como avanço, o estudo destaca uma reforma recente na Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Verde, dispondo esta de uma estrutura física adequada para os atendimentos. Como entrave, destaca a escassez de recursos humanos, pois faltam assistentes sociais para trabalhar no município, sobretudo nas zonas rurais.

Sobre a alimentação, a maior parte das famílias dos distritos e dos assentamentos e das pequenas propriedades toma café (81,48%, e 92,5% respectivamente) almoçam, (100%) e jantam (100%). Dentre as famílias com criança em idade escolar, 100% recebe a merenda escolar pelo menos uma vez no dia. Nos distritos, algumas escolas funcionam em período integral, e servem refeição três vezes ao dia. Sobre isto, pesquisa do IBASE (2008) vem mostrar a relevância da alimentação servida nas escolas para o orçamento doméstico, eliminando alguns gastos, mesmo que indiretamente.

Já sobre a EBIA, 28,72% dos entrevistados estavam em situação de SAN, já 71,28% apresentavam algum tipo de IA, sendo 54,25% no seu nível leve, 12,77% moderada e 4,26% no nível severo. Com o cruzamento de variáveis foi possível estabelecer relações entre e insegurança alimentar com fatores como renda, escolaridade, atividades pluriativas, dificuldade de acesso ao crédito, e diversificação da produção, sendo que as famílias com esta diversificação apresentam 69,57% de IA, enquanto que nas com pouca diversificação essa percentagem é bem maior (86,67%). Dessa forma, ressalta-se a importância do acesso a terra e outros recursos para a pequena produção agrícola.

Na macrorregião do Sudeste destaca-se “Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários” de Daiane Roncato Cardozo Traldi et al. (2011). Neste, foi feito levantamento de base bibliográfica e coleta de dados primários com observação de campo e aplicação de formulários semiestruturados. Os formulários eram compostos por oito módulos referentes a

informações gerais da família, quais sejam: caracterização da segurança alimentar/ fome dos maiores e menores de dezoito anos, características sociodemográficas dos chefes e membros da família, caracterização do padrão de consumo alimentar dos beneficiários, condições de saúde e de trabalho, apoio e proteção social, caracterização de trabalho e renda e inserção no Programa Bolsa Família.

Este estudo cita as pesquisas polêmicas sobre efetividade do programa, quando se detectou no PNAD 2004, que seus usuários tinham 14,9% mais chances de estarem em situação de insegurança alimentar. Muitos críticos questionaram os efeitos do programa, porém chegou-se a conclusão mais plausível de que o que os índices mostravam era justamente que o PBF estava sendo bem focalizado nas famílias de fato mais vulneráveis. Como já foi ressaltado, a maior parte dos recursos do PBF é gasta pelos beneficiários com a alimentação da família.

Com relação às variáveis, foi observado o seguinte: a maioria dos titulares sabe ler e escrever, porém apresentam baixos níveis de instrução sendo 67% apenas com o ensino fundamental. No que se refere ao trabalho, somente 14% trabalham permanentemente, 40% trabalham sem registro na carteira e 30% não estão trabalhando no momento (estavam à procura de emprego). Vale ressaltar que apenas 16% dos beneficiários possuem trabalho de carteira assinada, o que demonstra a fragilidade de renda dessas famílias que muitas vivem com menos de um SM (IBASE, 2008)

Sobre o padrão de consumo alimentar, 53% tomam café da manhã, 82% almoçam e 77% jantam durante todos os dias da semana. Das famílias com criança em idade escolar, 51% recebem pelo menos uma vez ao dia a refeição escolar, 35% recebem em média duas vezes ou mais, e apenas 1% não recebiam. Desta maneira, para 87% das famílias a merenda escolar se mostra um complemento importante na alimentação e no orçamento doméstico. Além disso, em torno de 60% recebem algum tipo de ajuda alimentar, sobretudo da Assistência Social (cesta básica, leite) o que ajuda a aliviar as despesas com alimentação, mesmo sendo muitas das vezes um auxílio esporádico. De acordo com o IBASE (2008), quanto maior o índice de insegurança alimentar, maior a dependência de auxílios governamentais e maiores os empréstimos de alimentos com vizinhos e familiares.

Este achado detectou que 69% dos recursos do BF são direcionados para alimentação, o que vem a somar com outras pesquisas sobre orçamento, que apontam para o mesmo resultado, o que significa *a priori* que os recursos estão sendo bem direcionados. Sobre a situação alimentar, 95% das famílias vivenciam algum grau de insegurança alimentar, sendo 26% no nível severo.

Os níveis de IA severa é maior nos domicílios onde os titulares não sabem ler e escrever, são pensionistas ou trabalhadores temporários, possuem algum problema crônico de saúde e recebem ajuda em forma de alimento. Ainda, 65% das famílias falaram que o benefício não é suficiente e deveria ser aumentado em média R\$98,34, sendo 58% na faixa de R\$20,00 a R\$80,00 reais e 36% entre R\$90,00 e R\$150,00.

Algumas pesquisas foram encontradas tendo como público alvo famílias com crianças de até seis anos. Existem especificidades no fator crescimento e desenvolvimento, inclusive em termos nutricionais, que faz deste grupo mais suscetível à desnutrição. Em “Bolsa Família: Insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos”, de Flávia Monteiro et al. (2014), teremos um estudo transversal de base populacional realizado no município de Colombo, Paraná com 442 famílias, sendo 168 compostas por crianças na faixa etária determinada pelo estudo. Esta pesquisa teve como objetivo identificar a prevalência de insegurança alimentar em famílias beneficiárias do programa bem como descrever o estado nutricional das crianças. As análises foram feitas baseando-se no teste de Fischer e a EBIA e o estado nutricional das crianças menores de cinco anos foram avaliadas pelo índice de massa corporal por idade, de acordo com os valores determinados pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

A prevalência da IA foi de 81,6%. O excesso de peso e o déficit estrutural coexistiram. A IA se apresentou associadamente ao índice de estatura por idade entre as crianças menores de dois anos. Fatores determinantes foram a renda *per capita* e as dívidas com alimentação.

As variáveis econômicas cruzadas foram: sexo do chefe da família, escolaridade materna, número de moradores por domicílio, saneamento básico, gastos com alimentação, dívidas com alimentação e renda familiar por pessoa.

Com relação aos índices de insegurança alimentar, os maiores achados foram do tipo leve 54,4%, 27,3% no nível moderado e 8,9% no nível severo. Encontrou-se associação entre insegurança alimentar e índice estatura/idade- E/I, entre os menores de dois anos, o que leva a conclusão que a situação alimentar precarizada desemboca em um comprometimento do crescimento das crianças.

O estudo cita a pesquisa de Taddei (2000 apud MONTEIRO et al., 2014) em que aponta o excesso de peso que vem crescendo entre as classes sociais menos abastadas, afetando severamente a população infantil.

Um achado também importante, e que vem somar com outros estudos já mencionados acima, é a vulnerabilidade econômica ser mais preponderante em domicílios chefiados por mulheres, já que estas são muitas vezes inseridas precariamente no mercado de trabalho e não

raro com salários desiguais, se comparado aos homens. Outra observação das variáveis está na relação entre insegurança alimentar e número de moradores no domicílio, sendo proporcionalmente maior nas famílias com composição de até cinco indivíduos ou mais.

Das famílias entrevistadas, 73,1% gastam em torno de R\$400,00 com a alimentação, o que está de acordo como estudo do IBASE (2008) que identifica que o maior gasto dessas famílias tende a ser com a compra de alimentos.

Sobre as dívidas alimentares, percebeu-se uma relação entre estas e a IA. Quanto mais suscetível a IA, maiores as chances de endividamentos com alimentação, sobretudo em famílias de distritos rurais, que podem comprar no crédito (fiado), o que acaba sendo mais oneroso no fechar das contas, já que este tipo de compra geralmente vem acompanhado de altos juros.

Também teremos “Prevalência da Insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil”, de Naiara Sperandio e Silvia Eloiza Priore (2015). Estudo transversal, com questionário baseado na EBIA e regressão de Poisson, ocorrido de janeiro a junho de 2011. Foram avaliadas 243 famílias, sendo que a prevalência de insegurança alimentar foi de 72,8%, da qual 47,3% foi leve, 10,7% moderada e 14,8% severa.

Maiores prevalências de IA foram encontradas em domicílios com menor escolaridade materna e menor nível econômico (nível E). O estudo ressalta a necessidade de se analisar a condição nutricional de crianças, já que estas estão mais suscetíveis a problemas decorrentes de uma alimentação inadequada, apontando a necessidade de políticas públicas específicas para este público.

Aplicou-se questionário para avaliar condições socioeconômicas, com as seguintes variáveis: abastecimento de água; coleta de lixo; rede de esgoto; presença de filtro em casa; número de moradores no domicílio; escolaridade materna e paterna; cor da pele do titular do benefício e classificação econômica.

Foi observada a relação entre insegurança alimentar e escolaridade materna, de maneira que em domicílios cujas mães haviam estudado menos de sete anos, a insegurança alimentar foi de 1,4 vezes maior em relação às com mais de sete anos de estudo. Ainda, a maior prevalência de IA foi nos domicílios classificados na categoria D e E, e com cinco ou mais moradores. Outra variável que apresentou relação com a IA foi a presença de filtro em casa.

A cor da pele não demonstrou dependência entre as variáveis, porém foi detectado que a IA foi mais prevalente em famílias que recebiam menos de R\$ 60,00 *per capita* e cuja titular tinha cor de pele preta ou parda, e sem escolaridade.

O estudo cita outras pesquisas com dados interessantes: Salles-Costa e Colaboradores (2008 apud SPERANDIO; PRIORE, 2015) avaliaram relação da IA com fatores socioeconômicos em Duque de Caxias RJ, apontando como principais variáveis a renda *per capita*, escolaridade do chefe da família, nível econômico, número de pessoas no domicílio e presença de filtro em casa. Pimentel, Sichieri e Salles-Costa (2009) analisou as variáveis renda mensal e escolaridade da pessoa de referência da família; Gubert e Santos (2009 apud BASTOS, 2014) no Distrito Federal observaram: pessoa de referência ser do sexo feminino, cor da pele, número de pessoas no domicílio e renda per capita. Já Panigassi et al. (2008) em Campinas-SP, observou que a característica mais relevante quando se trata de IA é a escolaridade da pessoa de referência.

Em “Insegurança Alimentar em comunidades rurais do Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?” Etna Kaliane Pereira da Silva et al. (2017) compara a prevalência de insegurança alimentar entre comunidades quilombolas e não quilombolas, realizado com 21 comunidades rurais em 2014. O estudo utiliza a EBIA e regressão de Poisson com variância robusta. Em 52,1% das comunidades foi encontrada situação de IA, sendo 64,9% quilombolas e 42% não quilombolas. Sobre as variáveis, a insegurança alimentar foi associada com ser quilombola, ter nível econômico mais baixo, ser beneficiário do Programa Bolsa Família e ter quatro residentes ou mais no domicílio. O estudo concluiu que a prevalência de IA foi alta nos dois grupos, com maior representatividade entre as comunidades de origem quilombola, o que demonstra a vulnerabilidade expressiva dessa população.

A amostra conta com 1.316 famílias, totalizando um número de 248 e 294 famílias quilombolas e não quilombolas, nesta ordem. Além da EBIA, utilizaram-se questionários para medir a situação socioeconômica das comunidades.

A situação da Insegurança alimentar foi encontrada em 52,1 % da amostra, sendo 30% leve, 15,7% moderada e 5,4% grave. Um achado importante se refere ao fato do segmento quilombola apresentar taxas expressivamente maiores nas modalidades de insegurança alimentar, mesmo fazendo parte da mesma região geográfica, sendo de 64,9% e 42% respectivamente. Encontrou-se associação positiva entre IA e ser oriundo de comunidade remanescente quilombola, menor nível econômico, ser beneficiário do BF, presença de menores de 18 anos no domicílio, residir em domicílios com quatro residentes ou mais,

domicílio com piso de cimento (terra/outros) ter outras formas (não seguras) de abastecimento de água, possuir fogão a lenha, não ter banheiro, ter o lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio.

Os achados deste estudo demonstram que a população quilombola está mais suscetível a problemas decorrentes de uma alimentação inadequada, mesmo quando comparada com outras comunidades rurais, o que vem chamar atenção para a necessidade de políticas públicas específicas para este segmento, em virtude de suas especificidades sociais e históricas.

Neste estudo os autores ressaltam a importância deste programa de transferência de renda para o orçamento familiar e assim para uma melhoria da alimentação dos seus mandatários, mas apontam a insuficiência deste recurso para lidar com a questão mais ampla da SAN, uma vez que pode ser observado um aumento quantitativo, mas não qualitativo desta alimentação, apontando ainda para a necessidade de políticas macroestruturais e revelando a importância das ações de educação alimentar para este segmento.

Por fim, cabe analisar o trabalho de Luiz Augusto Facchini et al. (2014) intitulado “Insegurança Alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução de iniquidades”. Este artigo analisa a IA em domicílios urbanos e com crianças menores de sete anos. Por meio de um estudo transversal, estudou-se 5.419 famílias na região Nordeste e 5.081 na região Sul do país. Sobre a IA, também foi avaliada utilizando-se da EBIA, de maneira que 22,9% no Nordeste e 7,5% no Sul foi o índice de insegurança alimentar moderada ou grave. Nas duas regiões a prevalência da IA manteve relação com as variáveis: domicílios chefiados por mulheres, com cor da pele autodeclarada preta e parda/mestiça, com menor nível de escolaridade, menor renda familiar e beneficiárias do PBF. Segundo estes achados, a IA seria reduzida em 59,5% no Nordeste e 45,4% no Sul com uma renda familiar per capita mínima no valor de R\$175,00 ao mês. Para os autores, o aumento da renda familiar e a melhor focalização do PBF se fazem necessárias para a diminuição da IA no país.

Este estudo traz achados importantes sobre questões relacionadas à discussão de gênero e regiões. Por exemplo, a proporção de famílias cuja chefe é mulher foi de 24% maior no Nordeste (31,5%) do que no Sul (25,5%). Ainda, a média de idade dessas chefas de família em anos foi de 39,3 no Nordeste e 37,5 no Sul. O percentual de mães que tinham até quatro anos de estudo foi de 15,3% nos domicílios do Nordeste e 11,1% no Sul. Outras diferenças significativas se referem à cor da pele materna, ao trabalho atual do chefe da família, renda e recebimento do benefício Bolsa Família. Desta forma, nos domicílios nordestinos a cor da

pele da mãe foi predominantemente pardo-mestiça, chegando a 72,6%, mais de um quarto dos chefes de família estavam desempregados e em somente 22,1% desses domicílios a renda mensal por pessoa era maior que R\$ 300,00, sendo que 47,4% eram beneficiários do PBF.

Já na região Sul, a maioria das mães apresentava cor de pele branca (70%), quase metade dos chefes de família trabalhava de carteira assinada, 62,8% possuíam uma renda *per capita* mensal maior do que R\$300,00 e 16,3% eram beneficiários do BF.

A IA foi detectada em 54,2% das famílias no Nordeste e em 27,3% no Sul. Na região Nordeste a prevalência da IA leve foi de 31,3%, moderada 13,4% e grave 9,5%. Já na região Sul esses números foram bem menores: 19,8%, 4,7% e 2,8% respectivamente.

Um achado importante foi que, em ambas as regiões a situação de IA esteve mais presente em domicílios cuja chefe da família era mulher, com cor de pele preta ou parda, com maior número de moradores entre os 7 e 17 anos, o chefe de família estava trabalhando sem carteira assinada ou não estava trabalhando, a escolaridade materna e renda *per capita* eram menores e eram beneficiárias do PBF.

Desta maneira, concluiu-se que domicílios chefiados por mulheres apresentavam 1,32 e 1,42 vezes mais chances de IA do tipo moderada ou grave, quando comparados a domicílios chefiados por homens, nas regiões Nordeste e Sul. No Nordeste, famílias em que as mães se declaravam parda/mestiça e preta apresentavam números de 1,18 e 1,50 vezes mais de IA moderada e grave do que nos domicílios com mães brancas. Na região Sul esses números foram de 1,37 para a cor de pele parda/ mestiça e 1,69 para a cor da pele preta.

Em suas conclusões os autores sugerem aumento do valor repassado pelo PBF já que é mais do que claro que seus beneficiários estão mais suscetíveis à insegurança alimentar. Além disso, propõem uma expansão da cobertura, maior focalização e investimento em políticas estratégicas, como a de geração de emprego e renda.

Sobre a relação das variáveis nos artigos analisados, sobretudo neste último, veremos mais detidamente na sessão seguinte. Pudemos observar com os artigos analisados que a classe econômica, nível de escolaridade e situação no mercado de trabalho, cor da pele do titular do cartão, acesso à água e a rede de serviços básicos estão diretamente relacionadas a SAN. Adiante, faremos um debate sobre a conformação de algumas dessas variáveis.

2.3 O Cadastro Único e as mulheres do Bolsa Família

A partir de dados coletados via Cadastro Único é possível tecer um perfil dos beneficiários do Programa, já que um grande percentual das famílias cadastradas é contemplado pelo mesmo.

Por meio de documento elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Secretaria Estadual de Renda e Cidadania (SENARC) (2013) é possível avaliar quem constitui esse público e sob quais condições eles vivem. Vale ressaltar que esse cadastro é a principal ferramenta usada pelo governo federal para analisar quem os demandatários dos principais programas sociais.

Das mais de 80 milhões de pessoas cadastradas, em torno de 55% vive na faixa da extrema pobreza (na época o equivalente a R\$70,00 *per capita*) por ser este o público prioritário para a seleção dos programas governamentais, incluindo o BF. Cerca de 13,9 milhões de famílias neste total são pertencentes ao BF, recebendo um benefício médio de R\$ 149,4. A distribuição por renda *per capita* sofre nuances a depender da região, ficando uma grande concentração na região Nordeste (50,2%) no total de famílias com este perfil de renda no Cadastro. Cerca de 61,9% das famílias cadastradas não têm acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água pela rede pública, coleta de lixo, escoamento sanitário adequado e energia elétrica. A configuração familiar predominante é a monoparental com filhos (42,2%), seguida de casal com filhos (37,6%). As famílias monoparentais femininas constituem grupo especialmente vulnerável, situado nas mais baixas faixas de renda.

Sobre o nível de escolaridade na pesquisa, destacam-se seus baixos números nesse público, de forma que mais de dois terços dos seus beneficiários (69%) não possuem nem o ensino fundamental completo e, na região Nordeste, 20,3% dos usuários com até 25 anos são analfabetos. Este achado pode ser comprovado pelas nossas pesquisas na SciELO, em que se verificou uma forte relação entre baixo índice de escolaridade materna e exposição à Insegurança Alimentar, já que a educação é um dos principais pilares para a entrada digna no mercado de trabalho, podendo a família auferir assim de um salário e, conseqüentemente, ter mais acesso a alimentos considerados saudáveis.

Há predominância entre os beneficiários do PBF do sexo feminino, e a cor preta ou parda (considerado pelos parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE – como população negra), como também pode ser notado nos estudos da sessão dois que relacionam PBF e SAN. Também é expressivo o número de jovens de até 17 anos que compõem o programa (48%), demonstrando que o público de mulheres jovens e negras está

mais exposto à pobreza e conseqüentemente a IA. Vale notar que os domicílios com idosos apresentam perfil de maior segurança contra vulnerabilidades, já que em boa parte dos casos são contemplados pela previdência social.

Sem perder de vista que as famílias monoparentais femininas estão muito mais expostas às vicissitudes da vida, é importante destacar que existem estudos que já apontam para um possível impacto do próprio PBF neste dado, já que a partir de uma maior autonomia financeira muitas mulheres puderam abandonar relações abusivas e infelizes, em que muitas vezes predominava algum tipo de violência física e/ou psicológica. Sobre isso, teceremos alguns comentários mais a diante, mas vale retomar aqui três condições centrais deste público, a saber: um público de mulheres jovens, pobres ou extremamente pobres, negras e de baixa escolaridade. Sobre estas variáveis teceremos algumas considerações na sessão três.

3 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS: a conformação classe, raça e gênero

Diante do que foi apresentado até aqui, sobretudo quando se analisa, no segundo capítulo, uma parte da produção bibliográfica da SciELO, pode-se notar que algumas variáveis se destacam, conformando um quadro muito propício à Insegurança Alimentar em um domicílio. Como não é de interesse desta pesquisa analisar todas as categorias que mostraram relação com a IA, foi feita uma escolha, por assim dizer, política, de três grandes categorias com as quais seguiremos até o findar deste debate, quais sejam: classe, raça e gênero.

A pesquisa feita pode nos dar certeza de conteúdos previsíveis, mas também nos mostrar como a combinação de três categorias pode segregar determinações diversas. Observamos, por exemplo, que não somente os pobres estão no alvo das transferências de renda condicionada, mas que, sobretudo as mulheres, em especial as mulheres negras, se destacam nesse grupo. Ainda, que são os domicílios chefiados por essas mulheres, cujo Bolsa Família é muitas vezes a única fonte de renda, que estão mais expostas a todos os tipos de vulnerabilidade social, inclusive à fome, (adotando o conceito mais abrangente de Josué de Castro).

Mulheres, de uma forma geral, ganham menos que os homens, mesmo fazendo dupla jornada. Existe uma assimetria entre tempo de trabalho e valorização formal, de uma maneira que coloca as mulheres pobres como as grandes vítimas de um sistema excludente que tem como base de sua estrutura a exploração da classe trabalhadora.

São elas, as mulheres pobres, especialmente as negras, que estão na frente do mercado informal, do subemprego e das funções relacionadas ao cuidado de outras famílias, vale dizer, famílias brancas. As mulheres negras representam a grande proporção de trabalhadoras domésticas que, por falta de outras oportunidades, são jogadas para essa função, deixando seus filhos aos cuidados de outras mulheres (já que as creches ainda são aparelhos insuficientes no Brasil) para irem cuidar de “suas” crianças brancas, trabalho este que é desvalorizado, subjugado, mal pago e só recentemente regularizado, embora ainda possam ser observados muitos casos de ilegalidade, sobretudo nos interiores e zonas rurais. Citando Bairros:

O que se espera das domésticas e que cuidem do bem estar dos outros que até desenvolvam laços afetivos com os que dela precisam sem, no entanto, deixarem de ser trabalhadoras economicamente exploradas e como tal estranhas ao ambiente do qual participam (outsider within). Contudo isto não deve ser interpretado como subordinação No limite essa marginalidade peculiar e que estimula um ponto de

vista especial da mulher negra (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante. A grande tarefa é potencializá-la afirmativamente através da reflexão e da ação política. (BAIROS, [s.d.], p. 463).

Estas mulheres, ambulantes, domésticas, frentistas, revendedoras da Avon, quituteiras, lavadeiras, desempregadas são as mulheres do Bolsa Família; são as mulheres desta pesquisa e é sobre elas que repousaremos nosso olhar a atenção daqui pra frente. Usando, para tanto, do conceito de intersecção, iremos dedicar algumas páginas ao debate sobre as múltiplas formas de dominação.

3.1 Algumas considerações sobre Classe, Raça e Gênero

A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (CARNEIRO, 2003, p. 5).

Foi a partir do trabalho de Kimberlé Crenshaw que a combinação das múltiplas formas de dominação veio compor este debate. Começando por contar uma experiência própria, Crenshaw traz o relato de quem viveu, literalmente na pele, as marcas da opressão combinada. Em seu texto “A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”, a autora nos relata a seguinte passagem:

Quando estava no primeiro ano da faculdade de direito, participei de um grupo de estudos com dois colegas afro-americanos. Um deles foi o primeiro membro afro-americano aceito em uma prestigiada agremiação de estudantes de Harvard. Por essa agremiação passaram alguns dos presidentes da república, entre os quais, Roosevelt. A agremiação não aceitava negros, até o meu colega ingressar. Este colega resolveu convidar a mim e ao outro para visitá-lo nessa famosa agremiação. Nós, os convidados, conversamos acerca do que aconteceria quando chegássemos com nossas faces negras naquela instituição tradicionalmente branca. Meu colega deixou bem claro que se nos deparássemos com qualquer hostilidade iríamos dar meia-volta imediatamente. Com essas instruções, nos preparamos para enfrentar qualquer possível discriminação. Chegou o dia, caminhamos até a porta da frente da agremiação e tocamos a campainha. Nosso colega negro abriu a porta e saiu muito envergonhado, muito sem jeito. Então ele disse: “Estou muito constrangido, pois esqueci de dizer que vocês não podem entrar pela porta da frente”. Meu colega imediatamente retrucou: “Bem, se não pudermos entrar pela porta da frente, não vamos entrar. Não vamos aceitar qualquer discriminação racial”. O colega anfitrião esclareceu: “Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberle é que não pode, porque ela é mulher”. Aí veio a surpresa, meu colega disse: “Ah, então não tem problema: vamos entrar pela porta dos fundos.”. (CRENSHAW, 2012, p. 7).

Chenshaw tece sua crítica à concepção tradicional dos Direitos Humanos, que ora aborda a questão da discriminação racial, ora aborda a discriminação de gênero, sempre numa perspectiva que parte do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. O que a autora trará é que estamos lidando com sobreposições de opressões, que irá envolver classe, raça, gênero, mas também sexualidade, geração entre outras.

Interessante observar que no pensamento da autora, não estamos falando de formas de dominação que cumprem uma hierarquia. Não é o gênero a questão central, sendo as outras categorias reflexos ou sub-opressões: todas são igualmente opressões, que se inter cruzam e tornam as vidas das mulheres pobres e negras especialmente difíceis.

É muito delicado este debate, porque estamos muito acostumados a uma lógica que compartimenta e segrega. Então, quando lidamos com múltiplas formas de dominação, muitos não conseguem assimilar como isso conforma uma perspectiva distinta. Trazendo, por exemplo, o caso da General Motors nos Estados Unidos, a autora nos trará um excelente exemplo dessa incompreensão sobre o debate. Isto porque, em dado momento, a empresa fornecia empregos, alguns só para homens. Porém não se poderia dizer que a empresa estava a exercer discriminação por gênero, já que ela também contratava mulheres. A grande questão é que os cargos destinados a mulheres, que eram cargos principalmente de secretariado, eram destinados a mulheres com maior escolarização e “melhor aparência”, ou seja, a mulheres brancas, de forma que não havia, nesta empresa, oportunidade para as afro-americanas, o que causou grande descontentamento.

No entanto, o pensamento fracionado e segmentado, que tem sua base do tradicionalismo que rege esse campo de discussão, fez com que o tribunal local não compreendesse que havia uma situação clara de discriminação, porque a empresa contratava negros e também mulheres (porém não mulheres negras).

Ao perguntar se houve discriminação por raça, ou se houve discriminação por gênero, a justiça local chegou à conclusão de que não havia nenhuma das duas discriminações no caso analisando, porque tomou pra análise racial a experiência de homens negros, e para análise de gênero, a das mulheres brancas, invisibilizando totalmente a demanda das mulheres negras, que não conseguiram provar que haviam sido discriminadas.

Isso também fica claro em uma reflexão trazida pela autora neste mesmo texto. Ela nos fala que no século XIX o crime de estupro era considerado um crime racial, ou seja, que podia ser anulado caso não fosse provado que a vítima era branca. Hoje, século XXI, a seriedade dada a um caso de estupro quando a vítima é uma mulher não branca é muito inferior aos casos em que as mulheres são brancas. As mulheres negras e latinas são julgadas

pelo que estavam vestindo ou fazendo quando o crime ocorreu e os criminosos, quando são presos, cumprem menos tempo na cadeia do que deveriam cumprir, sendo: dois anos quando a mulher for negra, seis quando for latina e dez quando for branca. Isso se deve a um conjunto de estereótipos que, segundo a autora, definem quem é a mulher boa ou má, honrada ou não, que deve ou não ser levada a sério.

Esse tipo de compreensão dá dois passos pra frente, rumo ao entendimento de que a pauta de gênero, *per se*, não dá conta das múltiplas especificidades das mulheres. É nesse ponto em específico que se terá uma grande turbulência no cenário feminista hegemônico, já que as mulheres brancas não aceitaram de pronto que se pudesse falar em uma heterogeneidade na discussão clássica de gênero, compreendendo que existem “mulheres” e não uma demanda unívoca que pudesse contemplar a todas. De uma maneira bem simples e até banal de dizer, pode-se concluir que as mulheres negras caminharam muito tempo só: entre suas companheiras brancas, bem como entre seus companheiros negros, eram chamadas de “separatistas”, o que as deixou totalmente invisível e sem voz.

3.1.1 O debate feminista não homogêneo

Em artigo de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015) privilegiou-se analisar o debate feminista (não homogêneo) sobre as “convergências”, nos dizeres dos autores, da questão da raça, da classe e do gênero. Para tanto, analisaram três frentes de debate: o das feministas marxistas, o das feministas negras e o das teóricas da intersecção.

Assim, embora a compreensão sobre as convergências das dominações tenha emergido de muitas pensadoras e pensadores do século XX, é a partir de 1960 que esta questão se apresenta de forma imperiosa para o pensamento mais progressista. Movimentos contestatórios que surgiram, com muitas frentes simultâneas, sendo de jovens, negros, mulheres e trabalhadores fez com que pessoas cuja identidade se remetia a mais de uma dessas “frentes” questionassem sua própria posição. Desta maneira, os debates que se estabeleceram nestes movimentos a partir de então, principalmente nos anos 1970, nos trouxe hoje para a rica e complexa compreensão que envolve dominação, colonialidade e poder (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Dessa maneira, dentro de perspectivas teóricas heterogêneas, raça, classe e gênero terão pesos diferenciados, a depender da abordagem. Assim, feministas marxistas darão maiores enfoque a dualidade gênero-classe, feministas negras à relação gênero- raça e as

pensadoras da intersecção irão pensar conjuntamente todas essas categorias, numa perspectiva não hierárquica.

Para as feministas marxistas, segundo os autores mencionados, abordagens construídas a partir dos anos 1970 mostraram um claro esforço em comprovar que a crítica ao capitalismo e a utilização da noção de classe não deveriam invisibilizar as especificidades da posição de mulheres e homens no Modo de Produção Capitalista (MPC). Isso porque o “esquecimento” da diferenciação de gênero levava, na prática, e a partir da afirmação da igualdade entre os sexos pela maior parte dos marxistas mais ortodoxos, à naturalização da exploração das mulheres. Nesse sentido, produziram-se análises importantes das relações entre capitalismo e gênero, ou, nos termos das autoras, do patriarcado. Estas abordagens exploram as relações trabalhistas do MPC, ressaltando os problemas da vida doméstica e da exploração do trabalho feminino dentro e fora do lar.

Para essas feministas, a divisão sexual do trabalho estará no centro do debate sobre as dominações, acreditando que uma análise crítica sobre o capitalismo e sobre sua destruição só seria possível tendo em conta a problematização da questão do gênero e o fim da exploração das mulheres pelos homens. Ainda, ressaltam a questão de ordem classista ao mostrarem a dominação das mulheres da alta sociedade sobre suas companheiras, Saffioti (2013 apud BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 720) traz que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”.

Acusadas de serem “dualistas”, as elaborações das feministas marxistas nos anos 1970- 1980 foram rotuladas como “teorias de sistemas duais”. Dessa maneira, o capitalismo e o patriarcado se apresentam como sistemas distintos, mas que operam em conjunto. Autoras como Heidi Hartmann e Nancy Hartsock mostraram que “nenhum dos dois sistemas subsume o outro e, ao mesmo tempo, que eles não agem simplesmente em paralelo: os dois sistemas são interdependentes” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 34).

No outro ponto estão as feministas negras. O acúmulo de experiências destas mulheres lhes concedeu posição privilegiada no debate sobre a dupla opressão gênero-raça. Elas abordaram relações familiares e de trabalho observando a situação de um ângulo antes não visto pelas feministas brancas. Esta posição, a posição de quem foi, a todo o momento, silenciada, infantilizada colocada de lado terá grande força na produção feminista de lá pra cá, porém com menor expressão no Brasil.

Os autores nos trazem que os avanços do feminismo negro a partir de 1970 e sua crítica à afirmação de um sujeito coletivo aparentemente indiferenciado, produziram

construções ímpares. Nessas abordagens, o sentido de raça ganhará maior peso, e a conformação classe, raça e gênero, organizará novas lutas e paradigmas para a produção de conhecimento sobre a mulher.

Estando num espaço de luta em que suas demandas não estavam postas nem na agenda feminista, nem na agenda antirracista, as mulheres negras sobrevivem, física e intelectualmente as tentativas de silenciamento. Foram e são elas que produzem o conhecimento sobre suas próprias feridas, a partir de um conhecimento historicamente acumulado e de suas experiências de vida.

É assim que, falando para mulheres escritoras não brancas, Glória Anzaldúa (2000) nos convida a pensar sobre a difícil tarefa de escrever para as mulheres do terceiro mundo. Mulheres das plantações, dos ônibus lotados, mulheres cuja vida intelectual é completamente suprimida pelo simples fato de serem mulheres, pobres e não-brancas. Ela nos provoca, convidando para praticar a escrita, algo que sempre foi pesado para as chicanas e para as negras. É incrível observar como o peso da caneta pode ser tão maior que o da enxada. Incrível pensar como esse mundo, da academia, da intelectualidade não foi feito para essas mulheres e delas é alheio, indiferente. Ela chama ao exercício diário de romper com essa produção branca, heteronormativa, dominante e produzir um conhecimento próprio. Assim, ao falar para estas mulheres, provoca:

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarina. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordaca abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. (ANZALDÚA, 2000, p. 235).

Assim, quando se considera que não existem apenas diferenças quando se trata de mulheres, mas que existe um leque de opressões, se torna difícil pensar numa base comum entre todas as mulheres sem recair numa visão naturalista do sexo biológico. No mesmo passo, a ideia de que haveria uma solidariedade comum pelo fato de serem todas mulheres, esbarra-se em diferenças e hierarquias internas. Werneck (2010 apud BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 39) afirmam que, as mulheres brancas são situadas em “um polo de poder e de violência”.

Seguindo com as definições dos autores acima referenciados, entende-se que recentemente tem-se adotado a ideia de intersecção, elaborada por teóricas, principalmente nos anos 1980, nos Estados Unidos e Inglaterra. Nesse sentido, no interior do debate teórico convivem vertentes mais focadas na análise estrutural das desigualdades e opressões e

vertentes que focam nas questões indentitárias. Também tem havido uma frente mais voltada para orientação de lutas políticas e elaboração de políticas públicas.

Destarte, Patrícia Hill Collins propõe que o conjunto de estudos em torno da interseccionalidade deva ser avaliado como uma proposta de conhecimento que se organize como uma espécie de guarda-chuva, de forma a abrigar estudos motivados por diferentes problemas, localizados de diferentes formas, em que estejam presentes três preocupações principais, quais sejam:

A interseccionalidade como campo de estudos, com foco nos conteúdos e temas que caracterizam esse campo; a interseccionalidade como estratégia analítica, com maior atenção aos “enquadramentos interseccionais” e a sua capacidade de produzir novas formas de conhecimento sobre o mundo social; e a interseccionalidade como uma forma de práxis social, com ênfase para as conexões entre conhecimento e justiça social (COLLINS, 2015, p.5 apud BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 45).

Desta forma, adotando a perspectiva da interseccionalidade, pode-se compreender como as múltiplas formas de dominação se cruzam, estabelecendo contornos próprios que tecem especificidades, sobretudo de mulheres, pobres e negras. São elas que estarão na base da pirâmide social, atrás dos seus companheiros negros ou das suas companheiras brancas.

Sobre essas diferentes abordagens do feminismo, Luiza Bairros ([s.d.]) traz contribuições interessantes em texto de título “Nossos feminismos revisitados”. A autora começa sua problematização ao analisar um programa de TV voltado para o público feminino, cuja temática é culinária. No cenário, observa uma mulher negra, historicamente colocada como “boa cozinheira” totalmente muda no espaço o qual, pela conversão social, deveria dominar, enquanto a repórter, branca, orienta, aconselha e toma para si todo direito a fala.

Ao observar esta cena, em que existe um abismo tão explícito entre duas mulheres, a autora tenta entender o que pode unir pessoas em posições sociais tão distintas. Essa marca estará no cerne da discussão do feminismo negro.

Ela nos conta que existem duas perspectivas no feminismo que notadamente tentam definir a mulher como base de experiências colocadas como universais. A primeira delas coloca a maternidade como experiência central na identidade das mulheres. Assim, ao tentar responder por que conformam um grupo diferente, coloca em destaque valores que estão ligados à maternidade, ao cuidado materno para com o outro. Dessa maneira, ao dar ênfase em aspectos ligados ao biológico como parte integral da identidade feminina, acabam por reforçar noções patriarcais. Ainda, não evitam as contradições e dificuldades em lidarem com questões que envolvem um entendimento comum para temas como aborto ou direitos reprodutivos.

A segunda irá tomar a sexualidade como forma de poder que coloca a mulher como objeto sexual do homem, lido como uma experiência que seria capaz de unificar as mulheres numa questão comum. Nessa perspectiva, a mulher tende a ser vista como uma vítima de um poder masculino e, nesse caso, a tentativa de generalizar experiências se mostra fadada ao fracasso. Uma prova disto são as diferentes formas de se compreender o estupro e o assédio sexual, além de questões ligadas a pornografia e violência, que divide opiniões sobre o que é ou não submissão da mulher a vontade masculina.

Para lidar com essas questões, destaca duas vertentes do feminismo, assim como nas contribuições de Biroli e Miguel (2015) que já vimos anteriormente. Em suas contribuições para este debate, Bairros ([s.d.]) destaca as feministas socialistas, que parte do referencial teórico marxista para analisar a base da dominação masculina. No entanto, como suas categorias feministas centrais foram estabelecidas acima de postulados marxistas, torna-se difícil estabelecer equivalências para os conceitos ligados à produção e reprodução (tratadas frequentemente no feminismo como esferas separadas), bem como introduzir em suas análises temas ligados à sexualidade, por exemplo. As feministas socialistas, em contrapartida, oferecem alternativas para se pensar a intersecção entre gênero, raça, orientação sexual e classe, porém, mantêm a experiência como chave para definir a opressão sexista e tomam esta como a mais determinante.

Uma tentativa mais recente de entender estes embricamentos é o “ponto de vista feminista” (*feminist standpoint*). De acordo com esta teoria a experiência da opressão sexista se dá pela posição ocupada numa matriz de dominação em que raça, gênero e classe social se interceptam em diferentes pontos. Destarte, raça, gênero, classe e orientação sexual reconfiguram-se de forma mútua, formando um mosaico, que só pode ser compreendido em sua multidimensionalidade.

De acordo com este ponto de vista, não existe uma identidade uma, pois a experiência de ser mulher varia no tempo e espaço, somando-se a outras experiências e determinações. Dessa maneira, coloca um ponto final no que deveria ser a prioridade no entendimento das opressões ora dada ao gênero, ora a raça: as duas dimensões não podem se separar, pois, do ponto de vista do pensamento e da ação, não existe uma sem a outra.

Dessa maneira, nos Estados Unidos em especial, a marca deste pensamento está sob as feministas negras. Assim, citando Collins, as mulheres negras traçam suas trajetórias intelectuais, através de mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu da comunidade e da sociedade, e envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem (COLLINS, 1991 apud BAIROS, [s.d.]).

3.2 Pobreza e questões de gênero: as mulheres do Bolsa Família

Segundo dados deste ano, cerca de 93% dos titulares do bolsa família são mulheres, sendo 68% negras, de acordo o site do Observatório de Gênero do governo federal. O site afirma que o BF “assegurou a autonomia econômica de milhões de brasileiras para gerir os recursos e mostra que a igualdade de gênero foi colocada no centro das políticas públicas do governo da presidenta Dilma”, numa citação da ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) (BRASIL, 2019).

De acordo com a então ministra do MDS no período (2013) a importância conquistada pelas mulheres no programa reflete-se em indicadores de educação, saúde e emprego. De acordo com o site do governo federal (BRASIL, 2019), no campo da educação:

As mulheres têm um papel fundamental na diminuição da evasão escolar dos beneficiários do programa. Cada uma delas assume o compromisso de garantir que os filhos entre seis e 15 anos estejam matriculados na escola (SIC).

Elas são as grandes responsáveis por garantir a frequência de 85% da carga horária de crianças e jovens dos 6 aos 15 anos e de 75% em jovens de 16 e 17 anos.

No campo da educação, segundo o mesmo site (BRASIL, 2019), “o programa estimula as mães a levarem os filhos ao Sistema Único de Saúde (SUS), que acompanha o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de sete anos”. Além disso, essas mulheres são responsáveis pelo autocuidado, principalmente na faixa etária dos 14 aos 44 anos, estando gestantes ou amamentando. Elas precisam fazer o pré-natal e ir a consultas nas unidades de saúde.

Já no campo do trabalho e renda, o BF permite o acesso a uma modalidade do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para que estas mulheres possam se qualificar para o ingresso no mercado de trabalho, representando 66% do total de participantes do programa.

O que alguns autores e autoras irão problematizar é que por detrás da perspectiva de gênero assumida, já que o cartão do benefício é prioritariamente dado à mulher, papéis e valores sociais historicamente estabelecidos são reafirmados, cristalizando o lugar das mulheres na esfera do cuidado, responsabilizando-as pela dimensão da proteção, em uma função que deveria ser do Estado.

A dimensão do cuidado será trabalhada, por exemplo, por Flávia Biroli (2018). Ao discutir sobre a divisão sexual do trabalho, uma pauta antiga do feminismo, Biroli explica

como essa questão é central na discussão sobre democracia e participação política. Isto porque historicamente o papel do cuidado, reservado a esfera privada, ficou ao encargo das mulheres. Isso é bastante importante para pensarmos 1º no trabalho exercido não remunerado e 2º na questão do tempo dedicado a estes afazeres que, de uma maneira ou de outra, impede que muitas mulheres possam participar da esfera política e vida comunitária. Assim:

Embora as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas de construção do feminino a elas relacionada fazem com que as mulheres tenham chances relativamente menores do que os homens de ocupar posições na política institucional e dar expressão política, no debate político, a perspectivas, necessidades e interesses à suas posição social. (BIROLI, 2018, p. 24).

A autora retoma a discussão sobre o patriarcado e afirma que a divisão entre trabalho remunerado e não remunerado é um ponto central, porque o trabalho que as mulheres exercem sem remuneração, como o cuidado com os filhos, deixa os homens livres para o trabalho remunerado e é na conformação do casamento que este trabalho pode ser caracterizado como não produtivo. Essas obrigações com o cuidado, não se limitam ao casamento nem aos filhos: são as mulheres que ficam responsáveis pelo cuidado dos idosos, dos doentes e das crianças mesmo quando o casamento acaba. Historicamente o papel do cuidado é atribuído exclusivamente a elas.

Essas determinações sofrem, obviamente, oscilações quando as dimensões de classe e raça ganham espaço. Isso porque a pauta da divisão sexual do trabalho, sobretudo a recusa do trabalho doméstico está muito mais atrelada as feministas brancas. Isso remete a um trecho de um texto de Sueli Carneiro (2003) onde ela dispara:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estão falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca [...]. (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Ainda citando Biroli (2018) é possível afirmar que a ideia de que o trabalho remunerado libertaria as mulheres de seus afazeres domésticos e da exploração sexista, foi visto pelas feministas negras como uma visão fincada na experiência branca. As mulheres negras sempre trabalharam dentro e fora de seus lares, de uma forma pouco valorizada e exposta a toda forma de exploração. Inclusive foi a partir do trabalho delas como domésticas que muitas mulheres brancas puderam construir suas promissoras carreiras liberais.

De todo modo, o que não queremos perder nesta discussão é que, em se tratando do público do Bolsa Família esta questão é extremamente delicada. A partir do momento em que o Estado reconhece a existência dos papéis de gênero e os reafirma, existe uma carga gigantesca que é colocada sob os ombros destas mulheres impiedosamente. Partindo da perspectiva “familista” o Estado passa para essas mulheres a função de cuidar, e o grande risco disso é que se aprofundem as convenções de gênero que estão na base dessa responsabilização diferenciada, o que tem sido alvo de críticas.

Segundo Biroli (2018), são necessárias estratégias para promover a independência das mulheres como seres e para lhes dar suporte enquanto mães. Para a autora, se a primeira dessas dimensões for deixada de lado a cidadania pode ficar comprometida, quando sua condição de indivíduo é fundida com a maternidade. De outra maneira, quando a segunda dimensão é deixada de lado, fica comprometida a possibilidade de mulheres mães de terem acesso a oportunidades e formas de exercerem a sua autonomia. Isso que ocorre quando se tenta fingir que as desigualdades na responsabilidade com o cuidado não existem, colocando sobre a “família” a responsabilidade sobre as crianças sem que se leve em conta que isso, na nossa conjuntura, significa dar as mães este papel.

Para Marins (2018), o Banco Mundial (BM) vem adotando medidas para fortalecer os laços familiares, especialmente na América Latina. Isso pode ser notado nos relatórios produzidos a partir de 1998 sobre gênero e desenvolvimento, o impacto do gênero por meio da assistência financeira do banco e a promoção do capital social pela família. Nestes documentos, bem como nos discursos dos dirigentes, a família tem aparecido como instituição importante no auxílio ao Estado de garantir o desenvolvimento por meio da redução da pobreza. O BM afirmava que como as mulheres são historicamente responsáveis pelas funções de cuidado, elas teriam papel importante no desenvolvimento do capital social. Molyneux (2002 apud MARINS, 2018) aponta que este banco investiu na ideia de capital humano, sobretudo nos países latinos, mas, em contrapartida, atribuía às mulheres o papel de promotoras desse capital, visto que perante as adversidades convencionou-se crer que os homens agem de maneira violenta e destrutiva. Em 1997, o documento do BM intitulado

“*Toward Gender equality*”, tendo como base a ideia não consensual de feminização da pobreza, recomendava a focalização nas mulheres em diferentes áreas das políticas públicas, como educação, saúde e geração de emprego e renda.

Farah (2004 apud MARINS 2018) aponta que existem duas vertentes que entenderão de maneira distinta a focalização nas mulheres nas políticas públicas:

De um lado, valoriza-se a eficácia e certa funcionalização da mulher, vista como um instrumento de desenvolvimento e potencializadora de políticas pelo papel que desempenha na família. De outro, existe a ênfase nos direitos e na constituição da mulher como sujeito (FARAH, 2004 apud MARINS, 2017, p. 121).

Este debate envolve parte da literatura das ciências sociais que aponta o pagamento do benefício à mulher como uma conquista que lhe garante maior autonomia, mas também sinaliza que essa priorização seria um retrocesso, uma vez que reforça a imagem da mulher como cuidadora do lar e confirma a posição masculina como não responsável dos cuidados com as crianças. (MARINS, 2017, p.121).

Levando em conta, exista ou não uma feminização da pobreza, que as mulheres fazem parte de um segmento vulnerável, ONGS e movimentos de mulheres passaram a defender um enfoque diferenciado para elas nas políticas públicas. Porém o que se nota é que a focalização atual, em termos de Brasil, pode de um lado provocar maior autonomia dessas mulheres, o que é extremamente positivo, mas também reforçar papéis tradicionais de gênero, o que representa um grande retrocesso.

Trazendo uma discussão sobre moralidade, Marins (2018) estuda em Itaboraí a sede do cadastro único onde é realizada a ligação dos beneficiários em vários programas, inclusive o BF. Partindo de um entendimento de que permanece no ideário social a ideia binária e antagônica entre pobres “merecedores” e pobres “não merecedores”, nos traz a mente os primórdios da política social, quando a “Lei dos Pobres” oferecia assistência do Estado somente a pobres que demonstrassem utilidade para o trabalho ou que estivessem inválidos, não podendo trabalhar, e vale lembrar que a “vagabundagem” era terrivelmente reprimida nesse período.

A autora, trazendo relatos de beneficiárias, assistentes sociais e estagiários da política de assistência no município nos convoca a pensar como a ideia do “bom pobre” no caso do Bolsa Família, está atrelada a ideia de ser uma “boa mãe”. A partir dos relatos é possível notar as várias formas de humilhação que estas pessoas passam, desde o cadastramento até o recebimento do benefício.

É necessário fazer voto de miséria: qualquer demonstração de dignidade é suficiente para que estes pobres sejam lidos como não merecedores do benefício e assim terem seu cadastro preenchido de forma tendenciosa. Isso recai, sobretudo sobre as mulheres mães.

Existe todo um olhar de censura para as mulheres que tiveram muitos filhos, ou que por algum motivo não cumpriram com as condicionalidades. Essas mulheres são lidas como “mães ruins” ou “pobres não merecedoras” o que comprava a fraca concepção sobre direito que se tem sobre o benefício, lido como uma “ajuda” dada a quem dele merecer.

No quadro abaixo, adaptado da obra de Marins, é possível observar como essas valorações tomam forma:

Quadro 2 - Sem título

Merecedor	Aproveitador
POSITIVO	NEGATIVO
Maior legitimidade	Menor legitimidade
BOA MÃE	MÁ MÃE
Responsável	Irresponsável
Cuidadora	Desleixada
Solidária	Egoísta
Corre atrás	Acomodada
Trabalhadora	Dependente
Pobre Humilde	Pobre metida
Bom espírito	Mau espírito
Superioridade Humana	Desclassificação moral

Fronteira Simbólica

Tensões valorativas de Gênero*

Fonte: Marins (2018).

No momento em que é incluída no PBF, a mulher é tida como representante do grupo familiar, isto é “o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher” que passa a ser percebida somente pela execução de seus papéis femininos que relacionam o ser mulher a ser mãe, com uma identidade forjada na ideia de que esta é a cuidadora, sobretudo das crianças e adolescentes, alvos das preocupações das condicionalidades no PBF (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 904).

Segundo Mariano e Carloto, (2009) as responsabilidades destas mulheres são muitas, dentre elas:

- a) a realização do Cadastro Único para inclusão da família no programa; b) a atualização do referido cadastro sempre que ocorre alguma modificação na situação familiar (por exemplo, mudança de endereço, alteração no número de pessoas no domicílio, oscilação nos rendimentos); c) o recebimento do recurso repassado pelo

programa; d) a aplicação do recurso de modo a beneficiar coletivamente o arranjo familiar; e) o controle sobre crianças e adolescentes, tendo em vista o cumprimento das condicionalidades do programa; e f) a participação em reuniões e demais atividades programadas pela equipe de profissionais responsáveis pela execução e pelo acompanhamento do programa. (MARIANO, CARLOTO, 2009. p. 904).

Interessante observar também o movimento de convergência, nos discursos oficiais de representantes do governo ou até mesmo em documentos importantes, da relação mulher-mãe. A construção em torno da maternidade muda, obviamente, ao longo da história, mas de uma maneira geral, existe um consenso sobre o que significa ser ou não uma boa mãe e quais as funções que uma boa matriarca deve exercer.

Ao analisar o programa Bolsa Escola, por exemplo, Carin Klein (2005) avalia como a noção de maternidade é consolidada dentro do programa. A relação entre mulher e maternidade é tamanha que as duas coisas se tornam quase que idênticas. Os requisitos básicos para manter o recebimento do benefício é prova disto: crianças com até duas faltas mensais na escola tinham o benefício familiar suspenso. Em um discurso, o então ministro Cristovam Buarque (2000a apud KLEIN, 2005, p. 37) coloca a seguinte frase “não se trata de doação às famílias, mas de emprego das mães para serem fiscais da frequência às aulas de seus próprios filhos”. Cristovam Buarque complementa, afirmando se tratar o benefício de um “salário” pago as mães para que elas sintam a dignidade do “seu trabalho” de investir na educação e saúde dos filhos assumindo o controle sobre os cuidados com os mesmos.

A associação quase que imediata entre mulheres e maternidade tem uma longa estrada. Teoricamente, e também no ideário social, admite-se a concepção de que a essência feminina está na sua capacidade reprodutiva. Isso é no mínimo extremamente problemático, porque não somente essencializa o que deveria ser uma experiência comum entre as mulheres (o que já entendemos que não funciona deste modo), como também parte de uma concepção heteronormativa e moralizante, como se todas as mulheres fossem heterossexuais, ou como se todas quisessem ou devessem ter filhos em seus planos de vida.

Clein problematiza que ao atrelar a ideia de mulher com a de maternidade, as políticas focalizadas colocam-nas como corresponsáveis, junto ao Estado, pelo cuidado dos indivíduos. O Estado, nessa perspectiva assume a figura paterna de quem “afinal, paga as contas” já que os homens beneficiários do programa muitas vezes estão desempregados e são, portanto, “fracassados” socialmente. Assim:

A paternidade política do Programa refere-se a quem outorga e disputa um projeto social, uma paternidade que aqui não apenas concede, mas também oficializa, detém sua autoria, batiza, nomeia, modifica, inscreve, articulando-se a noções de criação, razão, autoridade e cuidado com a população, características que, em nosso meio

social, são (e permanecem sendo) significadas como masculinas. No outro pólo dessa relação, encontramos a maternidade, que posiciona aqueles sujeitos beneficiados e protegidos pelo Programa, a quem caberá cumprir os preceitos criados e ditados pelo Estado-pai. (KLEIN, 2005, p.46).

3.2.1 Gênero e autonomia no Bolsa Família

Acima, falamos sobre a instrumentalização do papel feminino pelo estado via políticas de transferência de renda. Vale ressaltar, no entanto, que essa concepção não configura um campo consensual, e que existem autores que irão discordar desta assertiva ou, ao menos, problematiza-la.

Em material do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), intitulado “Texto para Discussão” (BRASIL, 2017) se debate os achados de pesquisa quantitativa e qualitativa das duas perspectivas, quais sejam: a que entende a focalização na mulher no PBF como uma sobrecarga e cristalização de papéis historicamente definidos de gênero; a que entende que embora o bolsa família não cause uma revolução nos papéis sociais de gênero ele tem fomentado impactos positivos para a autonomia empoderamento dessas mulheres.

Como já trabalhamos com os principais tópicos da primeira vertente, iremos focar agora na segunda concepção e em primeiro lugar é importante destacar que a preferência dada às mulheres, colocadas via decreto, se deu pelo histórico de outros programas (que também priorizavam as mulheres) como é o caso do Bolsa Escola, e em segundo lugar por uma constatação empírica de que as mulheres tendem a aplicar o rendimento com as demandas familiares.

Partindo a priori das pesquisas quantitativas, baseadas em opiniões sobre os impactos do PBF, o texto faz uma ressalva sobre o lugar de fala, explicando que o discurso pode se condicionar as circunstâncias sociais e culturais. Porém nos põe a refletir que, se o discurso das mulheres do BF é sócio e culturalmente determinado, o nosso (pesquisadoras) também o é.

Assim, em Avaliação De Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF) efetuada em 2005 e depois em 2009, analisaram-se as repercussões do benefício a partir de dois conjuntos de indicadores, quais sejam: número de consultas pré-natais e tomada de decisão nos domicílios. Entre 2005 e 2009 a média de consultas pré-natais por demandatárias passou de 3,5 para 4,4. Se analisada as não demandatárias, os números foram de 2,9 e 4,3 em cada ano, respectivamente. Citando Da Brauw et al. (2010 apud BRASIL, 2017) o texto afirma que estes números devem ser analisados com cautela, devido ao número reduzido da amostra de

gestantes no período pesquisado. De acordo com a mesma pesquisa, também foi positiva a queda na proporção de usuárias que não tiveram nenhuma consulta pré-natal, passando de aproximadamente 17,7% para 5,7%.

Ainda citando De Brauw et al. (2014 apud BRASIL, 2017), o texto, analisa a tomada de posições, e declara que a maior parte das mulheres afirmou tomar decisões conjuntamente, de modo que aquelas que não estavam com cônjuge no momento da pesquisa tenderam a ter mais respostas que demonstravam exclusividade nestas decisões. Ainda, em 2009 se notou 10 pontos percentuais na posição individual das mulheres sobre o uso de contraceptivos, sobretudo na área urbana. Os efeitos positivos sobre decisões femininas aumentaram de 16% para 18% em relação ao uso de contraceptivos, 8% a 14% sobre a compra de bens duráveis, 13% a 15% sobre os gastos com a saúde das crianças e 12% a 15% sobre o comparecimento das crianças à escola. (DE BRAUNW et al., 2014, apud BRASIL, 2017). Os autores avaliam estes achados, sobretudo no que se refere ao uso de contraceptivos, como um efeito positivo, apontando para o maior controle sobre a sexualidade e reprodução dessas mulheres.

Já em análise feita pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008), entre os 94% das mulheres pesquisadas, 42% afirmaram passar a frequentar mais os serviços de saúde e 33% a ter mais acesso aos exames do SUS. Sobre a autonomia nos lares, 38,2% das titulares afirmaram que seu poder de decisão sobre o dinheiro da família cresceu, 47,7% afirmaram se sentir mais independentes e respeitadas e 27,7% declararam ser mais respeitadas pelos companheiros.

Outro ponto que gera diferentes conclusões é sobre a menor participação no mercado produtivo. De acordo com esta perspectiva (da autonomia e do empoderamento), pode-se interpretar que as mulheres estão abrindo mão de algumas horas do trabalho fora de casa para cuidar mais dos filhos, isso, obviamente pode ser visto como reforço da condição materna, porém também como uma forma de não sujeição, visto que muitas mulheres, sobretudo negras, trabalham em condições indignas e precarizadas.

Sobre as pesquisas de base qualitativa, algumas considerações: estas pesquisas, em sua maioria, reconhecem a vinculação entre gênero e maternidade, mas consideram que este vínculo entre identidade feminina e o *ethos* da maternidade também é compreendido e aceito pelas mulheres do bolsa, apontando uma concordância entre as titulares no que seria um “acordo” entre elas e o Estado. Nesse consenso, entende-se que são as mulheres que devem representar a família por compreender melhor seus interesses e investir melhor a renda recebida (LIBARDONI, 2008, p. 4 apud BRASIL, 2017).

Sobre o gasto do benefício, percebe-se uma dualidade, ao passo que, se por um lado isso geraria maior autonomia entre as beneficiárias, por outro é necessário reconhecer a existência de julgamentos morais em torno de como o benefício deve ser usado de forma “responsável” e priorizando sempre as crianças, o que desemboca na discussão sobre “boa mãe” x “má mãe” que fizemos no item anterior. Sobre a autonomia, os autores salientam que, em domicílios com melhores rendas, onde o benefício não é priorizado para compra de alimentos, muitas mulheres puderam comprar bens duráveis na modalidade parcelada, já que passaram a ter maior acesso ao crédito e a serem respeitadas pelos comerciantes. Isso lhes configuraria autonomia e cidadania.

No que tange a questão das condicionalidades, ponto bastante polêmico sobre o Bolsa, alguns autores, como Rego e Pinzani (2013) ressaltam que elas possibilitam um maior acesso a rede de serviços e fortalece o sentimento de cidadania. Uma forma do Estado reconhecer essas mulheres como detentoras de direitos.

Outro ponto interessante se refere à possibilidade de se afastarem de relações não saudáveis. Identifica-se que há espaço para ganhos na independência feminina, que muitas vezes se repercute em uma maior segurança para saírem de relações abusivas ou até mesmo de violência doméstica (PEREIRA; RIBEIRO, 2013; MORTON, 2013 apud REGO; PINZANI, 2013).

Outros ganhos também podem ser observados. Libardoni (2008 apud REGO; PINZANI, 2013) o texto aponta que o simples fato das mulheres terem de tirar documentos para poderem se cadastrar no programa já lhes proporcionaria a sensação de estar em um círculo mais amplo e não socialmente isoladas. Para Pires (2012 apud BRASIL, 2017) as condicionalidades são compromissos importantes que geram sentimento de reconhecimento social entre as usuárias. Estes autores entendem que os compromissos assumidos pelas beneficiárias as colocam na rede de relações sociais e, portanto, na vida comunitária.

Assim, em “Texto para a Discussão”, os autores concluem que embora não seja o objetivo principal do programa, o Bolsa Família tem auxiliado a abalar a estrutura de gênero, embora isso possa e deva ser ampliado com políticas complementares, como maior acesso a laqueadura, como forma de garantir os direitos reprodutivo das mulheres e também na formação de espaços, junto aos conselhos municipais para que os beneficiários, sobretudo as mulheres, possam participar e assim exercer plenamente sua cidadania, opinando, debatendo e construindo uma política social de todos!

3.3 Alimentação: um tema político das mulheres

Neste último item, gostaria de retomar a problemática da alimentação posta, sobretudo, no primeiro capítulo. Depois de termos passado por uma discussão sobre fome, segurança alimentar, interseccionalidade e a relação entre pobreza e gênero, reposiciono a discussão sobre alimentação e mulheres pela perspectiva da Soberania Alimentar (SOBAL), entendida como uma pauta de mulheres para mulheres.

Maior parte dos alimentos que consumimos são produzidos pela agricultura familiar. Cerca de 2,5 milhões de pequenos agricultores são responsáveis por levar, todos os dias, a comida do campo à cidade, sendo que mais da metade desses agricultores são mulheres. (PIMBERT, 2009).

A renda destes agricultores e agricultoras está fortemente atrelada ao plantio, colheita e distribuição desses alimentos, assim como é comum também à presença de trocas (escambo) entre alguns agrupamentos, sobretudo rurais. Nesse sentido, muitas funções são atribuídas às mulheres: o plantio, a colheita, a venda, o preparo, a distribuição dos alimentos. São elas que fazem a farinha de mandioca de forma coletiva, coletam açaí, babaçu, mariscos, produzem hortas em seus quintais, plantam ervas medicinais, ou seja, são responsáveis, de forma isolada ou coletivamente, pela produção de alimentos naturais e que produzem o bem viver.

A agricultura familiar produz no Brasil cerca de 70% dos alimentos consumidos, sendo o pequeno agricultor responsável por fornecer 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves e 46% do milho (BRASIL, 2015). Apesar destes números, o atual modelo produtivo, de base capitalista e assentado no lucro, classifica este modo de produzir como antiquado, recebendo os créditos pela produção mundial dos alimentos em tempos de globalização e grandes redes de supermercado. São essas redes, pertencentes na realidade a grandes Impérios Alimentares, que ditam os padrões alimentares, seja impondo seus produtos nas prateleiras, sejam atreladas a grande mídia, que vende a ideia do agronegócio como o grande herói no combate a fome, a lá Revolução Verde. Como diria o bordão conhecido, “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”.

Compreendendo que este modelo mercadológico não respeita hábitos alimentares saudáveis e que estejam em consonância com valores culturais tradicionais, menos ainda como uma produção sustentável, que respeite o solo e demais recursos naturais, a Via Campesina, em Tlaxcala, no México (1996) cunhou o termo “soberania alimentar”, que pode ser compreendido da seguinte forma:

A Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas; a proteger e regular a produção e o comércio agrícola interno para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável; a determinar seu grau de autossuficiência; a limitar o dumping de produtos em seus mercados [...]. A Soberania Alimentar não nega o comércio internacional, mas sim defende a opção de formular as políticas e práticas comerciais que atendam melhor aos direitos da população à alimentação e a dispor de produtos agrícolas inócuos, saudáveis e ecologicamente sustentáveis. (PIMBERT, 2009, p. 42).

Destarte, o marco da soberania alimentar é elaborado por uma rede mundial de movimentos sociais, bem como organizações da sociedade civil, com objetivo de reunir populações indígenas, pastoris e outros grupos rurais, no eixo Norte e Sul, possibilitando que estas pessoas possam ter espaço para fala e a possibilidade de influir em situações que dizem respeito as suas próprias vidas.

Desta maneira:

A soberania alimentar, por sua vez, fomenta a autonomia da comunidade ao permitir que homens e mulheres decidam quais sementes plantar, que animais criar, que tipo de agricultura praticar, de que intercâmbios econômicos participar e até o que vão comer no jantar. Aqui cabe ressaltar a dimensão política da questão: contrariamente ao conceito mais técnico de segurança alimentar, a soberania alimentar aponta para a responsabilidade dos povos e governos de levar em consideração as consequências locais dos processos políticos e econômicos em nível macro (PIMBERT, 2009, p. 43).

Sobre a relação entre mulheres e soberania alimentar, existe algo que os conecta de forma evidente. Não numa perspectiva naturalista, que atrela o sexo biológico com a dimensão do cuidado, mas pela compreensão de que historicamente elas acumularam saberes e experiências milenares sobre técnicas de plantio e de armazenamento, preparo, economia e distribuição dos alimentos dentro dos lares. No entanto, o trabalho dessas mulheres é pouco reconhecido e valorizado e elas também possuem maiores dificuldades pra acesso a terra e equipamentos para produção, já que culturalmente, sobretudo no meio rural, o homem ainda é tido como provedor principal (PIMBERT, 2009).

As mulheres têm dado fortes contribuições na elaboração do conceito de soberania alimentar e nos espaços onde são tomadas importantes decisões, influenciando os debates globais sobre alimentação no que se refere ao direito de produzir; a agroecologia, ao direito à propriedade e sobre a democracia e participação popular na criação das políticas.

A partir de saberes tradicionais e de um modo próprio de “saber fazer”, propõem o conceito de soberania alimentar que se opõe ao de livre mercado e ao agronegócio, como ferramenta para lidar com a alimentação da população. Desta maneira:

A soberania alimentar visa à autonomia da produção nacional, rompendo com a dependência da importação de sementes, de tecnologia ou de insumos. Seu objetivo consiste na busca pelo fortalecimento da autonomia local, onde cada região do país produza uma variedade de alimentos que seja localmente consumida, valorizando a cultura, os saberes e o costume local. Isto passa pelo estabelecimento de alianças e pela formação de uma rede de atuação entre os pequenos produtores, onde se defende e valoriza as culturas locais (FARIA; MORENO, 2016 apud SOBERANIA... 2016).

Vale ressaltar que o trabalho das mulheres com a alimentação e soberania alimentar não se restringe às populações rurais: as mulheres dos centros urbanos também foram historicamente adquirindo saberes sobre preparo, compra e repartição do alimento, dentro do espaço doméstico e da esfera do cuidado. Por ter uma jornada dupla ou tripla, essas mulheres precisam adequar formas de preparar sua comida e a comida da família dentro do tempo apertado que lhes resta.

Torna-se necessário reclamar a participação política das mulheres em assuntos que digam respeito à alimentação, reconhecendo seu papel fundamental na reprodução social, normalmente pouco valorizado. Não se trata de cristalizar papéis de gênero, deixando essas mulheres sozinhas e sobrecarregadas, mas entender que, já que elas possuem conhecimento historicamente adquirido sobre produção e distribuição de alimentos, que esses saberes possam ser colocados como pautas, levadas aos espaços de decisão política por essas próprias mulheres, de forma a dar visibilidade ao seu trabalho e seus saberes.

De acordo com a PNAD (FARIA; MORENO, 2016 apud SOBERANIA... 2016), a prevalência de Segurança Alimentar aumentou mais expressivamente em domicílios cujas mulheres eram responsáveis, passando de 65,6% em 2009 para 74,6% em 2013. Nos domicílios cuja pessoa de referência era do sexo masculino o índice de SAN foi de 6,9%, já quando a pessoa de referência era uma mulher esse número subiu pra 9,3%. Sobre a questão racial, nos domicílios cuja responsável se declara branca a insegurança alimentar era de 4,1%, enquanto que nos domicílios de chefia feminina e negra esse número cresce para 11%, o que demonstra o forte recorte étnico racial que existe na pobreza e alimentação, como vimos nos artigos da sessão dois.

Desta maneira, pode-se concluir que existe uma necessidade evidente de se tomar a dimensão de gênero no debate sobre alimentação, de forma a influenciar as políticas públicas e dar voz e vez a essas mulheres e aos seus saberes consolidados. Como estratégia para garantia da SOBAL na área urbana, os autores reforçam sobre a necessidade de se pensar estratégias próprias, alicerçadas na questão do gênero. Além de políticas dirigidas a reorganização da alimentação, as mulheres alertam a necessidade de reduzir o número de horas dedicadas às funções domésticas e de cuidados, a necessidade de se repartir as funções

de cuidados com a casa e tarefas relacionadas à alimentação, ou seja, desde o planejamento até as compras.

Sobre os alimentos saudáveis, os autores indicam como portas de saída a presença de feiras livres que sejam em horários compatíveis às diferentes jornadas de trabalho, além da necessidade de se criar mais quintais produtivos, feiras, hortas comunitárias e restaurantes populares, como uma maneira de manter uma alimentação saudável dentro do modelo predatório que o agronegócio e as grandes redes de supermercado impõem.

Para concluir, é necessário enfatizar que não se trata aqui de um reforço os papéis socialmente impostos, que atribuem as funções domésticas às mulheres enquanto liberta o homem para a vida pública. Já existe uma sobrecarga com as atividades de cuidado e as políticas públicas não podem fomentar ainda mais estas condições impostas, cristalizando a condição e o lugar da mulher na sociedade dentro das quatro paredes de um lar. O que está sendo posto é que existe um saber acumulado e ele precisa ser valorizado, epistemologicamente, economicamente e politicamente. Desta maneira, termino essa sessão com a seguinte citação:

A forte politização com que essas lutas vêm sendo colocadas publicamente- com ações de enfrentamento de grandes empresas e a laboratórios transnacionais, disputas por políticas públicas, críticas e acordos comerciais internacionais – evidencia que não se trata, para elas, de lutas menores, mas de embates de projetos em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero, para promover uma transformação social mais ampla. A alimentação, portanto, também pode ser uma luta política das mulheres, vinculadas às lutas feministas por autonomia e liberdade (SILIPRANDI, 2013, p.198).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não. Você não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países por aí pelo mundo. (BAIAMA, 2018, [n.p.]).

Gostaríamos de começar a tecer essas últimas considerações a partir da frase emblemática proferida pelo então presidente da república em julho de 2019. E isso por um único motivo: o pensamento de que a fome no Brasil está superada é extremamente equivocado. Vimos na sessão um, com as considerações de Josué de Castro, que existem diferentes formas de passar fome. Assim, mesmo não vendo nas ruas “pobres com físico esquelético” gostaríamos de esclarecer que fome não é isso. Ou não é só isso. Fome, saiba o Senhor Presidente, é se alimentar mal, comer pouco, ter escolhas condicionadas pela pouca renda. É viver com a insegurança do amanhã. É diminuir o prato dos adultos para que as crianças possam encher a barriga. É ir ao supermercado e voltar com o carrinho quase vazio, porque o dinheiro do mês não deu pra comprar o feijão (que subiu de preço) ou a carne (que é item de luxo) ou as verduras (que não cabem no orçamento básico). É viver a monotonia de feijão, farinha, café, e às vezes alguma mistura. É sentir fraqueza pelo corpo. É ficar internado por conta de uma diarreia, que violenta facilmente um corpo debilitado. Fome está na baixa estatura das crianças nordestinas. No feijão que se completa com água, no mingau de cachorro que afasta a fraqueza, na anemia, na apatia, na falta de força e de esperança.

De acordo com o site O Globo (BAIAMA, 2018), citando o Relatório de Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe (2018), mostrou-se, através de divulgação da ONU, um crescimento da fome no Brasil. Segundo estudo, estimou-se que a desnutrição atingiu 5,2 milhões de brasileiros entre os anos de 2015 e 2017.

No mundo, segundo a FAO (ADAS, 2014) havia em 2012, 870 milhões de pessoas que dormiam todas as noites de barriga vazia. Deste quantitativo, 200 milhões eram crianças e 11 milhões delas morriam anualmente com menos de cinco anos, seja pela fome diretamente ou por doenças dela derivadas, o que faz da fome no mundo um verdadeiro genocídio. Não se trata de um acidente ou uma incompetência do MPC: está na própria estrutura deste sistema que uns tenham muito para que outros não tenham absolutamente nada. A fome é, dessa maneira, um assassinato em massa, citando Ziegler (2013).

É por existirem números tão assustadores como estes que políticas públicas se fazem mais que necessárias. Políticas que sejam emergenciais, mas também abrangentes, e que deem conta dos segmentos populacionais que estão em situação de maior vulnerabilidade, como

mulheres, pobres, negras, indígenas, quilombolas, população em situação de rua e população de terreiros.

Sabemos que a Segurança alimentar diz respeito tanto ao acesso ao alimento, quanto a disponibilidade a adaptabilidade cultural no percurso que vai do campo à mesa. Sabemos também que direitos humanos são direitos inerentes à vida e assim, que o direito a alimentação é central para uma vida digna e uma verdadeira cidadania, cabendo ao Estado garantir que as pessoas possam se alimentar de forma constante, nutritiva e sustentável.

Os dados já apontam que determinados agrupamentos estão em maior situação de exposição à Insegurança Alimentar, e, para ilustrar essa afirmativa, trazemos alguns achados da pesquisa do IBASE, trazida em texto de Rosana Salles–Costa e Luciene Burlandy (IBASE, 2008 apud SALLES-COSTA; BURLANDY, 2013).

Segundo os dados, em 2007, em torno de 11 milhões de famílias recebiam o BF, sendo a proporção de titulares pretos e pardos de 65, 4%, significativamente maior que a proporção de titulares brancos, (34,6%), havendo diferenças importantes com relação às regiões, com maior concentração de negros no Norte e Nordeste.

O estudo aponta maior insegurança alimentar em famílias com titulares pretos ou pardos. Na época da pesquisa, os números eram de cinco milhões de famílias convivendo com restrições alimentares, tanto em quantidade quanto em qualidade, sendo aproximadamente quatro milhões de negros, proporção muito elevada se comparado à população branca. Deste contingente, mais de 90% é de mulheres, o que significa que as mulheres negras estão mais sujeitas as situações de IA. Além disso, famílias de titulares negros apresentavam uma proporção maior de domicílios composto por cinco ou mais pessoas, residindo em apenas um cômodo ou em barraca, com iluminação vinda de outra forma de energia sem ser a elétrica e sem coleta de lixo. Vale ressaltar que nossos achados do capítulo dois apontaram que quanto maior o número de pessoas na casa, menor o número de cômodos e de acesso à rede de serviços, mais predisposição a Insegurança Alimentar.

Sabemos que pobreza não se limita a renda, mas está fortemente determinada por ela. Assim, citando os dados da mesma pesquisa, é possível afirmar que a população branca tem mais acesso a empregos de carteira assinada e, portanto, possuem maior segurança de renda (IBASE, 2008 apud SALLES-COSTA; BURLANDY, 2013).. Vale ressaltar que a Insegurança Alimentar se relaciona inclusive com o medo de faltar alimentos no futuro, o que é endossado pela falta de renda fixa de um trabalho formal.

Foi observado nesta pesquisa o aumento na aquisição de diferentes grupos de alimentos a partir da renda do Bolsa Família, com maior destaque para o feijão, arroz, carnes,

farinhas, pães, macarrão, creme de arroz, biscoitos, leite e derivados, ovos, frutas e sucos, hortaliças e vegetais, além de óleos, gorduras e alimentos industrializados. Esta informação está compatível com nossos achados, que revelaram maior consumo dos grupos de alimentos, inclusive alimentos industrializados e ultraprocessados, o que pode explicar a presença de sobrepeso neste agrupamento.

Apesar da presença de alimentos não saudáveis, também foi observada a persistência da combinação arroz com feijão, sobretudo na população negra, o que demonstra a preferência por alimentos da culinária brasileira. Por isso, vale ressaltar mais uma vez que a opção por alimentos calóricos está relacionada à compensação saciedade-sabor, já que estes alimentos provocam uma sensação de satisfação e viciam o paladar.

Também foi observada nesta pesquisa a importância da alimentação escolar, sobretudo na família de titulares negros, que revelaram uma piora na alimentação no período das férias das crianças. Em nossas buscas, trouxemos que a alimentação escolar é extremamente importante no orçamento doméstico das famílias mais pobres.

Partindo deste ponto, ao entender que a segurança alimentar é um direito de todos, que deve ser viabilizada pelo Estado por meio de Políticas públicas, ressaltamos a importância de se pensar em ações pontuais, como o próprio Bolsa Família e a doação de cestas básicas, mas também em políticas de caráter estrutural, que mexam com as bases da política social e estabeleçam o acesso à terra, à água, ao crédito e aos bens sociais indispensáveis a uma vida digna. A importância também é dada para a valorização do salário mínimo, bem como maior capacitação profissional para que famílias mais pobres possam acessar o mercado de trabalho de forma cidadã. Torna-se necessário ainda valorizar os saberes tradicionais, a produção da agricultura familiar e seus trabalhadores e trabalhadoras, assim como ouvir as mulheres sobre pautas ligadas a soberania alimentar e o direito de produzir “comida de verdade”.

Dessa maneira, retomando a pergunta de investigação desta pesquisa, chegou-se a seguinte conclusão: o Bolsa Família é um programa extremamente importante do ponto de vista do alívio imediato da pobreza e tem possibilitado que domicílios em situação de insegurança alimentar severa possam acessar alimentos básicos, assim como os que estão em IAL ou IAM possam adquirir alimentos complementares à dieta, o que se mostra extremamente positivo e aponta para a efetividade deste programa. No entanto, em termos de SAN, ainda é grande o quantitativo de demandatários que estão longe de alcançá-la, sobretudo em decorrência do seu baixo valor de benefício básico, muitas vezes inferior ao valor da cesta básica. Dessa forma, faz-se necessário maior ampliação do programa, para dar conta de quem ainda se encontra à margem, como o aumento do valor repassado, a fim de que se consiga

com essa renda comprar ao menos os alimentos básicos. Além disso, ações complementares, como qualificação profissional e geração de emprego e renda são extremamente relevantes para fornecer a essas famílias a garantia de um SM e assim que elas possam ter mais esperança no amanhã. Vale destacar que está livre da fome ou do medo de passar fome é um direito de todo ser humano, inerente à própria vida. Além disso, fazem-se necessárias iniciativas que incentivem um consumo consciente e saudável, já que foi detectada a escolha por alimentos não saudáveis. Vale ressaltar a importância de tornar esses alimentos mais acessíveis a população pobre bem como estratégia de educação alimentar por parte da rede de saúde e assistência social.

Por fim, partindo da concepção de opressões cruzadas, é importante retomar esses conceitos para dar visibilidade aos agrupamentos sociais mais excluídos e, portanto, expostos a Insegurança Alimentar e a Fome, enxergando as especificidades destes agrupamentos para corroborar com a equidade e justiça social, construindo-se uma rede de proteção social de fato efetiva, que articule assistência, saúde, lazer, previdência, trabalho e renda. Sabemos que os problemas sociais decorrentes da pobreza têm gênero e cor, portanto, é necessário tomar esses elementos como parte da discussão, para que essa população possa ser vista, ouvida e respeitada em seus direitos básicos.

Dessa maneira, tornam-se necessários maiores investimentos em políticas de transferência de renda, construção de restaurantes populares, banco de alimentos, valorização da agricultura familiar, liberação de crédito ao pequeno agricultor, alimentação escolar, além de medidas estruturais, como reforma agrária, tributária, de geração de emprego e renda, bem como medidas de caráter provisório para correção de injustiças sociais, como as Ações Afirmativas (a exemplo de cotas no Ensino Superior) e da efetivação de leis já existentes, a exemplo da lei 10.629/03, que torna obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira nas escolas, a fim de que possamos resgatar por meio da educação e da formação humana valores que dignificam a população negra.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O que é fome?. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ADAS, M. **A fome: crise ou escândalo?** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2014.

ALMEIDA, F. B. de; ALMEDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. B. Avaliação do Programa Bolsa Família na Segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, Go: efeitos, entreves e diferenciações. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 277-287, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/inter/v16n2/1518-7012-inter-16-02-0277.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ARRUDA, B. K. G. de; ARRUDA, I. K. G. de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, Set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292007000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BAIAMA, Cesar. **Fome volta a crescer no Brasil e na América Latina e Caribe**. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/fome-volta-crescer-no-brasil-na-america-latina-caribe-23217530>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BAIROS, L. **Novos feminismos revisitados**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BASTOS, Carla Madeira Marquito. **Insegurança Alimentar e Nutricional e Fatores Associados em Famílias do Núcleo Rural Agrícola Lamarão, no Distrito Federal**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Nutrição Humana, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16350/1/2014_Carla%20MadeiraMarquitoBastos.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BEZERRA, I.; CASSARINO, J. P. (Org.). Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina. Curitiba: UFPR, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdade: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>> Acesso em: 22 jul. 2019.

BIZZOTTO, M. **Índice global vê Brasil como exemplo na redução da fome, mas adverte que crise pode reverter sucesso.** BBC Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37612972>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **O que é o Bolsa Família.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. CONSEA. **Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006.** In: _____. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. [s.d.]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

_____. CONSEA. **Decreto nº 7. 272, de 25 de Agosto de 2010.** In: _____. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. [s.d.]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

_____. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013: Segurança Alimentar.** 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>> Acesso em 22 jul. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social.** 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

_____. IPEA. **Texto para discussão.** 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30981>. Acesso em: 14 nov. 2019.

_____. **Bolsa Família.** 2019. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/mulheres-representarm-93-da-titularidade-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BURLANDY, L.; MATTOS, R. **A construção do campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e suas potencialidades para a consolidação de uma cultura de direitos.** In: SCHINEIDER (Org.). Segurança Alimentar e Nutricional: Tecendo a rede de saberes. Petrópolis: De Petrus Et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012, p 21-41.

CABRAL, S. C. et al. Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de corte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 30, p. 393-402, fev. 2014. Disponível em:

<<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v30n2/0102-311X-csp-30-2-0393.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

CANESQUI, A. M. **Antropologia e alimentação**. São Paulo, 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v22n3/07.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CARNEIRO, H. S. **Comida e Sociedade: significados sociais na história da alimentação**. Curitiba, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/index.php/historia/article/viewFile/4640/3800>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CASTRO, J. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

_____. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

_____. **A descoberta da fome** (Prefácio ao livro Homens e Caranguejos). In: CASTRO, A. M. de. (Org.). Fome, um tema proibido. (Últimos escritos de Josué de Castro). Petrópolis: Vozes, 1983, p. 18.

_____. **A explosão demográfica e a fome no mundo**. In: CASTRO, A. M. de. (Org.). Fome, um tema proibido. (Últimos escritos de Josué de Castro). Petrópolis: Vozes, 1983, p. 33.

COBO, B. **Políticas Focalizadas de Transferência de Renda: Contextos e Desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

CRENSHAW, K. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

DA MATTA, R. **O que faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco. 1986.

FACCHINI, L. A. et al. **Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades**. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2014000100161&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 mai. 2019.

FAO. **A fome volta a crescer no mundo, afirma novo relatório da ONU**. 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1037611/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. **Aumenta a fome na América Latina e no Caribe: 42, 5% das pessoas estão subnutridas segundo a FAO**. 2017. Disponível em <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1037691/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

FERREIRA, H. da S. et al. Prevalência e fatores associados à Insegurança Alimentar e Nutricional em famílias dos municípios do norte de Alagoas, Brasil, 2010. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 5, n. 19, Mai 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n5/1533-1542/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FISCHLER, C. Food, Self and Identity. **Social Science Information**, n. 27, p. 275-292, 1988. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/232475763_Food_Self_and_Identity> Acesso em: 22 jul. 2019

FONSECA, A. B. et al. Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio-antropológicas para a pesquisa em nutrição. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 9, p. 3853-3862, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n9/a21v16n9.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

IBASE. **Repercussões do programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional de beneficiários**. 2008. Disponível em:

<https://ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

KLEIN, C. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 13, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a03v13n1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

LEÃO, M (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

LIMA, V. F. dos S. de A. et al. **Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina e Caribe**. In: Programas de Transferência de renda na América Latina e Caribe. São Paulo: Cortez, 2014. p. 37-84.

MACIEL, M. E. **Olhares antropológicos sobre a alimentação**. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W, D. (Org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Disponível em:

<<http://books.SciELO.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-03.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. dos. **Conceitos e princípios de Segurança Alimentar e Nutricional**. In: ROCHA et al. Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M.; Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 17, set./dez. 2009. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300018/12147>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MARINS, M. T. A. **Bolsa Família: questões de gênero e moralidades**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

MARTINS, R. M.; RIBEIRO, A.; JOSÉ LÁZARO. **Uma silenciosa epidemia mata de fome quase 5 mil idosos por ano no Brasil.** The Intercept Brasil. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/05/25/5-mil-idosos-morrem-de-fome>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINTZ, S. W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. **RBCS**, v. 16, n. 47, out. 2001. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rbcso/v16n47/7718>>. Acesso em: 22 jul. 2019

MONTEIRO, F. et al. Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 19, p. 1347-1357, 2014. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/csc/v19n5/1413-8123-csc-19-05-01347.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

ONU-BR. **Brasil avançou no combate à fome, mas agora tem 54% da população com sobrepeso.** 2016. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/brasil-avancou-no-combate-afome-mas-agora-tem-54-da-populacao-com-sobrepeso/>> Acesso em 18/06/2018

PANIGASSI, G. et al. Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 21, supl. p. 135-144, Ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2019.

PEDRAZA, D. F.; GAMA, J. S. da F. A. **Segurança alimentar e nutricional de famílias com crianças menores de cinco anos do município de Campina Grande, Paraíba.** Rev. Bras. Epidemiol, v. 4, n. 18, p. 906-917, out.-dez. 2015. Disponível em: <<http://www.SciELO.br/pdf/rbepid/v18n4/1980-5497-rbepid-18-04-00906.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

PERES, A. C. A peleja para não cruzar a linha. **RADIS**, nº 186, p. 16-24, mar. 2018.

PIMBERT, M. Gênero e soberania alimentar. 2009. **Agriculturas**, v. 6, n. 4, Dez. 2009.

PIMENTEL, P. G.; SICHIERI, R.; SALLES-COSTA, R. Insegurança alimentar, condições socioeconômicas e indicadores antropométricos em crianças da Região Metropolitana do Rio de Janeiro/Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 283-294, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n2/08.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

QUEIROZ, R. O quinze. 105 ed. [São Paulo]: José Olympio, 2016.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. **São Paulo: Unesp**, 2013.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (Org.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

SALLES-COSTA, R.; BURLADY, L. **O Programa Bolsa Família no Brasil e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional sob a ótica das desigualdades raciais.** In:

Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

SCIELO. FAPESP/ CAPES/ CNPq/ BIREME/ FapUNIFESP, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/categoriautilanalisehistorica.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SILIPRANDI, E. C. **A alimentação como um tema político das mulheres**. In: ROCHA et al. Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

SOBERANIA alimentar nas cidades: reflexões a partir da experiência das mulheres. 2016. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/soberania-alimentar-nas-cidades-reflexoes-a-partir-da-experiencia-das-mulheres/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

VIANNA, R. P. de T.; SEGALL-CORREA, A. M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 21, supl. p. 111-122, Ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVA, E. K. P. et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n4/1678-4464-csp-33-04-e00005716.pdf>> Acesso em: 03 mai. 2019.

SILVA, M. O. da S. e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2019.

_____. **Caracterização e problematização dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) na América Latina e Caribe**. In: _____. Programas de Transferência de renda na América Latina e Caribe. São Paulo: Cortez, 2014. p. 85-111.

SILVA, M. O. da S.; LIMA, V. F. S. de A. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, S. P. **Texto para discussão**: A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional – projetos, descontinuidades e consolidação. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 175.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. **Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil.** 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222015000400739&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 mai. 2019.

SUZART, A. S. et al. Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional: um estudo de caso. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 2318-2660, 2018. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/326788521_REPERCUSSOES_DO_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_NA_SEGURANCA_ALIMENTAR_E_NUTRICIONAL_UM_ESTUDO_DE_CASO>. Acesso em: 06 jun. 2019.

TRALDI, D. R. C. et al. **Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP:** um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122012000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 mai. 2019.

VASCONCELOS, F. A. G. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 24, p. 2710-2717, nov. 2008. Disponível em:

<<http://www.SciELO.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa:** geopolítica da fome. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M.; Programas Sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, jan./abr. 2013.